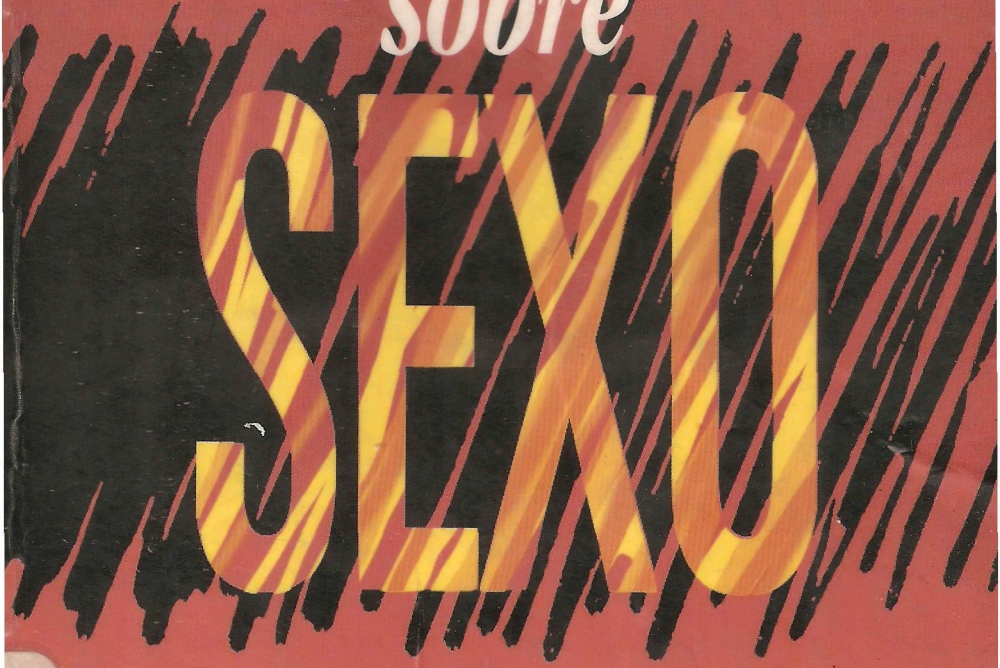
John Stott

Grandes questões sobre



Respostas para Grandes Temas Polêmicos sob a Ótica Cristã de um dos Maiores Teólogos de Nosso Tempo

Grandes questões sobre

SEXO

Jamais em toda história, as questões sobre sexo estiveram tão presentes em discussões e debates nos mais diversos segmentos da sociedade, como em nossos dias. Este livro aborda temas como:

- *A Relação entre o Homem, a Mulher e Deus*
- *A Questão do Feminismo*
- *Igualdade de Direitos*
- *Responsabilidades Conjugais*
- *Casamento e Divórcio*
- *O Dilema do Aborto*
- *A Revolução de Hábitos*
- *Homossexualismo*
- *Proibições Bíblicas*
- *Sexo e Casamento na Visão Bíblica*

VINDE
COMUNICAÇÕES

Grandes Questões sobre Sexo

John Stott

Publicado com a devida autorização e todos os direitos reservados à Vinde Comunicações.
Caixa Postal 100.084
24001-970 - Niterói - RJ
Tel.: (021) 719-8770
Fax: (021) 717-9622

ISBN - 85-7271-027-2

Primeira Edição - 1993

Tradução
Sileda S. Steuernagel e
Suely de Carvalho

Revisão Estilística
Suely de Carvalho

Capa
Arte Clube

Editoração Eletrônica
Josnei e Vera Formagio

Não é permitida a reprodução de nenhuma parte deste livro, sob qualquer forma, sem a permissão por escrito do editor.

Filiada à AEVB e ABEC

Impresso nas oficinas da Imprensa da Fé - SP

Sumário

Prefácio / *7*
A Mulher, o Homem, e Deus / *9*
O Surgimento do Feminismo / *10*
Igualdade / *16*
Complementaridade / *26*
Responsabilidade / *31*
Ministério / *43*
Notas Bibliográficas / 56
Casamento e Divórcio / *63*
Mudanças de Atitude / *65*
O Ensino do Velho Testamento / *70*
O Ensino de Jesus / *76*
O Ensino de Paulo / *87*
O Princípio da Aliança / *94*
Realidades Pessoais e Pastorais / *99*
Notas Bibliográficas / *107*
O Dilema do Aborto / *112*
Notas Bibliográficas / *154*
Homossexualismo / *159*
Notas Bibliográficas / *205*

Prefácio

Na maioria dos seres humanos existem grandes questões acerca da vida, da morte, do sofrimento, de sentimentos e também sobre sexo. A sexualidade sempre foi e será um tema de grande interesse, visto que é parte da continuidade da vida, da realização filosófica do homem e da mulher e do mistério da relação a dois.

Durante muito tempo esta questão foi sufocada dentro do ser humano, por falta de um referencial que permitisse a exploração do assunto dentro de padrões que harmonizassem pureza e prazer.

Em nossos dias o tema da sexualidade tem sido exposto a vulgaridades e às distorções, gerando abusos, libertinagem e aumentando a carência de uma explanação séria e sadia da questão.

Neste livro, o grande escritor e teólogo John Stott aborda de maneira clara, profunda e bíblica algumas das grandes questões sobre o sexo. O feminismo é o resultado de uma crise sexual ou de uma opressão cultural? Até que ponto o nosso corpo nos pertence? O

aborto é uma opção da mulher? Às vezes o divórcio é conseqüência da traição ou da insatisfação? O homossexualismo é conseqüência de uma mente deturpada ou doente?

Muitas perguntas como estas podem ser elucidadas a partir deste material.

É, portanto, meu privilégio recomendar a você a leitura e a utilização deste livro como um instrumento eficiente de consulta de assuntos angustiantes a ele relacionados.

Boa Leitura!

Alda D'Araújo

Grandes Questões sobre Sexo

A MULHER, O HOMEM, E DEUS

Solicitou-se a uma jovem estudante que escrevesse um ensaio sobre a razão de haver no mundo, mais mulheres do que homens. "Deus fez Adão em primeiro lugar" - escreveu ela. "Quando terminou sua obra, olhou-o e ponderou: "Bem, se tentar outra vez acredito que sairá melhor". Então fez Eva e apreciou tanto mais esta segunda obra, que passou a criar mais mulheres do que homens.

A autoconfiança feminista dessa jovem se levanta como grande alívio contra as atitudes que têm prevalecido ao longo dos séculos. Não resta dúvida que em muitas culturas as mulheres são habitualmente desprezadas e rebaixadas pelos homens, sendo tratadas como meros

brinquedos e objetos sexuais, cozinheiras, desassalariadas, empregadas, ou babás, todas simplórias, desmioladas, incapazes de participar de problemas de discussão racional. Seus dons têm sido depreciados, a personalidade sufocada, a liberdade reprimida e os serviços explorados em algumas áreas, ou rejeitados em outras.

O SURGIMENTO DO FEMINISMO

O testemunho da opressão da mulher tem sido tão freqüente e generalizado que há evidente necessidade de a sociedade dominadora masculina reparar esse erro. Ao ter a intenção de concluir um capítulo sobre este tópico, encontrei-me de imediato em posição muito desfavorável. Na verdade, minha masculinidade - alguns dirão - é mais do que uma desvantagem inicial; constitui-se em total desqualificação. Eles poderão estar certos. Até onde os homens têm capacidade de compreender as mulheres, ao ponto de se pronunciar com autoridade sobre elas? Permitam-me apresentar dois pontos como autodefesa. Antes de tudo tenho tentado ouvir, e cuidadosamente, o que as feministas (tanto seculares como cristãs) estão dizendo. Tenho também lido alguns dos seus livros, e lutado para compreender-lhes dores, frustrações, ira e rebeldia. Ao mesmo tempo - e em segundo lugar - estou interessado em ouvir o que diz a Escritura, tanto sobre

este como sobre outro assunto qualquer. Este duplo ato de ouvir é penoso. Mas ele nos livra tanto de negar os ensinamentos da Escritura, imbuídos da determinação de permanecer modernos, quanto de afirmá-los de modo a ignorar os desafios modernos, insensíveis às pessoas mais profundamente afetadas por eles.

O velho desprezo do mundo para com as mulheres é bem conhecido. Platão, que acreditava ser a alma prisioneira do corpo libertando-se apenas para reencarnar-se, sugeriu que seria muita falta de sorte para o homem tornar a encarnar como mulher.[1] Aristóteles, embora respeitado como o pai da biologia em virtude de seus dois trabalhos **A História do Animal** (The History of the Animal) e **Gerações de Animais** (Generations of Animals), considerava a mulher uma espécie de macho mutilado. Escreveu: "As mulheres são machos imperfeitos, produzidos acidentalmente pela inadequabilidade do pai ou pela influência maligna de um vento sul úmido" [2].

Esse chauvinismo machista cru não se limitou, infelizmente, ao mundo pagão. Escritores judeus, mesmo com um conhecimento do Velho Testamento que deveria lhes ter proporcionado melhor compreensão, fizeram comentários depreciativos sobre a mulher. Josefus afirma que a mulher é inferior ao homem em todos os sentidos[3]. William Barclay resume assim o ponto de vista inferior

do Talmud a respeito dela: "Na forma judaica da oração matinal(...) o judeu, dava graças a Deus, todas as manhãs, por não tê-lo feito "gentio, escravo ou mulher". Na lei judaica, a mulher não era uma pessoa, mas uma coisa. Não tinha o mínimo direito legal; era posse absoluta do marido, que poderia fazer dela o que bem entendesse. [4]

É uma tragédia o fato de que alguns dos antigos pais da Igreja, mais influenciados pelas perspectivas gregas e talmúdicas do que pela Escritura, tenham algumas vezes se referido à mulher com expressões de desdém e desprezo.

Tertuliano, por exemplo, escreveu: "Vós sois a porta do demônio; vós sois quem rompeu o lacre daquela árvore (proibida); vós sois a primeira desertora da lei divina; vós sois quem persuadiu aquele que o diabo não era bastante valente para atacar. Vós destruístes muito facilmente a imagem de Deus, o homem. Em virtude da vossa deserção - isto é a morte - até mesmo o Filho de Deus teve de morrer". [5]

Este tipo de linguagem exagerada é imprópria na pena de um seguidor de Jesus, a quem tanto se deve a libertação da mulher em nossos dias. O deplorável é que isto não tenha acontecido mais cedo, e a iniciativa não haja sido mais explicitamente tomada em seu nome.

No decorrer deste século, felizmente, o trabalho da mulher vem experimentando rápidas mudanças, especialmente no Ocidente. Ela vem sendo facilmente

emancipada de quase todas as restrições que anteriormente lhe eram impostas. Graças à agitação corajosa das sufragistas, alcançou inclusive direito a voto! Em muitos países, pelo menos teoricamente, têm recebido pagamento igual por trabalho igual. Na Bretanha, através do **Ato de 1919 - Desqualificação de Sexo (Remoção)** (Sex Disqualification (Removal) Act 1919) - foram-lhe virtualmente abertas todas as funções públicas, profissões e postos civis. Na década de 1960, apenas duas profissões permaneciam ainda fechadas para elas: a Bolsa de Valores de Londres e o ministério ordenado das igrejas históricas. Entretanto, em 1973, a Bolsa de Valores capitulou. Hoje apenas a ordenação - e em apenas algumas igrejas - lhe é negada.

À medida que o movimento feminista ganhava impulso, especialmente nos anos sessenta, o tom de voz de algumas de suas líderes se fez mais estridente. Tome-se como exemplo a preletora e autora australiana Germaine Greer. Ela considerava seu livro **A Mulher Eunuco** (The Female Eunuch) - que a revista Newsweek chamou de "deslumbrante combinação de erudição, excentricidade e erotismo - como parte da segunda vaga feminista". A primeira tinha sido a das sufragistas, mas o movimento delas fracassou, pois jamais tiravam vantagem das liberdades alcançadas. "A porta da gaiola abriu-se, mas o canário se recusou a voar" [6]. As sufragistas se sentiram

satisfeitas com a reforma pela participação de um sistema político existente; Germaine Greer apelava à revolução. Ela escreveu um capítulo intitulado "O Mito da Classe Média de Amor e Casamento", onde sugere que as mulheres não entrem em relacionamentos socialmente sancionados como o casamento e, se acaso se sintam infelizes nele, não tenham escrúpulo de sairem fora dele. As mulheres são o verdadeiro proletariado, a maioria verdadeiramente oprimida. Devem rebelar-se e retirar seu trabalho [7] - diz ela.

Entretanto, afirmações extremadas como esta podem ser contraproducentes, podendo afastar aquelas mesmas pessoas que reconhecem terem as feministas uma causa importante que merece ser ouvida e pesada, o que inclui a própria Germaine Greer. Os cristãos se sentem desconcertados por sua tendência à vulgaridade de expressão. Consideram até mesmo chocante o título do seu primeiro livro. No entanto, não há dúvida de que ela necessita recorrer ao choque para ser ouvida. Posto que aquilo contra o que se rebela é o estereótipo de "a Eterna Feminina", "o objeto sexual procurado por todos os homens, cujo valor não está nelas mesmas, mas no desejo que despertam". Ela não é uma mulher; é uma boneca, um ídolo. Sua qualidade essencial é a condição de castrada [8].

Em outras palavras: tudo o que se requer da mulher

eunuco é a submissão assexuada aos desejos sexuais do homem. Não é, portanto, justo revoltar-se contra tal degradação?

A apresentação mais persuasiva que li é a obra de Janet Radcliffe Richards, **A Feminista Cética** (The Sceptical Feminist). Ela começa descrevendo seu livro como "uma batalha com duas frentes". De um lado combate a posição que afirma não haver "justificação para existência de um movimento feminista", de outro diz que se trata de uma boa porção de dogma e prática feminista comum" [9]. Ela chama a sua tese de uma indagação filosófica, como convém a uma preletora em filosofia, e desenvolve seus argumentos com lógica incisiva. Para ela o feminismo não é um movimento irracional pela e para a mulher, no qual, em cada assunto específico (ainda que indefensável), ela se coloca ao lado da mulher e contra o homem. O movimento resulta pelo contrário, da convicção de que "a mulher sofre de injustiça social sistemática, em razão do seu sexo", sendo este, conseqüentemente, um movimento que visa a eliminação da injustiça baseada no sexo" [10].

Toda queixa de injustiça e todo grito por justiça deve fazer o cristão aprumar-se e ficar atento, porque a justiça se preocupa com os direitos dados por Deus. Temos, portanto, necessidade de fazer diversas perguntas: Quais são os direitos da mulher? Onde está situada sua

identidade essencial, e como é ela descoberta ou destruída? De acordo com a Escritura, qual é o "status" que Deus lhe deu, e qual o trabalho para o qual a chamou? Buscando resumir e sintetizar o ensino bíblico sobre tão delicados tópicos, enfocarei quatro palavras cruciais - igualdade, complementaridade, responsabilidade e ministério.

IGUALDADE

É essencial começar pelo início, a saber, pelo primeiro capítulo do Gênesis.

"Também disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; tenha ele domínio sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que rastejam pela terra.

Criou pois Deus o homem sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou.

E Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, e sobre todo animal que rasteja pela terra" (Gn 1:26-28).

Resumindo a resolução divina (criemos o homem... e governem eles!), a criação divina (assim Deus criou(...)) e a bênção divina (sede frutíferos,... enchei a terra e

subjugai-a), a ênfase parece residir sobre as três verdades fundamentais a respeito dos seres humanos, a saber: que Deus os fez (e faz) à própria imagem, fê-los (e faz) macho e fêmea, dando-lhes a prazerosa tarefa de se reproduzirem, e lhes deu (e dá) domínio sobre a terra e suas criaturas. Assim, desde o princípio o homem foi macho e fêmea, e homens e mulheres eram igualmente beneficiários, tanto da imagem divina quanto do domínio sobre a terra. Não há a menor alusão no texto a ter nenhum dos sexos semelhança maior com o Criador do que o outro. A semelhança deles com Deus, e sua mordomia sobre a terra (que não devem ser confundidas mesmo estando intimamente relacionadas), foram desde o princípio igualmente partilhadas, já que ambos os sexos foram criados e a ele semelhantes.

Mais do que isto. A tríplice afirmação da criação de Deus no v. 27 não é mero paralelismo poético. Aqui há seguramente, ênfase deliberada que precisamos compreender. Afirma-se duas vezes que Deus criou o homem à própria imagem; na terceira vez a referência à imagem divina é substituída pelas palavras "homem e mulher". Devemos ter cuidado em não especular além daquilo que o texto afirma. Todavia, se ambos os sexos trazem a imagem de Deus (como está rigorosamente afirmado), então isto parece incluir não somente nossa humanidade (autêntica "humanicidade"refletindo a

divindade), como também nossa pluralidade (nossos relacionamentos de amor, refletindo aqueles que unem as pessoas da Trindade), e inclusive - pelo menos no sentido mais amplo - nossa sexualidade. Não creio que seria demasiado afirmar que se Deus, ao fazer o homem à sua própria imagem o fez macho e fêmea, então o que se conclui é que dentro do próprio ser Deus deve haver algo que corresponda ao "feminino" tanto quanto ao "masculino".

Se é assim, estará o Conselho Nacional de Igrejas de Cristo (EE.UU da América) justificado, ao publicar **Um Lexionário de Linguagem Inclusiva** (An Inclusive Language Lectionary), do qual foi eliminado todo vocabulário "sexista" ou "exclusivista"? Certamente devemos aplaudir o desejo aí manifesto de "expressar a verdade acerca de Deus e seu amor inclusivo por todas as pessoas", fornecendo a ambos, leitores e ouvintes, a certeza de pertencerem a uma comunidade de fé cristã na qual todos são verdadeiramente um em Cristo. Portanto ao traduzir "irmãos" por "irmãs e irmãos", e o genérico "homem" por "ser humano" ou "humanidade", ao fazê-lo, esclareceram, trouxeram à luz o verdadeiro sentido deste. Não penso, entretanto, que eles tivessem a liberdade de mudar o texto bíblico com o pretexto de considerarem sua linguagem algumas vezes "tendenciosamente machista ou apropriadamente exclusiva".

Designar Deus como "o Pai (**e a Mãe**); e Jesus Cristo, como seu "Único Filho", é rejeitar a experiência e instrução de Jesus, que se dirigiu a Deus como "Aba Pai", reconhecendo-se como "o Filho", e nos ensinando a chamar Deus de "nosso Pai no céu" [11].

Contudo, o que devemos fazer é dar pleno peso às passagens da Escritura que se referem a Deus em termos femininos - e especialmente maternais - visto ajudarem a iluminar a natureza e a igualdade de sua "paternidade". No Cântico de Moisés, por exemplo, Yahveh não é somente "a Rocha que te gerou", mas também "o Deus que te fez existir". Esta declaração notável, na qual ele se revela simultaneamente Pai e Mãe de Israel, podendo conseqüentemente Israel ficar seguro de sua fidelidade perseverante. Porque embora a mãe humana possa esquecer o filho que ainda mama, e não ter compaixão do filho de sue ventre, todavia Yahveh promete: "Eu não te esquecerei!" Pelo contrário, ele amará e consolará infalivelmente seu povo: assim como a mãe conforta o filho, ele nos confortará. Além disso, se Yahveh se revelou neste texto como a mãe de seu povo Israel, o israelita individual se sentia com liberdade de participar deste relacionamento. O salmista ousava mesmo comparar a sua tranqüila confiança em Deus à confiança da criança alimentada ao seio. O próprio Jesus usou em certa ocasião a imagem feminina, comparando Deus a uma mulher

que perdera uma moeda do mesmo modo que ao pai que perdera um filho. Ele mesmo, em sua angústia nascida da preocupação com a impenitente Jerusalém, semelhou-se à figura da galinha, desejosa de ajuntar seus pintinhos sob as asas. [12]

Voltando à história da criação, veremos a partir do primeiro capítulo da Bíblia, e daí em diante, afirmada a igualdade fundamental dos sexos. O que é essencialmente humano em ambos, homem e mulher, reflete a imagem divina que trazemos em nós, sendo igualmente chamados para governar a terra, e cooperar com o Criador no desenvolvimento das suas riquezas para o bem comum.

Contudo, esta igualdade sexual primitiva foi deformada pela queda. Parte do julgamento de Deus contra nossos progenitores desobedientes foi sua palavra à mulher: "O teu desejo será para o teu marido, e ele te governará". Em razão disso os sexos experimentaram certa dose de alienação de um para com o outro. Em lugar de igualdade e complementaridade em seu relacionamento (o que ainda teremos de considerar), o que se viu acontecer foi o governo de um sobre o outro. Pretendia-se, desde o princípio, que a complementaridade sexual incluísse a "liderança" masculina, como argumenta Paulo, mas isto se degenerou em prepotência.

O fato é que o homem tem explorado esse julgamento de Deus, subjugando, oprimindo brutalmente a mulher,

de maneira jamais desejada por Deus. Vemos exemplo disto em muitas culturas. Lembrarei três. O primeiro foi extraído da *Autobiografia* de Gandi. "Um esposo hindu se considera senhor e dono da esposa, que deve sempre serví-lo solicitamente" [13]. Consideremos agora o sutra 4 do Corão, intitulado "Mulher": "O homem tem autoridade sobre a mulher porque Alá fez um superior ao outro(...) aquela da qual você teme desobediência, repreenda-a, mande-a para cama separada, e espanque-a(...)" [14]. Meu terceiro exemplo vem dos esquimós. Raymond de Coccola viveu doze anos entre os **krangmalit**, no Ártico Canadense, como missionário católico romano, e chegou a conhecê-los bastante bem. Sentiu-se chocado quando um caçador esquimó empregou para uma mulher uma palavra também aplicada a uma loba ou a uma cadela. Treinada para fazer toda sorte de tarefas inferiores - disse ele - a mulher esquimó é usada para suportar as fraquezas e os apetites dos homens. Mas eu não podia conformar-me com o que parecia ser um relacionamento senhor-escravo, que era como o caçador tratava a esposa" [15].

Estes, entretanto, são exemplos da exploração ilegal da mulher. No Velho Testamento o esposo era certamente o patriarca do seu clã, e seu baal (senhor e governador). Todavia, suas mulheres não eram desprezadas ou maltratadas mas consideradas partes integrantes da

comunidade da aliança. Basta lembrar que "homens, mulheres e crianças" se reuniam para ouvir a leitura da Tora e participar da adoração (Deuteronômio 31:12). O casamento era tido em alta honra, como modelo da aliança de amor entre Yahveh e Israel; a beleza do amor sexual era celebrado (como no Cântico dos Cânticos); as qualidades da boa esposa, exaltadas (Pv 31); mulheres piedosas e empreendedoras como Ana, Abigail, Noemi, Rute e Ester eram destacadas com admiração. Além disso, enfatizava-se constantemente o dever de cuidar das viúvas.

Os profetas, contudo, aguardavam os dias da Nova Aliança, quando a igualdade original dos sexos seria reafirmada, pois Deus derramaria seu Espírito sobre toda carne, inclusive sobre filhos e filhas, servos e servas. Não haveria absolutamente desqualificação em virtude de sexo.

Veio então Jesus, na plenitude do tempo, nascido de mulher, (Gl 4:4). Embora os protestantes se mostrem precavidos no sentido de evitar a exagerada veneração à Virgem Maria por parte da Igreja Católica Romana e Ortodoxa, é preciso no entanto evitar o extremo oposto, ou seja, o não honrá-la. Se o anjo Gabriel a ela se dirigiu como "agraciada", e sua prima Izabel a chamou "bem-aventurada(...) entre as mulheres", não vamos nos intimidar, não nos referindo a ela nos mesmos termos da grandeza do seu Filho. [16]

Entretanto, não foi apenas o fato de Jesus haver nascido

de mulher que lhe trouxe de volta sua dignidade perdida com a queda, mas a atitude de Cristo para com ela. Além dos apóstolos, todos homens, Jesus era acompanhado em suas viagens por um grupo de mulheres que havia curado, e que lhe proviam recursos. Depois, junto ao poço de Jacó ele dirigiu a palavra a uma certa mulher, que por ser samaritana e pecadora tinha tríplice desqualificação. Ele na verdade a envolveu numa discussão teológica com ele. O mesmo aconteceu com a mulher que fora apanhada em ato de adultério; numa atitude compreensiva e magnânima, recusando-se a condená-la. E mais: permitiu que uma prostituta se aproximasse por detrás, quando reclinado à mesa, lhe lavasse os pés com suas lágrimas e os enxugasse com os cabelos. Aceitou seu amor, que interpretou como gratidão pelo perdão que lhe concedera. Ao proceder dessa maneira arriscou sua reputação, e ignorou a silenciosa indignação do hospedeiro. Ele foi o primeiro homem a tratar com dignidade essa mulher, antes puro objeto para homens lascivos e egoístas. [17]

Aqui ficam registradas três ocasiões nas quais Jesus recebe mulheres pecadoras em público. Os judeus estavam proibidos de se dirigir a uma mulher na rua, mesmo que fosse esposa, filha ou irmã. Era também proibido ensinar a lei a uma mulher . Seria preferível que as palavras da lei fossem queimadas - diz o Talmude - do

que confiadas a uma mulher. Mas Jesus quebrou estas regras de tradição e convencionalismo. Quando Maria de Betânia se assentou aos pés para ouvir-lhe os ensinamentos ele a elogiou, dizendo que fazia a única coisa necessária. E honrou outra Maria, como a primeira testemunha da Ressurreição. [18] Tudo isto não teve precedentes. Sem nenhum alvoroço ou publicidade Jesus encerrou a maldição da Queda, revestiu a mulher com sua nobreza parcialmente perdida, e reivindicou para a nova comunidade do reino a bênção original da criação da igualdade sexual. Vê-se este pensamento claramente na afirmação epistolar de Paulo à liberdade cristã: "...não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus" (Gl 3:28).

Isto não significa que judeus e gregos tenham perdido suas diferenças físicas ou distinções culturais. Eles ainda falavam, vestiam-se e comiam de maneira diferente, também não quer dizer que diferenças sociais houvessem sido eliminadas entre escravos e livres.

A maioria dos escravos permaneciam escravos, e os livres, livres. Não quer dizer também que o homem perdeu sua masculinidade, e a mulher sua feminilidade. O que Paulo tentou dizer é que com respeito ao nosso estar diante de Deus - porque estamos "em Cristo"e gozamos relacionamento comum com ele - tornam-se

irrelevantes todas as distinções raciais, nacionais, sociais e sexuais. Pessoas de todas as raças e classes, e de ambos os sexos são iguais diante dele. O contexto é de justificação só pela graça, mediante a fé apenas. O apóstolo afirma que todos os que pela fé estão em Cristo são igualmente aceitos, são igualmente filhos de Deus, sem qualquer distinção, discriminação ou favoritismo de raça, sexo ou classe. Assim, com referência a tudo quanto mais tarde se venha a dizer a respeito de papéis sexuais, não deve haver dúvida alguma sobre ser um dos sexos superior ou inferior ao outro. Perante Deus e em Cristo "não há homem nem mulher": somos iguais. A igualdade sexual estabelecida pela criação e no contexto pervertida pela Queda, foi recuperada pela redenção que está em Cristo. O que a redenção corrige é a Queda; o que recupera e estabelece é a Criação. Homens e mulheres são assim absolutamente iguais em valor diante de Deus. É uma igualdade criada por Deus, semelhante a ele, justificada pela graça mediante a fé e regenerada pelo derramento do Espírito. Em outras palavras: na nova comunidade de Jesus não somos apenas partilhadores da imagem de Deus, mas também herdeiros da sua graça em Cristo (I Pd 3:7), e igualmente habitados pelo seu Espírito. Essa igualdade trinitária (nossa participação comum no Pai, no Filho e no Espírito Santo) ninguém pode destruir. Muito embora cristãos e igrejas em culturas

diferentes o tenham negado este é um fato indestrutível.

COMPLEMENTARIDADE

No entanto, e ao mesmo tempo, embora homens e mulheres sejam iguais não são a mesma coisa. Não se deve confundir igualdade com identidade. Embora diferentes um do outro complementamos um ao outro nas qualidades distintivas da nossa sexualidade, tanto psicológica como fisiológica. Este fato forma a base dos nossos papéis - diferentes e apropriados na sociedade. Como escreveu J. Yoder: "Igualdade de **valor** não é identidade de **papel**" [19].

Entretanto, ao investigarmos os papéis do homem e da mulher, devemos ter cuidado para não concordarmos de maneira acrítica com os estereótipos que nossa cultura particular tem desenvolvido; muito menos imaginar que Moisés os trouxe do Monte Sinai, junto com os Dez Mandamentos. Isto constituiria séria confusão de Escritura e convenção.

A expectativa é que as mulheres devem inserir-se num papel pré-determinado, contra o qual as feministas compreensivelmente se rebelam. Afinal, quem fixa o molde senão o homem? Isto é o que a psicóloga americana Betty Friedan quer dizer por "mística feminina" em seu livro com o mesmo título. É a imagem

à qual as mulheres são compelidas à conformidade, e que lhes tem sido imposta por uma sociedade dominada pelo homem. "É minha tese", escreveu ela, "que o cerne do ploblema das mulheres, hoje, não é sexual, mas sim de identidade - uma parada ou fuga de crescimento que é perpetuada pela mística feminina... Nossa cultura não permite que as mulheres aceitem ou gratifiquem suas necessidades básicas de crescer e cumprir suas potencialidades como seres humanos..." [20] A maternidade é na verdade uma vocação divina e exige grandes sacrifícios. Mas não é a única vocação da mulher. Há outras formas de servir à sociedade, igualmente sérias e altruístas, para as quais ela pode ser chamada.

Não há nada na Escritura que sugira, por exemplo, que a mulher não deve seguir a própria carreira ou ganhar a vida; ou fazer todas as compras, cozinhar, limpar, etc. enquanto o marido permanece como beneficiário que não paga por seu trabalho. Ou dê a idéia de que criar filhos é uma área exclusivamente feminina, que não deve ser invadida pelo tal germânico que restringe o território da mulher à "Kinder, Küche und Kirche" (criança, cozinha e igreja) é um típico exemplo do gritante chauvinismo machista. A Escritura silencia sobre essa espécie de divisão de trabalho. Acaso faz ela referência a relações e papéis sexuais? As duas histórias da criação - Gênesis, 2 suplementando e

enriquecendo Gênesis, 1 - são duas histórias que mostram a deliberada providência de Deus.

"Disse mais o Senhor Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma auxiliadora que lhe seja idônea. Havendo, pois o Senhor Deus formado da terra todos os animais do campo, e todas as aves dos céus, trouxe-os ao homem para ver como este lhes chamaria; e o nome que o homem desse a todos os seres viventes, esse seria o nome deles. Deu nome o homem a todos os animais domésticos, às aves dos céus e a todos os animais selváticos. Para o homem, todavia, não se achava uma companheira que lhe fosse idônea. Então o Senhor fez cair pesado sono sobre o homem, e este adormeceu; tomou uma das suas costelas e fechou o lugar com carne. E a costela que o Senhor Deus tomara ao homem, transformou-a numa mulher, e lha trouxe" (Gn 2:18-22).

O que é revelado nesta segunda história da criação é que, embora Deus houvesse feito *iguais* o homem e a mulher, também os fez *diferentes*. Em Gênesis 1, masculinidade e feminilidade se relacionam com a imagem de Deus, enquanto em Gênesis 2 eles se relacionam um ao outro, sendo Eva tirada de Adão e trazida a ele. Gênesis 1 declara a igualdade dos sexos; Gênesis 2 esclarece que "igualdade" não significa "identidade", mas "complementaridade" (incluindo,

como logo veremos, certa liderança masculina). É este "igual mas diferente" que temos dificuldade em manter. Todavia, as duas partes não são incompatíveis; pelo contrário: elas pertencem uma à outra.

Porque homem e mulher são iguais (por criação e em Cristo), não pode haver dúvida quanto à inferioridade de um em relação ao outro. Mas pelo fato de serem complementares não pode haver dúvida quanto à identidade de um e do outro. Ademais, esta dupla verdade lança luz sobre os relacionamentos e os papéis macho-fêmea. Criados por Deus com *igual* dignidade, o homem e a mulher devem respeitar-se, amar-se e servir-se mutuamente, sem desprezar um ao outro. Porque foram criados *complementares*, homem e mulher devem reconhecer suas diferenças, sem tentar eliminá-las ou usurpar as características um do outro.

Comentando a criação especial de Eva, Mathew Henry escreve, com singular profundidade, que ela não foi tirada da sua cabeça, para dominá-lo, nem dos pés, para ser pisada por ele, mas do seu lado, para ser sua igual; de sob o seu braço, para ser por ele protegida e de perto do seu coração, para ser amada. Talvez ele tenha recebido esta idéia de Pedro Lombardo, que cerca do ano 1157 AD, pouco antes de tornar-se Bispo de Paris, escreveu em seu *Livro de Sentenças*: "Eva não foi tirada dos pés de Adão, para ser sua escrava, nem de sua cabeça, para ser

ele seu senhor, mas do seu lado, para ser sua companheira".[21]

É quando começamos a elaborar o sentido de complementaridade, tentando explicar de que maneira os dois sexos complementam um ao outro, e a definir os traços distintivos de masculinidade e feminilidade, que entramos em dificuldade. As feministas se tornam insatisfeitas. Elas se sentem receiosas de tentar definir feminilidade, em parte porque as definições são usualmente feitas pelos homens que têm (pelo menos muitos têm) capital investido para assegurar uma definição que lhes seja apropriada, e em parte porque muitas características sexuais, como temos visto, não são intrínsecas, mas estabelecidas pelas pressões sociais. Como Janet Radcliffe Richards entende, as feministas consideram que "não é por *natureza* que as mulheres são tão diferentes do homem, mas por *artimanha*" [22]

Mas as diferenças sexuais permanecem inerentes, muito embora alguns desejem abolí-las. Um autor que tem enfatizado a sua importância é George F. Gilder, em seu livro *Suicídio Sexual* (Sexual Suicide). "As feministas se referem muitas vezes(...) a seres humanos - escreve ele. Mas eu não tenho interesse em encontrar um sequer. Só me interesso por homens e mulheres. [23] Pois não há seres humanos, apenas homens e mulheres. Quando negam sua sexualidade divergente rejeitam as

fontes mais profundas de identidade e amor. Cometem suicídio sexual. [24] Também alcançam sucesso em "exaltar uma excentricidade sexual - o andrógeno" [25] Geoge Gilder cita Margaret Mead, dizendo que se qualquer sociedade humana(...) deseja sobreviver deve ter um modelo de vida humana que chegue a um acordo com relação às diferenças sexuais. Porque - continua ele - as diferenças entre os sexos são o fato mais importante da sociedade humana". [26]

RESPONSABILIDADE

Todos os estudantes do livro de Gênesis concordam que o capítulo 1 ensina igualdade sexual, e o 2, complementaridade sexual. Paulo no entanto acrescenta a "liderança" masculina. Ele a afirma duplamente, dizendo que "o marido é o cabeça da mulher"(Ef 5:23) e, de maneira mais geral, que "Cristo é o cabeça de todo homem, e o homem o cabeça da mulher, e Deus o cabeça de Cristo" (I Co 11:3). Pergunta-se: como se pode conciliar liderança com igualdade e complementaridade sexual?

Alguns responderão imediatamente que não se pode. Por exemplo, o Dr. Paul Jewett, no seu livro - admirável sob outro aspecto - intitulado: **Homem como Macho e Mulher como Fêmea** (Man as Male and Woman as Fe-

male) sua tese pode ser apresentada de maneira simples. A "parceria" original que era intenção de Deus para homens e mulheres foi substituída, nos dias do Velho Testamento, por um modelo hierárquico derivado do meio cultural de Israel. Mas então, com Jesus, aconteceu algo novo: Ele falou de mulheres, a elas se referindo como sendo plenamente humanas iguais ao homem, de todas as maneiras. A este respeito Jesus foi verdadeiramente um revolucionário.[27] Esta dialética entre o Velho Testamento e Jesus foi incorporada em Paulo, que ora expressou um ponto de vista, ora outro. Como apóstolo da liberdade cristã ele pronunciou a palavra mais decisiva em favor da libertação da mulher (Gálatas 3:28: "não há homem nem mulher"); mas como antigo rabino judeu, seguindo a interpretação rabínica de Gênesis, 2 pronunciou a palavra mais decisiva em favor da sujeição da mulher (I Coríntios, 11:3: "o homem é o cabeça da mulher").[28] "Estas duas perspectivas - continua o Dr. Jewett - são incompatíveis; não há meio satisfatório de harmonizá-las."[29] Na verdade "a subordinação feminina" é incompatível com: (a) as narrativas bíblicas da criação do homem; (b) a revelação que nos é dada na vida de Jesus, e (c) a afirmação fundamental de Paulo sobre a liberdade cristã (i. e. Gálatas, 3:28).[30] Esta incongruência, conclui ele, é devida ao fato de que a Escritura é humana, tanto quanto divina, e a

"percepção"do próprio Paulo tinha "limitações históricas".[31] Em outras palavras: Paulo enganou-se. Ele não apreendeu as implicações totais da própria afirmação de que em Cristo não há homem nem mulher. Ele não conheceu sua própria mente. Temos que escolher entre o apóstolo da liberdade cristã e o rabino não-reformado. Diz o Dr. Jewett: nós preferimos de longe, o primeiro.

Há muita coisa excelente no livro do Dr. Jewett, especialmente sua exposição das atitudes e dos ensinamentos de Jesus. Abandonar a tarefa da harmonização e declarar que Paulo se mostrou dúbio e enganado é uma deliberação de desespero. É melhor dar-lhe crédito de consistência de pensamento. A verdade é que submissão não implica inferioridade, e identidades e papéis sexuais distintos não são incompatíveis com igualdade de valor.

Outros rejeitam o ensino de Paulo sobre liderança, baseando-se no fato de ela ter sido condicionada culturalmente, podendo conseqüentemente ser válida para sua geração, mas não obrigatória para a nossa. Faz-se às vezes a tentativa de fortalecer o argumento cultural mediante referência à escravidão, porque se Paulo disse às esposas que fossem submissas aos esposos, disse também aos escravos que fossem submissos ao seu senhor. Há muito que os escravos foram libertados. Será que ainda não passou o tempo de também serem libertas as

mulheres? Este paralelo entre escravos e mulheres, e entre abolicionismo e feminismo, foi estabelecido há muito tempo, em 1837, com a publicação dos livros americanos - "**A Bíblia Contra a Escravidão**", por Theodore Weld, e "**Cartas Sobre a Igualdade dos Sexos**, por Sarah Grimke, sua cunhada. O texto chave da argumentação de ambos era Gálatas, 3:28, no qual Paulo escreve que em Cristo, de um lado, "não há escravo nem livre" e, do outro, "não há homem nem mulher". [32]

Entretanto, o argumento é falho. Porque a analogia entre mulheres e escravos é extremamente inexata, e por dois motivos. Primeiro, porque as mulheres não são bens móveis, que se compram e vendem no mercado, como eram os escravos. E segundo, porque embora Paulo procurasse regulamentar o comportamento de escravos e senhores, jamais apelou à Escritura em defesa da escravidão, enquanto baseava seus ensinamentos sobre a liderança masculina na doutrina bíblica da criação. Ele chamou a atenção dos seus leitores para a **prioridade** da criação ("Primeiro foi formado Adão, depois Eva" I Timóteo 2:13), o **modo** da criação ("o homem não foi feito da mulher; e, sim, a mulher do homem" I Co, 11:8), e o **propósito** da criação ("o homem não foi criado por causa da mulher; e sim a mulher por causa do homem" - I Coríntios 11:9).

Assim, de acordo com a Escritura, embora seja o

homem "nascido da mulher"e os sexos sejam independentes (I Coríntios 11:11f), a mulher foi feita depois do homem, tirada do homem e para o homem. Estes três argumentos não podem ser arrogantemente descartados (como alguns escritores têm tentado fazer), com "exegese rabínica tortuosa". Pelo contrário - como demonstrou o Dr. James B. Hurley em seu livro **O Homem e A mulher na Perspectiva Bíblica** (Man and Woman in Bible Perspective) -, eles estão exegeticamente bem fundamentados: (a) Pelo direito de primogenitura o primogênito herdava autoridade sobre os recursos e as responsabilidades da liderança. (b) Quando Eva foi tirada de Adão e a ele trazida ele a chamou "varoa"- e o poder de dar nome estava ligado a controle. (c) Ela foi criada para ele, não como reflexão tardia nem como brinquedo, mas como companheira e cooperadora, destinada a partilhar com ele "no serviço de Deus e no governo preservador da terra". [33]

É essencial notar que os três argumentos de Paulo são tirados de Gênesis 2, não de Gênesis 3, o que significa que eles são baseados na Criação, não na Queda. Refletindo os fatos da nossa criação humana eles não são afetados pelo padrão de uma cultura transitória, visto que o que a criação estabeleceu nenhuma cultura é capaz de destruir. O uso do véu ou o estilo de cabelo era, na verdade, expressão cultural de submissão à liderança

masculina, [34] mesmo podendo ser substituido por outros símbolos mais apropriados ao século vinte, ainda assim a própria liderança tem origem na criação, não na cultura.

Como, então, interpretaremos liderança?

Alguns eruditos mostram que no grego clássico kephalê (cabeça) podia significar "fonte" ou "começo", argumentando então a partir daí que Paulo só queria dizer que o homem é a 'origem' da mulher, referindo-se a prioridade de criação. Entretanto, mesmo que fosse assim, isto não pode ser usado para contradizer a noção de liderança.[35] Liderança implica definitivamente algum tipo de autoridade à qual a submissão é necessária. Como quando "Deus pôs todas as coisas debaixo dos seus pés (de Cristo) e, para ser o cabeça de todas as coisas, o deu à Igreja" (Efésios 1:22). Mas devemos ter cuidado e não exagerar isto. É verdade que a mesma exigência de submissão se faz das mulheres ao marido, dos filhos aos pais, dos escravos ao senhor, dos cidadãos ao Estado. É necessário, contudo, que entre tais atitudes haja um denominador comum. Não posso todavia acreditar que alguém conceba como idênticas a submissão da esposa ao esposo, a das crianças, dos escravos e dos cidadãos. Existe na mente um relacionamento muito diferente. Além disso, a palavra **autoridade** não é usada no Novo Testamento para descrever o papel do esposo, nem **obediência** o da mulher. Nem me parece que

subordinação seja a palavra ideal para descrever submissão. Embora seja uma tradução formalmente correta do grego **hupotage**, esta palavra tem na linguagem moderna uma conotação infeliz - de inferioridade, algo que lembra fila militar e disciplina.[36] Sugiro em seu lugar a palavra "responsabilidade" que mais se adequa ao tipo de liderança contemplada. Baseio minha alegação não tanto na palavra em si, mas nos dois modelos que Paulo usa em Efésios 5 para ilustrar a atitude da cabeça em relação ao corpo. O primeiro, é a atitude de Cristo para com seu corpo, a Igreja; o segundo, o interesse pessoal pelo bem-estar do próprio corpo.

Primeiro: "o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da Igreja, sendo este mesmo salvador do corpo" (v.23). Estas últimas palavras são reveladoras. Cristo é o cabeça da Igreja no sentido de ser seu "Salvador". Mudando a metáfora, ele amou a sua Igreja como esposa, "e a si mesmo se entregou por ela" para santificá-la e para apresentá-la a si mesmo Igreja gloriosa, sem mácula nem ruga" (vv 25-27). Em segundo lugar, os maridos devem amar sua mulher como ao próprio corpo. "Quem ama sua esposa, a si mesmo se ama. Porque ninguém jamais odiou sua própria carne, antes a alimenta e dela cuida, como também Cristo o faz com a Igreja; porque somos membros do seu corpo" (vv 28-30). O mundo antigo não pensava no relacionamento

da cabeça com o corpo em termos da neurologia moderna, porque não tinha ainda conhecimento do sistema nervoso central. Pensava-se que a cabeça se integrava ao corpo e dele se nutria. Paulo ainda fez referência em outro lugar, a Cristo como cabeça da Igreja, a quem todo corpo está "bem ajustado e consolidado", e "cresce" (Efésios 4:16; Colossenses 2:19). Podemos perceber diariamente que a liderança do esposo sobre a esposa se refere mais a cuidado do que a controle; mais a responsabilidade que autoridade. Como sua "cabeça" ele se dá a si mesmo por ela em amor como Cristo fez por seu corpo, a Igreja, dela cuidando assim como cuidamos do nosso corpo. Seu interesse não é espezinhá-la, mas liberá-la. Assim como Cristo se deu a si mesmo pela Igreja, a fim de apresentá-la a si mesmo radiante e sem mácula, assim o esposo a si mesmo se dá pela esposa, a fim de criar condições mediante as quais ela possa crescer na plenitude de sua feminilidade.

Mas que é feminilidade, qualidade essa que necessita de condições apropriadas a seu florescimento? Pode-se acaso definir "masculinidade" e "feminilidade" em termos de características invariáveis? Muitos eruditos o negam, explicando que culturas diferentes têm arbitrariamente atribuído qualidades diferentes, conseqüentemente papéis diferentes ao homem e à mulher. Margaret Mead, por exemplo, em sua obra clássica Homem e Mulher (Male and Female), "um estudo dos sexos num mundo em mudanças", compara entre si os conceitos de sexualidade em sete povos do Mar do Sul, e na América contemporânea. Mostra ali a enorme diversidade de traços masculinos e femininos, e a grande variação, de cultura para cultura, de diferenças e semelhanças, vulnerabilidade, obstáculos e potencialidades. Há no entanto algumas regularidades, esclarece ela - que parecem retroceder, em última análise, a distinções fisiológicas básicas entre homem e mulher, relativas a uma tensão existente entre atividade e passividade, iniciativa e resposta, potência e receptividade. [37] Janet Radcliffe Richards mostra-se compreensivelmente interessada quanto à mesma questão. Ela tem um capítulo intitulado "A Feminista e o Feminino", no qual pergunta: "De que tem medo o povo, quando se declara em guerra contra o feminismo, sob a alegação de que ele resultará no fato de as mulheres cessarem de ser femininas. [38] Mesmo correndo o risco de ofender penso ser necessário encarar a descrição do apóstolo Pedro, referindo-se à mulher como "o sexo mais fraco" (I Pd 3:7). Sem dúvida nenhuma reconhecemos que as mulheres podem ser extremamente fortes. Em algumas culturas elas são responsáveis inclusive por todas as tarefas manuais pesadas, revelando-se capazes de admiráveis façanhas de resistência física. Lembremos as Amazonas, as guerreiras da mitologia grega... No entanto,

mesmo uma ardente feminista como Janet Richards se vê obrigada a concordar que "presumivelmente as mulheres, em algum sentido, tenderão a ser mais fracas que os homens".[39] E Margaret Mead escreve: Em toda a sociedade os homens são geralmente maiores do que as mulheres, e mais fortes que elas.[40] A razão pela qual nos sentimos um tanto embaraçados em fazer tal afirmação é o fato de não ser a "fraqueza" uma qualidade que os ocidentais do século vinte normalmente admiram. É que temos absorvido algo da filosofia do poder de Nietzsche... Como conseqüência, temos a tendência de desprezar a fraqueza. No entanto Pedro nos diz que ela deve ser honrada. Além disto, o reconhecimento de que a mulher é "mais fraca"não é incompatível com a outra afirmação do apóstolo no mesmo versículo -, de que ela e o esposo são igualmente "herdeiros do dom gracioso da vida [eterna].

Sob a rubrica de "fraqueza" talvez devamos incluir certos traços caracteristicamente femininos, como a gentileza, a ternura, a sensibilidade, a paciência e a devoção. São plantas delicadas que irracionalmente esmagamos sob os pés, e que murcham e morrem se o clima é adverso. Não posso considerar como ofensiva para as mulheres a afirmação de que a liderança masculina é meio dado por Deus, pelo qual a sua feminilidade é protegida e habilitada a florescer. É evidente que o

homem necessita da mulher (não é bom que o homem esteja só), mas também a mulher necessita do homem. A verdadeira liderança masculina não tem a intenção de sufocá-la, mas servir a ela e garantir que ela seja e possa tornar-se mais plenamente ela mesma.

O grito sincero da feminista é pela "liberação". Ela se sente inibida pela ameaça do domínio masculino, a possibilidade de o homem descobrir sua verdadeira identidade. Letha Scanzoni e Nancy Hardesty, por exemplo - que seguem o Dr. Paul Jewett no seu tratamento do material bíblico - logo no início do seu livro intitulado Tudo o que Tencionas Ser (All We're Meant To Be) dizem: "A mulher cristã liberta é livre para se conhecer, para ser ela mesma e desenvolver-se em sua própria maneira especial, usando criativamente e ao máximo seu intelecto e seus talentos". Lá pelo final eles escrevem: "Quais são as questões básicas da liberação da mulher? Deseja ela tornar-se homem? Não! O que ela almeja é simplesmente ser pessoa humana plena, completa; livre para oferecer ao mundo tudo o que sua mente e personalidade individual tem para oferecer.[41]

O desejo firme e ardente de autoconhecimento, a aspiração de simplesmente desenvolver-se e usar seus dons no serviço ao mundo é tão obviamente a vontade de Deus em relação a ela, que negar-lhe isso ou frustrá-la é terrível opressão. É direito básico da mulher, e

responsabilidade sua descobrir-se a si mesma, desvendar sua identidade e sua vocação. A questão fundamental reside nesta indagação: em que relacionamento com o homem a mulher se encontrará e será ela mesma? Certamente não será mediante uma subordinação que implique inferioridade em relação ao homem ou produza auto estima inferior. Letha Scanzoni e Nancy Hardsty insistem em sua necessidade de "um companheirismo plenamente igual". Igualdade e companheirismo entre os sexos são realmente princípios bíblicos muito saudáveis. Contudo não o serão, se pressionados no sentido de negar a liderança masculina de cuidado protetor. É, sem dúvida, realmente a idéia de uma liderança deformada de domínio o que tem convencido as mulheres a respeito da impossibilidade de se acharem a si mesmas desta maneira. Somente o ideal bíblico de liderança amoravelmente altruísta pode, com justiça, ser chamado de semelhante a Cristo. Somente Ele poderá convencer a mulher de que irá facilitar, e não destruir sua verdadeira identidade.

Aplicar-se-á esta verdade exclusivamente à mulher casada, cujo cabeça protetor é o esposo? Mas que dizer da solteira? Provavelmente a razão de esta questão não ser diretamente tratada na Escritura é o fato de, naqueles dias, as mulheres não casadas permanecerem sob o cuidado protetor do pai, assim como as casadas sob o

do marido. No entanto, é muito comum hoje, pelo menos no ocidente, a mulher não casada abandonar o lar dos pais a fim de se estabelecer, em sua própria casa, independente. Não vejo razão para oposição a isso. Penso, contudo, que não é natural a mulher isolar-se completamente do homem, posto que homem e mulher necessitam um do outro. O pleno florescimento de sua feminilidade certamente se daria num outro contexto - ou no trabalho, ou na igreja (no caso de ser cristã), quando poderia então contar com o cuidado de um homem. Se é verdade que não é bom que o homem esteja só, sem a companhia feminina, também não é bom que a mulher esteja só, sem a liderança masculina.

MINISTÉRIO

O chamamento da mulher para o ministério é um fato que dificilmente necessitará de demonstração. "Ministério é serviço" (**diakonia**), e **todo** cristão - homem e mulher, jovem e velho - é chamado para seguir as pegadas daquele que não veio ser servido, mas para servir (Mc 10:45). A única questão sobre a qual refletir é a forma que deve assumir seu ministério, e se deve colocar limites a ele; também se a mulher deve ser ordenada.

A Igreja Católica Romana e a Igreja Ortodoxa Oriental não têm mulheres no ministério; eles adotam uma

posição firme contra este desenvolvimento. Muito embora enfrentando sérias divergências, muitas igrejas luteranas as têm no ministério. Na Escandinávia, por exemplo. A Igreja Reformada da França em 1965 aceitou mulheres no ministério, e no ano seguinte o mesmo aconteceu à Igreja da Escócia. Entre as Igrejas Livres Britânicas, desde 1917 as Congregassionais têm tido ministério feminino, enquanto os Metodistas e Batistas vêm só recentemente seguindo seu exemplo. Na Igreja Anglicana o padrão é irregular. O Bispo R. O. Hall, de Hong Kong, foi o primeiro a ordenar uma mulher para o ministério (isto é: presbítera). Isto aconteceu em 1944. Em 1968, a Conferência Lambeth (de bispos anglicanos) declarou que "os argumentos teológicos apresentados a favor e contra a ordenação de mulheres para o sacerdócio são inconclusivos". Entretanto, em 1975 o Sínodo Geral da Igreja da Inglaterra expressou o ponto de vista segundo o qual "não há objeções fundamentais à ordenação de mulheres para o sacerdócio" - muito embora nenhuma mulher tenha ainda sido ordenada pela Igreja da Iglaterra. Então, na Conferência Lambeth, de 1978, os bispos reconheceram que algumas províncias Anglicanas tinham agora mulheres clérigas. Concordaram então em respeitar a disciplina uns dos outros nesta matéria. Contudo, o que prevalece é uma profunda divisão - em parte teológica, em parte ecumênica. A razão é o possível

dano que a ordenação de mulheres provocará nos relacionamentos anglicanos com a Igreja Católica Romana e a Igreja Ortodoxa. Um grupo apreciável rompeu com a Igreja Episcopal Americana em razão deste assunto, e divisão semelhante ameaça a Igreja da Iglaterra, caso haja ordenação de mulheres. Entretanto, no que se refere a outras esferas, como exemplo o de diaconisa e missionária pioneira, a mulher tem notável registro de serviço eficaz e dedicado.

Alguns cristãos imbuídos do desejo de pensar e agir biblicamente dirão que é inadmissível a ordenação de mulheres. Não só eram homens todos os apóstolos e presbíteros no tempo do Novo Testamento, como as instruções específicas de que as mulheres devem "permanecer caladas na igreja" e "não ensinar ou ter autoridade sobre os homens",[42] encerra a matéria.

Entretanto, este é apenas um lado do argumento; do outro lado, uma forte alegação bíblica pode ser formulada em favor da ativa liderança feminina na igreja, inclusive no ensino e no ministério. No Velho Testamento havia profetisas tanto quanto profetas, as quais eram chamadas e enviadas por Deus para serem portadoras da sua Palavra. Mulheres como Hulda, no tempo do rei Josias. Antes dela Míriam, irmã de Moisés, foi descrita como "profetisa", enquanto Débora foi mais: ela "julgou" também Israel por alguns anos, resolvendo suas disputas

e conduzindo-os à batalha contra os cananitas. [43] No Novo Testamento, embora na verdade Jesus não tenha tido nenhuma mulher no apostolado, foi à mulher que ele primeiro se revelou depois da Ressurreição, tendo confiado a ela as boas-novas da sua vitória. [44] O livro de Atos e as Epístolas, por sua vez, contém muitas referências a mulheres que falavam e mulheres que trabalhavam. As quatro filhas não casadas de Felipe, o evangelista, tinham o dom de profecia. Paulo, por seu turno, se refere às mulheres que oravam e profetizavam na igreja de Corinto. Parece que ele permaneceu várias vezes em companhia de Áquila e Priscila ("meus cooperadores em Cristo", como os chamava). Priscila era evidentemente ativa no trabalho de Cristo, em seu companheirismo conjugal. Por duas vezes é mencionada antes do marido. Os dois convidam Apolo a sua casa, a fim de instruí-lo mais precisamente acerca do caminho.[45] Parece que Paulo teve mulheres auxiliadoras em sua companhia, assim como Jesus. É expressivo o número de mulheres que menciona em suas cartas. Eudócia e Síntique, em Filipos, são por ele descritas como "cooperadoras" (termo que também emprega para homens como Timóteo e Tito) combatentes ao seu lado "na causa do evangelho". Em Romanos 16 ele se refere aproximadamente a oito mulheres, começando pela irmã Febe, serva (e talvez diaconisa) da igreja de Cencréia, "protetora de muitos", inclusive dele

próprio. Envia então saudações a Maria, Trifena, Trifosa, e Pérsis (entre outras), as quais - diz ele - trabalharam "duro" ou "muito duro" no serviço do Senhor. [46]

É verdade que todos os exemplos bíblicos do parágrafo anterior são de ministério de mulheres que eram ou "carismáticas" (e.g.profetisas), ou informais, ou privadas (e.g. Priscila ensinando a Apolo em sua casa), sendo que nenhum foi "institucional"(e.g. presbíteras). Se Deus não viu nenhum obstáculo que impedisse a vocação da mulher para o papel de ensinar, permanece sobre a Igreja o peso de reduzir provas que mostrem que as mulheres não devem ser apontadas para o exercício de responsabilidades semelhantes.

Entretanto, além das referências específicas feitas acima há mais uma a corroborar com o ministério da mulher(inclusive liderança e ensino). É que, no dia do Pentecoste, em cumprimento da profecia Deus derramou do seu Espírito sobre "toda carne" - inclusive "filhos *e filhas*" e "servos, homens *e mulheres*". Se o próprio Espírito foi dado a todos os cristãos, de ambos os sexos, também foram concedidos os dons que dele procedem. Não há evidência, nem sequer insinuação, de que os carismas se restringiam ao homem. Pelo contrário, os dons do Espírito foram distribuídos entre todos, para o bem comum, tornando possível o que é muitas vezes chamado de "ministério de todo membro do Corpo de Cristo" [47].

Devemos concluir que Cristo não apenas concedeu dons (inclusive os de ensinar) à mulher, mas paralelamente com os dons, chamou-a a desenvolver e exercitar esses dons em seu serviço e no serviço aos outros, para a edificação do seu Corpo.

Até aqui, tudo claro. Mas, voltemos agora à dupla ordem dada a mulheres para permanecerem em silêncio nas assembléias públicas. Como tratar esses textos? Têm-se feito tentativas no sentido de restringir sua aplicação às circunstâncias locais particulares. Certamente o contexto de I Coríntios 14 é a edificação da Igreja (e.g. vs. 3fs e 26). Daí a exigência de que "tudo seja feito com decência e ordem"(v.40).

Portanto, é bem possível, conforme sugerem alguns comentadores, que assim como os que falavam em línguas deviam permanecer calados na igreja caso não houvesse intérprete (v.28), e o profeta precisava parar de falar se uma revelação fosse dada a algum outro (v.30), também mulheres tagarelas deviam "permanecer silenciosas na igreja". Se tivessem perguntas, que as fizessem ao marido, em casa (v.34f). Porque (e este era o princípio que governava o comportamento público na igreja) Deus não é de confusão mas de paz (v.33)[48]. Será difícil interpretar como proibição qualquer fala de mulher na igreja. Basta lembrar que Paulo se referiu anteriormente às profetisas (11:5), e aqui permite a cada um que

contribuia com salmo, doutrina, revelação, língua ou interpretação (v.26), sem limitar essa oportunidade ao homem.

Não acho que tenha sido bem sucedida a tentativa de uns de entender I Timóteo 2:11, em alusão a algum movimento feminista particular herético.[49] A instrução do apóstolo foi bem geral: "A mulher aprenda em silêncio com toda sujeição."

O que me impressiona a respeito destas sentenças (e sobre I Coríntios 14:34) - o que aliás não tem sido suficientemente considerado pelos comentadores - é o fato de Paulo expressar duas antíteses: a primeira entre "aprender caladas" ou "em silêncio" e "ensinar", e a segunda entre "toda submissão" e "autoridade". A última, ponto substancial, confirma o ensino constante de Paulo sobre a submissão da mulher à liderança masculina e se acha firmemente radicado na descrição bíblica da criação (porque Adão foi criado primeiro, depois Eva). Mas a outra instrução (a exigência de silêncio e a proibição de ensinar), a despeito da referência polêmica ao fato de que Eva foi "enganada", não Adão, parece ser uma **expressão** da síndrome submissão-autoridade, em lugar de **adição** a ela. Não parece haver nada inerente à nossa sexualidade distintiva que torne universalmente impróprio a mulher ensinar ao homem. Assim, é porventura possível (embora a exigência de "submissão"

seja de validade permanente e universal visto estar radicada na criação) que a exigência de "silêncio", bem como a de "cobrir a cabeça" (I Coríntios 11) tenha sido uma aplicação cultural do primeiro século? É possível, então, que a experiência do silêncio feminino não tenha sido uma proibição absoluta de as mulheres ensinarem aos homens, mas proibição de algum tipo de ensino que possa infrigir o princípio da liderança masculina.

Minha resposta provisória às minhas próprias perguntas é afirmativa. Eu creio que há situações nas quais é perfeitamente apropriado à mulher ensinar ao homem, visto que ao fazê-lo ela não está usurpando uma autoridade indevida sobre ele. Para isso três condições precisam ser cumpridas, relativamente ao conteúdo, ao contexto e ao estilo do ensino.

Primeiro, o **conteúdo**. Jesus escolheu indicou e inspirou seus apóstolos como mestres infalíveis da sua Igreja. E todos eram presumivelmente homens, portanto, seus ensinamentos fundamentais requeriam alto grau de autoridade. A situação hoje é inteiramente diferente. Há muito o Cânon da Escritura foi encerrado, e não há apóstolos na Igreja. Na verdade a função primária dos mestres cristãos é "guardar o depósito" da doutrina apostólica no Novo Testamento e a expor. Portanto, eles não reivindicam autoridade própria, mas se colocam a si mesmos e seus ensinos sob a autoridade da Escritura.

Sendo assim, não podem as mulheres ser contadas entre eles?

Em segundo lugar há o **contexto** do ensino, que deve ser entregue à equipe ministerial na igreja local. Quer direta ou indiretamente, Paulo indicou "presbíteros" (plural) em todas as igrejas.[50] Muitas igrejas locais em nossos dias estão se arrependendo do ministério não bíblico de um só homem, e voltando ao modelo sadio de supervisão pastoral pluralista. Os membros de uma equipe podem capitalizar a soma total de seus dons, e nela deve haver seguramente uma mulher, ou mulheres. Mas, mantendo o ensino bíblico da liderança masculina, penso que um homem deve liderar a equipe. A prática da "transposição cultural"procura vestir a essência imutável da revelação com roupagem cultural nova e apropriada. No primeiro século, a liderança masculina se expressava na exigência de as mulheres cobrirem a cabeça, e na proibição de ensinarem aos homens. Não poderá ser isto expresso hoje, de maneira que seja tanto fiel à Escritura quanto relevante ao século vinte, em termos de participação feminina na equipe de ministros da qual os homens sejam líderes? O conceito de equipe deve também cuidar do problema da disciplina eclesiástica. Diz-se, acertadamente, que disciplina envolve autoridade, não devendo, portanto, ser exercida por mulheres. Mas, então, não pode ser também exercida

por um homem exclusivamente. A disciplina (especialmente na forma extrema de exclusão da comunhão) deve, preferencialmente, ser aplicada por toda a membresia da igreja local, e antes que decisão definitiva seja alcançada por uma equipe de líderes ou presbíteros juntos. [51]

A terceira condição da aceitação do ensino pela mulher diz respeito ao **estilo**: Os mestres cristãos não devem ser valentões, sejam homens ou mulheres. Sua humildade deve manifestar-se tanto na submissão à autoridade da Escritura quanto em seu espírito de modéstia pessoal. Jesus advertiu os apóstolos contra a imitação, quer do autoritarismo cheio de vanglória dos fariseus, quer da fome dos senhores do governo secular. [52] E o apóstolo Pedro, sensível à tentação de orgulho que todo líder cristão enfrenta, exorta os companheiros de presbiterato a colocarem o avental da humildade, não como dominadores dos que foram confiados aos seus cuidados pastorais, mas tornando-se modelo do rebanho de Cristo.[53] Estas instruções aos homens seriam ainda mais claramente exemplificadas nas mulheres que atingiram sua identidade feminina e não estão tentando ser, creio eu, homens.

Então, parece biblicamente permissível que as mulheres ensinem aos homens, desde que o conteúdo do ensino seja bíblico, seu contexto uma equipe, e seu estilo

humilde. Porque, em tal situação, elas estarão exercitando seus dons sem reivindicar uma "liderança" que não lhes pertence.

Quer dizer então que as mulheres não devem ser ordenadas? A dificuldade que tenho em dar resposta direta a esta pergunta se deve às camadas de confusão que a têm envolvido. Que é "ordenação"? E para que espécie de "ministério" ela se torna a porta? Os cristãos de convicção católica tendem a dizer que as mulheres não podem ser "sacerdotisas". Mas desde que eu não creia que o ministério pastoral é "sacerdotal" no sentido "católico", este problema deixa de ser meu. Os cristãos de convicção reformada tendem a ver o presbiterato como um ofício fixo que envolve necessariamente ambos, ensino autorizado e exercício de disciplina - não aberto, conseqüentemente, às mulheres. Mas é duvidoso se o Novo Testamento nos dá um projeto rígido de ministério em que todos os pastores sejam "presbíteros docentes", de acordo com o modelo Reformado.

Supondo que a supervisão contemplada no Novo Testamento não seja sacerdotal no sentido "católico", mas pastoral; e supondo que não seja também necessariamente presbiterial no sentido Reformado fixo de autoridade e disciplina, porém mais fluido, modesto e variado, oferecendo tipos e graus diferentes de ministérios; e supondo que a ordenação envolva o

reconhecimento público de dons dados por Deus, juntamente com a autorização pública para seu exercício numa equipe, devem o "ministério" e a "ordenação" concebidos nestes termos, ser negados às mulheres? Não posso ver por quê. É verdade que os pastores de igreja local são descritos como "acima" da congregação no Senhor, e se diz que as congregações devem "obedecer a seus líderes e à autoridade". [54] Se todo ministério cristão ordenado tem inevitavelmente este sabor de autoridade e disciplina, penso ser ele exclusivamente destinado a homens. Mas se há circunstâncias nas quais o cuidado pastoral do povo é um ministério muito mais modesto, e o estilo para seu exercício é modesto, então nenhum princípio bíblico é infringido se as mulheres dele participarem. Espero que esteja claro que a questão fundamental perante a igreja não é nem "sacerdócio", nem "ordenação", mas o grau de autoridade necessariamente inerente ao presbiterato. O problema prático, pelo menos da perspectiva anglicana, é se a mulher deve ou não ser ordenada para o presbiterato. E que então seu ministério seja restringido pela licença à membresia de uma equipe pastoral. Não penso ainda ser biblicamente apropriado à mulher tornar-se Reitora ou Bispo.

Concluo com algumas observações fundamentais: Se Deus dota as mulheres de dons espirituais (Ele o faz), e as chama para exercitarem seus dons para o bem comum

(Ele o faz), então a igreja deve reconhecer os dons e o chamado de Deus estabelecendo esferas apropriadas de serviço a elas acessíveis - bem como "ordená-las (isto é, comissioná-las e autorizá-las) para o exercício do ministério dado por Deus, pelo menos na base de situações de equipe. Nossas doutrinas bíblicas da criação e redenção nos dizem que Deus deseja que o povo por Ele dotado se sinta realizado, nunca frustrado, e sua Igreja seja enriquecida através de seu serviço.

Notas Bibliográficas

1 • Platão, Timeus, Loeb Classical Library, trad. R. G. Bury Heinemann, 1929, pág. 249, parág. 91a.

2 • Aristóteles, The Generation of Animals, II, iii Loeb Classical Library, trad A. L. Peck (Londres, Heinemann, 1943), pág. 175

3 • Josephus, Against Apion ou On The Antiquity of the Jews, Livro II, para 201, Loeb Classical Library, trad. H. St. J. Thackeray (Heinemann, 1926), pág.373.

4 • William Barclay, Ephesians,Daily Study Bible (St. Andrews Press) págs, 199ff.

5 • Tertuliano, On the Apparel of Women, Livro 1, Capítulo 1, The Ante - Nicene Fathers, Vol. IV Grand Rapids, Eerdmans, republicado em 1982), pág.14.

6 • Germaine Greer, The Female Eunuch, (Paladin, 1971), pág.12

7 • Ibid., págs. 18,22

8 • Ibid., págs. 59-60

9 • Janet Radcliffe Richards, The Sceptical Feminist, a philosophical Enquiry (1980; Penquin, 1982), pág. 11.

10 • Ibid., págs, 13-14,16.

11 • An Inclusive Language Lectionary: Readings For Year A (Cooperative Publication Association, 1983). As citações são do Prefácio e da Introdução.

12 • Dt 32:18 cf. Is 42:14; Is 49:15; 66:13; Sl 131:1ff; Lc 15:8ff; Mt 23:37.

13 • Gandhi: An Autobiography (1949); Jonathan Cape, 1966), págs. 360f.

14 • The Koran, traduzido por N. J. Dawood (Penguin, 1966), págs. 360f.

15 • Raymond de Coccola, Ayorama (1955; Paper Jacks, Ontario, 1973), pág.212.

16 • Lc 1:28,42.

17 • Lc 8:1ff; Jo 20:10ff; Jo 8:1ff; Lc 7:36ff

18 • Lc 10:38ff; Jo 20:11ff; John Venham argumenta convincentemente em Easter Enigma (Paternoster, 1984) que Maria de Betânia era, de fato, Maria Madalena (págs.22,23).

19 • Jonh Howard Yoder, The Politics of Jesus (Eardmans, 1972) pág. 177, rodapé 23.

20 • Betty Friedan, The Femine Mystique (Pelican, 1963), pág. 68.

21 • Leslie F. Church, ed. Matthew Henry's Commen tary (1708; Marshall Morgan & Scott, 1960), pág.7.

22 • The Sceptical Feminist, pág.65.

23 • George F. Gilder, Sexual Suicide (1973; Bantam, 1975), pág.v.

24 • Ibid. pág.46

25 • Ibid. pág. 246.

26 • Ibid. pág. 63.
27 • Paul K. Jewett, Man as Male and Female (Eardmans. 1975), pág. 68.
28 • Ibid. pág. 86.
29 • Ibid. pág. 112.
30 • Ibid. pág. 134.
31 • Ibid. pág. 138.
32 • Ver Discovering An Evangelical Heritage, por Donald W. Dayton (Harper & Row, 1976). Em seu capítulo intitulado "As Raízes Evangélicas do Feminismo" (pág.85-98), o Dr. Dayton traça as raízes do movimento feminista americano até os reavivamentos de Charles G. Finney, cujo Oberlin College se tornou o primeiro colégio co-educacional do mundo" (pág.88).
33 • James B. Hurley, Man and Woman in Biblical Perspective, um estudo do papel dos relacionamentos e autoridade (IVP, 1981) págs, 206-214.
34 • James B. Hurley nos dá um estudo completo sobre os "véus". Ele mostra que o Velho Testamento não contém lei alguma sobre o uso do véu, e o costume hebreu e greco-romano era estar a mulher normalmente sem véu. Em ambas as culturas também era comum às mulherés erguerem o cabelo: cabelos soltos ou pendurados eram sinal de tristeza ou de separação da comunidade (e.g.,por lepra, votos de nazireu ou suspeita de adultério). O Dr. Hurley argumenta, entretanto, que o "cobrir" e o "descobrir" que Paulo menciona se refere ao levantar e abaixar os cabelos. A NIV (New Internacional Version) também na margem adota esta interpretação (ibid. págs.45-47; 66-68, 162-171, 178-9 e 254-71).
35 • O argumento "origem" é aparentemente derivado de artigo de S. Bedale, "The Meaning of Kephale in Pauline Epistles" (Journal of Theological Studies, 5, 1954). tem sido erroneamente pensado como negando os elementos de "autoridade". Ver James B. Hurley, op. cit. pág. 164 (rodapé).
36 • Stephen B. Clark opta por esta palavra em sua magistral pesquisa Man and Woman in Christ, um exame dos papéis do homem e da mulher à luz da Escritura e das ciências sociais (Servant Bocks, 1980), págs. 23-45. A despeito da sua distinção entre subordinação "coerciva" "mercenária" "voluntária", mantenho-me pouco à vontade com a palavra.
37 • Margaret Mead, Male and Female (1949; Penguin, 1962), e.g.págs.41,71,86 e 192ff. Considera também o ensino Chinês muito antigo sobre o equilíbrio entre Yin (princípio feminino ou passivo) e Yang

(masculino ou ativo). Stephen B. Clark resume as conclusões da psicologia e da antropologia nas diferenças entre os sexos (obra cit, págs. 371-465).

38 • The Sceptical Feminist, pág. 192).

39 • Ibid., pág. 175.

40 • Male and Female, pág.88.

41 • Letha Scanzoni e Nancy Hardesty, All We' re Meant To Be, uma abordagem bíblica à libertação feminina (Word, 1974), págs. 12 e 206.

42 • I Co 14:34; I Tm 2:12.

43 • II Rs 22:11ff; II Cr 34:19ff; Ex 15:20; Jz 4 e 5.

44 • Jo 20:10ff; Mt 28:8ff.

45 • At 21:9; I Co 11:5cf. Jl 2:28; At 2:17, At 18:26.

46 • Fp 4:2ff; Rm 16:1ff.

47 • At 2:17ff; I Co 12:4ff.

48 • Em interessante artigo intitulado "Pandemônio e Silêncio em Corinto", em The Reformed Journal, vol. 28 nº 6 (Junho 1978), Richard e Catherine Clark Kroeger mostram que a antiga Corinto era um centro bem conhecido do culto de Baco (Dionísio), que incluía gritaria frenética, especialmente de parte das mulheres. Sugerem, portanto, que Paulo fazia um apelo em favor do auto-controle no culto, e que o *laleio* que proibia (palavra onomatopaica) era ou a gritaria insensata de *"alala"*, ou o balbucio mexerico.

de 1980), Richard e Catherine Clark Kroeger se referem de maneira geral à ênfase nas Epístolas Pastorais na necessidade de "silenciar"heréticos (e.g.Tt 1:10) e, em particular, os sistemas gnósticos posteriores que "baseavam sua gnose em revelação especial dada a uma mulher", notavelmente Eva. Ela foi a primeira a comer da árvore do conhecimento (gnose), e também (pensavam alguns) desfrutara de existência prévia. Tinha, pois, duas qualificações para instruir Adão. Se tal heresia já era correspondente (o que é especulativo), a insistência de Paulo em afirmar que Adão foi criado primeiro e Eva enganada (não iluminada) primeiro, teria certamente assumido significação extra. Outros comentadores argumentam que o forte verbo *authenteo* (único aqui no Novo Testamento, e significa dominar) foi algumas vezes usado com conotação sexual, e o que Paulo proíbe é a sedução de homens, indubitavelmente comum na prostituição do templo de Éfeso. Mas isto é, na melhor hipótese, especulativo, e a ordem de "silêncio" pareceria um meio estranhamente sinuoso de proibir tais práticas.

50 • e.g. At 14:23; 20:17; Fp 1:1; Tt 1:5.

51 • e.g. Mt 18:17; I Co 5:4f; Hb 13:17.

52 • Mt 23:1ff e Mc 10:42ff.

53 • I Pd 5:1ff.
54 • I Ts 5:12; Hb 13:17.

CASAMENTO E DIVÓRCIO

EMBORA EM TODAS AS SOCIEDADES o casamento seja uma instituição reconhecida e regulamentada, não é uma invenção humana. O ensino cristão sobre este tópico começa com a alegre afirmação de que o casamento é concepção de Deus, não do homem. Como diz o Prefácio do Serviço de Casamento de 1662, ele foi "instituído por Deus mesmo no tempo da inocência do homem"; foi "adornado e dignificado pela presença de Cristo, numa festa nupcial em Caná, e simboliza a "união mística entre Cristo e sua Igreja". Vemos, pois, que Deus formalizou, endossou e enobreceu o casamento. Se bem que ele chama alguns a renunciar a ele e permanecer solteiros durante toda a vida[1], sendo que no mundo futuro, após a ressurreição, ele será abolido[2]. No entanto, enquanto durar a ordem presente o casamento deve ser honrado por todos; aqueles que o proíbem são falsos mestres, seduzidos por espíritos enganadores[3]. Além disso, por ser uma "ordenação da criação"que precede a Queda, deve ser considerado um dom gracioso de Deus à humanidade.

A teologia clássica tem seguido a revelação bíblica, ao identificar três propósitos principais pelos quais Deus ordenou o casamento. Ela os tem relacionado usualmente na ordem em que são mencionados em Gênesis 1 e 2,

ao mesmo tempo que comenta que, a prioridade de ordem não significa necessariamente prioridade de importância. O primeiro mandamento ao homem e à mulher, feitos por Deus à sua própria imagem, foi: "Sede fecundos e multiplicai-vos" (Gn 1:28). Assim, a procriação de filhos tem normalmente encabeçado a lista, acrescentando-se a isso, no entanto, que sua criação deve dar-se em clima de amor e disciplina.[4]

Em segundo lugar, diz a Palavra que "não é bom que o homem esteja só. Far-lhe-ei uma auxiliadora que lhe seja idônea" (Gn 2:18). Vemos que o desejo de Deus era que o casamento (citando outra vez o Livro de Oração Comum, de 1662) fosse "para convívio, auxílio e conforto mútuo, que cada um pode receber do outro, tanto na prosperidade como na adversidade". O Dr. Jack Dominian usa uma fraseologia mais moderna, escrevendo que marido e mulher devem dar um ao outro sustento (apoiando e cuidando um do outro), cura (porque a vida conjugal é o melhor contexto no qual as feridas da primeira infância podem ser saradas pelo amor), e crescimento ou auto-realização (estimulando um ao outro a atingir sua potencialidade individual e assim se tornarem pessoas amadurecidas)[5].

Em terceiro lugar, o casamento almeja ser o compromentimento recíproco de amor altruísta, que encontra expressão natural na união sexual, ou no tornar-

se "uma só carne" (Gn 2:24).

Estes três propósitos têm sido fortalecidos pela Queda. A disciplina de amor da vida familiar tem-se tornado profundamente necessária em razão da obstinação dos filhos; o apoio mútuo, em virtude das dores de um mundo fraturado, e a união sexual pelas terríveis tentações da imoralidade. Os três propósitos, porém, já existiam antes da Queda, e devem ser vistos como provisão amorável de Deus na instituição do casamento.

Quanto mais alto for nosso conceito sobre o ideal de Deus com relação ao casamento e à família, mais devastadora se tornará a experiência do divórcio. Um casamento que teve início em ambiente de amor terno e ricas esperanças se transforma em ruínas. O rompimento conjugal é sempre uma tragédia. Contradiz a vontade de Deus, frustra seu propósito, traz ao esposo e à esposa as dores da alienação, da desilusão, da recriminação e da culpa, e precipita os filhos na crise da confusão, da insegurança e freqüentemente do ódio.[6]

MUDANÇAS DE ATITUDES

Todavia, a despeito dos sofrimentos envolvidos, o número dos divórcios continua a aumentar. Em 1980, houve na Grã Bretanha, 409.000 casamentos (dos quais 35 por cento eram re-casamentos) e 159.000 divórcios.

Calculou-se que no ano anterior realizou-se um casamento em cada 85 segundos, e um divórcio em cada 180. O número total de pessoas divorciadas na Bretanha vai além de dois milhões, e há um número alarmante de famílias de um pai ou mãe. A taxa britânica de divórcio, que tem aumentado de 600 por cento durante os últimos vinte e cinco anos, é atualmente uma das mais altas do mundo ocidental. No Reino Unido desfaz-se um casamento em cada três; e nos EUA, mais de um em cada dois.[7]

As razões sociológicas que explicam o crescimento da taxa do divórcio são muitas e variadas. Inclui a emancipação da mulher, mudança no padrão de emprego (esposo e esposa trabalham), pressão sobre a família em decorrência do desemprego e de aperturas financeiras, e, sem dúvida, as provisões da lei civil, que tornou o divórcio mais fácil. Indubitavelmente, porém, a maior de todas as razões é o declínio da fé cristã no Ocidente, juntamente com a perda do comprometimento em relação à compreensão cristã da santidade e permanência do casamento, e o crescente assalto não-cristão ao conceito tradicional sobre sexo, casamento e família. Clara indicação da secularidade destas áreas é o fato de que, enquanto em 1850 somente 4 por cento dos casamentos britânicos se realizavam perante o Registro Civil (em oposição à igreja, capela ou sinagoga), em

1979 esta porcentagem subiu para 51.

Considera-se como exemplo de atitudes mudadas o livro escrito por George e Nena O'Neill, intitulado Casamento Aberto: um novo estilo de vida para casais (Open Marriage: a new lifestyle for couples). Eles declaram que o casamento monogâmico é obsoleto, e exortam seus leitores a substituir uma "instituição arcaica, rígida, obsoleta, opressiva, estática, decadente e vitoriana" por uma que seja "livre, dinâmica, honesta, espontânea e criativa". Recusam-se a glorificar, quer o casamento tradicional, quer a maternidade, e consideram os parceiros iguais, pessoas independentes que desfrutam reversibilidade completa e descompromissadas.[8]

Em carta divulgada ao jornal The Times, de 14 de julho de 1983, o Dr. Jack Dominian expressou sua opinião de que a sociedade está agora testemunhando "uma profunda mudança na natureza do casamento". "O nome permanece o mesmo - escreveu ele - mas seu mundo interior está mudando, deixando de ser primariamente permanente em que os filhos e seu bem estar eram a preocupação principal, para se tornar relacionamento que aspira a ser permanente, em que o companheirismo, a igualdade e a realização pessoal estão se tornando tão importantes quanto o bem-estar dos filhos".

O Dr. Dominian foi muito delicado ao chamar esta

mudança por seu nome apropriado: "egoísmo". E seguramente é isso mesmo. Se cada cônjuge passa a considerar o casamento basicamente uma busca da sua (dele ou dela) auto-realização, em lugar de uma aventura de mútua-entrega, através da qual pais e filhos crescem em maturidade, o resultado é provavelmente tornar-se gelado. No entanto, é exatamente esta atitude auto-cêntrica do casamento que está sendo advogada hoje por muitos. Eis aqui uma despudorada citação do livro *Divórcio, como e quando separar-se* (Divorce: how and when to let go), de John H. Adam e Nancy Williamson Adam (Prentice Hall, 1979). Apareceu na edição de junho de 1982, da revista Nova Mulher (New Woman), que alega ter mais de oito milhões de leitores: "Sim seu casamento pode estar roto. As pessoas mudam seus valores e estilo-de-vida. Mudança e crescimento pessoal são características das quais você deve orgulhar-se. Elas mostram uma mente pesquisadora. Você deve aceitar a realidade de que no mundo multifacetado dos nossos dias é especialmente fácil a duas pessoas crescerem separadas. Descartar-se do seu casamento - se não mais lhe agrada - pode ser o ato mais bem-sucedido que você jamais praticou. Obter o divórcio pode ser um passo positivo, solucionador de problemas, orientado no sentido do crescimento. Pode ser um triunfo pessoal", aqui está a mente secular em sua mais cínica perversidade. Celebra o fracasso como

sucesso, a desintegração como crescimento, e o desastre como vitória.

O ponto de vista cristão do casamento como comprometimento ou contrato indissolúvel não é apenas sustentado hoje por uma minoria no Ocidente. Também a Igreja está em perigo de se dar por vencida diante do mundo; também entre cristãos o casamento não é mais estável como costumava ser, e o divórcio está se tornando praticamente um lugar comum. Até mesmo líderes cristãos se divorciam e tornam a casar-se ao mesmo tempo que conservam sua posição de liderança cristã. Também nesta área a mente cristã dá sinais de capitulação diante do secularismo.

Meu interesse neste capítulo é chamar a atenção para compreensão cristã do casamento, tal como exposta na Escritura. Aspectos políticos-legais (como o lugar da ofensa matrimonial no conceito de colapso irrecuperável, justiça em acordos financeiros, custódia e acesso aos filhos) são muito importantes. São igualmente fundamentais as questões sociais e psicológicas, algumas das quais já mencionei. Considerarei, na parte final, os assuntos pessoais e pastorais. Para a mente cristã, entretanto, questões bíblicas têm importância primária, e nem mesmo o trauma penoso de um casamento fracassado pode constituir-se em desculpa para evitá-las.

Qual é a vontade de Deus à luz de sua revelação, com

respeito ao casamento, e à possibilidade de divórcio e novo casamento? E como estruturar as nossa praxes e práticas de acordo com os princípios bíblicos? Sem dúvida não há respostas fáceis. A Igreja, de modo particular, sente a tensão que existe entre sua responsabilidade profética de dar testemunho dos padrões revelados de Deus, e sua responsabilidade pastoral de mostrar compaixão para com os que se têm mostrado incapazes de manter seus padrões. John Williams está certo quando nos convida a lembrar que "o mesmo Deus que disse por meio de Malaquias "eu odeio o divórcio" (2:16), também disse por meio de Oséias "curarei a sua infidelidade, eu de mim mesmo os amarei, porque a minha ira se apartou deles" (14:4).[9]

O ENSINO DO VELHO TESTAMENTO

O ponto em que a Bíblia chegou mais perto de uma definição de casamento é Gênesis 2:24, que o próprio Jesus citou posteriormente, quando indagado a respeito das bases permissíveis para o divórcio, como palavra de Deus (Mateus 19:4,5). Imediatamente depois de Eva ter sido criada e trazida a Adão, e de Adão a ter reconhecido (num rasgo de amor poético), como sua esposa dada por Deus, o narrador comenta: "Por isso deixa o homem pai e mãe, e se une à sua mulher, tornando-se os dois

uma só carne".

Podemos deduzir daí que o casamento existe aos olhos de Deus quando o homem deixa os pais e se "une" à sua mulher, tornando-se com ela uma só carne. O "deixar" e o "juntar-se"relacionam-se mutuamente e terão lugar nesta mesma ordem. Denotam a substituição de um relacionamento humano (filho-pai), por outro (esposo-esposa). Há algumas semelhanças entre estes relacionamentos, porque ambos são complexos e contêm vários elementos. Estes são físicos (um caso, concepção, nascimento e nutrição, e no outro intercurso sexual), emocional (o "crescimento" sendo o processo de passar da fase de dependência infantil para a da maturidade de cônjuge), e social (filho herdando uma unidade familiar já existente, e pais criando uma nova unidade). Todavia, há também uma diferença essencial entre elas. A expressão bíblica "uma carne" indica claramente que a união física, emocional e social entre esposo e esposa é pessoalmente mais profunda e misteriosa do que o relacionamento entre filhos e pais. Reconhece-se de maneira crescente que o desenvolvimento como ser humano necessita de certa medida de separação emocional destes. E como entende o Dr. Dominian, a falha em conseguir um mínimo de independência emocional é uma das principais causas do fracasso matrimonial.[10]

Gênesis 2:24 implica ser a união conjugal exclusiva

(um homem... sua mulher...), publicamente reconhecida (deixa os pais), permanente (junta-se à sua mulher), e consumada pelo intercurso sexual (torna-se uma carne). Pode-se então aplicar a seguinte definição ao casamento: "Casamento é uma aliança hetero-sexual exclusiva entre um homem e uma mulher, ordenada e selada por Deus, precedida do ato público de deixar os pais, consumada pela união sexual, resultando numa parceria permanente de apoio mútuo, e normalmente coroada pela dádiva de filhos". Não estamos com isso afirmando que o casamento é literalmente "indissolúvel", no sentido de que nada poderá dissolvê-lo, já que o divórcio (que é a dissolução dos vínculos conjugais) é permitido em certas circunstâncias extremas, como veremos. Todavia, mesmo quando permitida a dissolução é sempre o afastamento da intenção e do ideal divino. Em princípio o casamento é união para a vida, que John Murray chama de "original e idealmente indissolúvel".[11] Divórcio é ruptura de aliança, ato de "traição", que Deus afirma que "odeia"(Ml, 2:13ff).

Isto nos leva a Deuteronômio 24:1-4, que é de importância particular, pois é a única passagem do Velho Testamento que se refere a bases ou processo para o divórcio.

"Se um homem tomar uma mulher e se casar com ela, e se ela não for agradável aos seus olhos, por ter ele achado coisa indecente nela, e se ele lhe lavrar um termo de divórcio, e lho der na mão e a despedir de casa; e se, saindo de sua casa, for e se casar com outro homem, e se este a aborrecer, e lhe lavrar termo de divórcio, e lhe der na mão e a despedir da sua casa, ou se este último homem que a tomou para si por mulher vier a morrer, então seu primeiro marido, que a despediu, não poderá tornar a desposá-la, para que seja sua mulher, depois que foi contaminada, pois é abominação perante o Senhor; assim não farás pecar a terra que o Senhor Deus te dá por herança".

O primeiro ponto a ser esclarecido diz respeito à falha na compreensão desta legislação. Ela não requer, nem recomenda, nem mesmo sanciona o divórcio. Diz respeito, primariamente, não ao divórcio, de modo algum, nem mesmo a certificados de divórcio. Seu objetivo é proibir o homem de tornar a casar-se com a primeira esposa, se se divorciou dela, posto que isto seria "abominação aos olhos do Senhor". Pensa-se que o propósito da lei era proteger a mulher do primeiro esposo - imprevisível e talvez cruel. De qualquer modo, os primeiros três versículos são todos prótese ou parte condicional da sentença; a apódose ou conseqüência não começa senão no versículo 4. A lei não é para aprovar o divórcio; o que ela diz é que **se** um homem se divorciar de sua esposa, e **se** dá a ela um certificado, e **se** ela o deixa e torna a casar-se, e **se** seu segundo marido se

desagrada e se divorcia dela, ou morre, **então** o primeiro marido não pode casar-se com ela outra vez.

Em segundo lugar, embora o divórcio não seja encorajado, se todavia acontecer, a base para que ocorra é que o marido achou "alguma coisa indecente" (Almeida, ed. revista e atualizada) ou "inconveniente" (Bib. de Jerusalém) em sua mulher. Isto não pode referir-se ao adultério por parte dela, visto que este era punido com morte, não com divórcio.[12] Então, que seria? Durante o primeiro século a.C. os partidos farisaicos liderados pelo Rabi Shammai e pelo Rabi Hillel discutiam justamente a respeito disso. Shammai era rigoroso, e entendia "alguma coisa indecente" (cuja raiz hebraica alude a "nudez" ou a expor-se) como ofensa sexual de alguma natureza que, embora não definida, era menos que adultério ou promiscuidade. Rabi Hillel por sua vez era mais liberal. Ele esmiuçou as frases relativas ao fato de a mulher "não ter sido agradável" ao primeiro marido (v.1), ou aquela que diz que o segundo marido "aborreceu-se" dela (v.3). Interpretou-as como incluindo até mesmo as falhas mais triviais como por exemplo: estragar o alimento que estava cozinhando para ele, ser briguenta, ou ao fato de ele encontrar uma mulher mais bonita, perdendo assim seu interesse pela primeira.[13] De fato, qualquer coisa que provocasse aborrecimento ou estorvo ao marido se transformava logo em base legítima para

um processo de divórcio.[14]

Um terceiro ponto digno de nota, que decorre desses versículos de Deuteronômio era aquele que dizia que se o divórcio era permitido também era, evidentemente, o segundo casamento. O texto pressupõe que uma vez que a mulher recebera seu certificado de divórcio e fora despedida de casa estava livre para tornar a casar-se, mesmo sendo a parte culpada por ter feito "alguma coisa indecente", em virtude da qual recebera o divórcio. De fato, até onde sabemos, todas as culturas do mundo antigo entendiam que o divórcio trazia consigo a permissão de um novo casamento. Ele não era considerado um ***divorcium a thoro et mensa*** (de cama e mesa, isto é, separação legal, sem ser também ***vinculo matrimonii*** (do próprio vínculo conjugal). O Dr. James B. Hurley resume as leis do casamento e do divórcio do Código de Hammurabi, que foi rei da Babilônia, no início do século dezoito a.C. quando Abraão deixou Ur, e das leis assírias mais severas, do tempo do êxodo de Israel do Egito.[15] E o Dr. Gordon Wenham acrescentou informações do século quinto a.C. extraidas dos papiros de Elefantina, pequena cidade judia fortificada do sul do Egito, bem como de Filo, Josefus e do mundo grego e romano.[16] Todas estas culturas forneceram evidências do divórcio pelo marido, e em alguns casos também pela mulher, com liberdade de novo casamento.

Normalmente o dote da esposa divorciada lhe era devolvido, e ela recebia também algum dinheiro do divórcio. O divórcio era comparativamente pouco freqüente no mundo antigo, porque a dissolução de um casamento e os arranjos para um segundo tinham se tornado financeiramente extorsivos.

O ENSINO DE JESUS

As instruções do Senhor sobre o casamento e o divórcio foram dadas como respostas a uma pergunta dos fariseus. Marcos diz que eles formularam a pergunta para o "experimentar" (10:2), e Mateus elabora a pergunta-teste nos seguintes termos: "É lícito ao marido repudiar sua mulher por qualquer motivo?" (19:3). Talvez atrás dessa pergunta estivesse o escândalo de Herodias, que deixou seu esposo Filipe a fim de casar-se com Herodes Ântipas. João denunciara corajosamente sua união como "ilegal"(Mc 6:17ff). Em conseqüência disso foi preso. Seria Jesus igualmente franco, especialmente quando - como parecia provável se encontrava naquela hora dentro da jurisdição de Herodes (Mc. 10:1)? Certamente os fariseus desejavam enredá-lo no debate Shammai-Hillel, já mencionado. Daí a ênfase na pergunta sobre as "razões" ou "causas" que justificariam o divórcio.

[3] *"Vieram a ele alguns fariseus, e o experimentavam, perguntando: É lícito ao marido repudiar a sua mulher por qualquer motivo?*

[4] *Então respondeu ele: Não tendes lido que o Criador desde o princípio os fez homem e mulher?*

[5] *e que disse: Por esta causa deixará o homem pai e mãe, e se unirá à sua mulher, tornando-se os dois uma só carne*

[6] *De modo que já não são mais dois, porém uma só carne. Portanto, o que Deus ajuntou, não o separe o homem.*

[7] *Replicaram-lhe: Por que mandou então Moisés dar carta de divórcio e repudiar?*

[8] *Respondeu-lhes Jesus: Por causa da dureza do vosso coração é que Moisés vos permitiu repudiar vossas mulheres; entretanto, não foi assim desde o princípio.*

[9] *Eu, porém, vos digo: Quem repudiar sua mulher, não sendo por causa de relações sexuais ilícitas, e casar com outra, comete adutério (e o que casar com a repudiada comete adutério).*

[10] *Disseram-lhe os discípulos: Se essa é a condição do homem relativamente à mulher, não convém casar.*

[11] *Jesus, porém, lhes respondeu: nem todos são aptos para receber este conceito, mas apenas aqueles a quem é dado.*

[12] *Porque há eunucos de nascença; há outros a quem os homens fizeram tais; e há outros que a si mesmos se fizeram eunucos, por causa do reino dos céus. Quem é apto para o admitir, admita".* (Mateus 19:3-12).

É claro que Jesus se dissociou da frouxidão do Rabi Hillel. Já o fizera no Sermão do Monte. Seu ensino sobre

o divórcio naquela passagem foi apresentado como uma das seis antíteses, introduzidas pela fórmula: "ouvistes o que foi dito... eu, porém, vos digo..." Aquilo a que ele se contrapunha nessas antíteses não era a Escritura ("está escrito") mas a tradição ("o que foi dito"), não era a revelação de Deus, mas a perversa interpretação dos escribas. O objetivo das suas distorções era reduzir as exigências da lei e torná-la mais cômoda. Na antítese sobre o divórcio, a citação do escriba ("tem sido dito "qualquer que divorciar sua mulher, dê-lhe carta de divórcio"") parece ser uma abreviação deliberadamente enganosa da passagem de Deuteronômio 24. Ela dá a impressão de que o divórcio era prontamente permissível, mesmo por razões triviais (como ensinava Hillel). A única condição era dar-se um certificado. Jesus rejeita isto de maneira categórica. Que ensina ele?

Primeiro, **Jesus endossou a estabilidade do casamento**. É significativo o fato de ter dado aos fariseus a resposta direta à pergunta que lhe fizeram sobre o divórcio. Em lugar disso ele lhes falou sobre o casamento; reconduziu-os a Gênesis 1 e 2 e perguntou-lhes incredulamente, se não tinham lido esses capítulos. Chamou a atenção deles para dois fatos, a saber: que a sexualidade humana era criação divina, e que o casamento era ordem divina. Ele ligou dois textos - Gênesis 1:27 e 2:24 - e fez Deus o autor de ambos. O mesmo Criador

que "no começo... homem e mulher os criou", também diz (no texto bíblico). "Por isso deixe o homem pai e mãe, e se una à sua mulher, tornando-se os dois uma só carne". "De modo que - prosseguiu Jesus, acrescentando sua afirmação explanatória - já não são mais dois, porém uma só carne". E acrescentou sua própria proibição: "O que Deus ajuntou (literalmente, "uniu-os com jugo"), não o separe o homem".

Não há ambigüidade no ensino. Os laços matrimoniais são mais do que um contrato humano: são um jugo divino. E a maneira pela qual Deus coloca este jugo sobre o par que se casa não é criando uma espécie de união mística, mas declarando seu propósito em seu mundo. O fracasso conjugal, e mesmo a chamada "morte"de um relacionamento, não pode então ser considerado como sendo em si mesmo razão ou fundamento para a dissolução, visto que a base para a união não é a flutuante experiência humana ("Eu te amo", "Eu não te amo"), mas a vontade e a Palavra divina (eles se tornam "uma só carne").

Em segundo lugar, **Jesus declarou que a provisão mosaica do divórcio era uma concessão temporária ao pecado humano**. Os fariseus responderam a esta citação do Gênesis fazendo uma segunda pergunta: "Por que mandou então Moisés dar carta de divórcio e repudiar?" A isto Jesus respondeu: "Moisés vos permitiu

repudiar vossas mulheres em razão da natureza do vosso coração. Mas desde o princípio não foi assim". Assim, o que eles denominavam "mandamento"Jesus chamava de "permissão", e permissão relutante, devida à obstinação humana, antes que à intenção divina.[17]

Desde que Jesus se referiu à provisão de Moisés como uma concessão ao pecado humano, que era também tencionado a limitar seus maus efeitos, não pode, possivelmente, ser tomado como significando a aprovação do divórcio por parte de Deus. Era certamente uma concessão **divina**, porque de acordo com Jesus, tudo o que Moisés disse, Deus disse. Entretanto, a concessão divina do divórcio era "desde o princípio" contrária à intenção divina para o casamento. O erro dos rabinos estava em ignorar a diferença entre a vontade absoluta de Deus (Gênesis 1 e 2) e a provisão legal a pecaminosidade humana (Deuteronômio 24). "A conduta humana que fica aquém do mandamento absoluto de Deus é pecado, e permanece sob seu julgamento. A provisão que a misericórdia de Deus designou para a limitação das conseqüências do pecado do homem não deve ser interpretada como aprovação do pecado"[18].

Em terceiro lugar, **Jesus chamou de adultério o segundo casamento depois do divórcio**. Reunindo seus ensinamentos nos Evangelhos Sinóticos, e deixando de

lado a cláusula de exceção, podemos resumí-los desta maneira: O homem que se divorcia de sua mulher, casando-se outra vez, ambos cometem adultério.[19] E como se presume que a esposa divorciada também tornará a casar-se, leva-a conseqüentemente a também cometer adultério (Mateus 5:32). A mulher que se divorcia do seu marido e torna a casar-se, semelhantemente comete adultério (Marcos 10:12). Além disso, o homem (e presumivelmente também a mulher, assumindo reciprocidade nesta situação, como em outras) que casa com a divorciada também comete adultério.[20] São palavras duras. Ele expõe com franqueza as conseqüências lógicas do pecado. Se acontecem um divórcio e um segundo casamento sem a sanção de Deus, então qualquer outra união que se segue, sendo ilegal, é adúltera.

Em quarto lugar, **Jesus permitiu o divórcio e o segundo casamento sobre a base única da imoralidade.** É bem sabido que em Mateus 5:32 e 19:9, ambos os versos contêm a "cláusula de exceção", cujo propósito é isentar de ser classificado de "adultério" uma categoria de divórcio seguido de segundo casamento. Muita controvérsia se tem desencadeado em torno desta cláusula. Sobre isso penso que posso apenas indicar três conclusões a que cheguei:

a. **A cláusula excetiva deve ser aceita como autêntica**

declaração de Jesus. Pelo fato de não acorrer nos ditos paralelos de Marcos e Lucas, muitos eruditos apressadamente a têm rejeitado muito. Alguns sugerem ser ela uma interpolação escriba anterior, não integrante do texto original de Mateus. Mas não há nenhuma evidência manuscrita de que tenha sido uma glosa; nem mesmo a leitura alternativa do Codex Vaticanus, mantida na margem da RSV (Revised Standard Version), omite a cláusula. Outros eruditos atribuem a cláusula a Mateus mesmo e ou à igreja em que ele escrevia, mas negam que Jesus jamais o tenha dito. Mas sua omissão por parte de Marcos e Lucas não é, em si mesma, base suficiente para rejeitá-la como invenção editorial ou interpretação pelo primeiro evangelista. É perfeitamente possível que Mateus a tenha incluído visando aos leitores judeus, que se interessavam muito pelas bases permissíveis para o divórcio, enquanto Marcos e Lucas, escrevendo para leitores gentios, não tinham o mesmo interesse. O silêncio deles não se deve à ignorância; é bem possível que tenham igualmente tomado a cláusula como matéria de fato. As culturas pagãs consideravam o adultério base para o divórcio. Assim procediam também as escolas de Hillel e de Shammai, a despeito de seus desacordos em outros pontos. Não havia disputa neste aspecto.

b. A palavra "porneia" significa imoralidade sexual

Ao decidirmos sobre a tradução de ***porneia***, devemos evitar tanto o extremo da frouxidão quanto o da rigidez. Vários pontos de vista "rígidos" têm sido mantidos, identificando ***porneia*** como pecado sexual particular - ou fornicação no sentido de se descobrir imoralidade premarital, ou casamento dentro de grau proibido, adultério ou pós-casamento. A principal razão para a rejeição desta tradução é que, embora ***porneia*** possa ter todos estes sentidos, não poderá ser entendida como se referindo a qualquer deles se não houver qualificação posterior. ***Porneia*** era de fato uma palavra genérica aplicada a infidelidade sexual ou "infidelidade conjugal" (Arndt-Gingrich).

O ponto de vista "frouxo" sustenta que ***porneia*** inclui ofensas que podem ser consideradas não "sexuais" em termos físicos, mas porque solapa os fundamentos da unidade do casal, por exemplo como a crueldade, ou mesmo uma incompatibilidade temperamental básica. Pode ser possível usar outros argumentos a favor da legitimidade do divórcio em bases como essas, mas não é possível fazê-lo a partir do sentido da palavra ***porneia***. ***Porneia*** significa imoralidade sexual; a razão pela qual Jesus a fez base única permissível para o divórcio deve ser a de ela violar o princípio "uma carne", fundamental ao casamento como ordenação divina e biblicamente definido.

c. **O divórcio por imoralidade é permissível, mas não obrigatório.**

Jesus não ensinou que a parte inocente **deve** divorciar-se do cônjuge infiel, mesmo que a infidelidade sexual ***ipso facto*** dissolva o casamento. Ele nem mesmo encorajou ou recomendou o divórcio por infidelidade. Pelo contrário, ele enfatizou o máximo a durabilidade do casamento segundo o propósito de Deus, e a impossibilidade de divórcio e segundo casamento. Sua razão de acrescentar a cláusula excetiva foi o esclarecimento de que o único divórcio e "recasamento" que não equivalia ao adultério era o da **parte inocente**, cujo cônjuge fora infiel - visto que em tal caso a infidelidade já teria sido praticada pelo cônjuge culpado. O propósito de Jesus não era encorajar o divórcio por esta razão, mas para desencorajá-lo por qualquer outra razão. Como escreveu Murray: "É a **única** exceção que dá proeminência à ilegalidade de qualquer outra razão. Não se deve jamais permitir que a preocupação com a única razão obscureça a força da negação de todas as outras".[21]

A esta altura, preciso mencionar o ponto de vista extremo que de maneira plausível tem sido discutido pelo Dr. Gordon Wenham nos artigos *Terceiro Caminho (Third Way)*, já mencionados. Ele crê que a cláusula excetiva de Jesus permitiu o divórcio no sentido de

separação, mas ele proibiu todo recasamento. Fundamenta a sua tese em dois argumentos principais. Primeiro, que durante cinco séculos (com a única exceção dos Ambrosianos, no quarto século) os Pais da Igreja negaram todo direito de "recasamento" depois do divórcio, insistindo em que nada pode desfazer o casamento senão a morte, e que esta posição permaneceu como padrão da Igreja Ocidental, até que Erasmo defendeu o direito da parte inocente de tornar a casar-se após o divórcio, e os Reformados Protestantes o seguiram. Em segundo lugar, Gordon Wenham argumenta que somente tal proibição total do "recasamento"pode explicar a perplexidade dos discípulos. A resposta deles foi: "Se esta é a posição do homem relativamente à mulher, não convém casar"(Mt 19:10). Além do mais Jesus contestou isto, referindo-se aos três tipos de "eunucos"- significando "celibato".

A tese do Dr. Wenham é forte, mas não conclusiva. Primeiro, porque os Pais da Igreja podem ter-se enganado a respeito desta matéria, como se enganaram sobre outras. Em segundo lugar, a declaração em Mateus 5:32 de que o marido que ilegalmente se divorcia da sua mulher "leva-a a cometer adultério" só pode ser verdadeira se depois do divórcio ela tornar a casar. Em terceiro lugar, a perplexidade dos discípulos que levou o ensino sobre celibato deve certamente ter nascido em virtude do

radicalismo de Jesus. Ele não somente rejeitou a frouxidão trivial da escola de Hillel, mas também a interpretação de Shammai, e na verdade a própria referência de Moisés a "alguma coisa indecente", como sendo muitó imprecisa. Somente a infidelidade sexual podia ser admitida como base para o rompimento dos vínculos conjugais.

Isto tinha sido claramente reconhecido no Velho Testamento porque era passível de punição com a morte. Mas a sentença de morte para o adultério caíra em desuso, e em nenhum caso os romanos permitiam que os judeus a aplicassem. Assim, quando José suspeitou que Maria tinha sido infiel pensou em divórcio, não em morte (Mateus 1:18f). E Jesus recusou-se a se deixar apanhar por aqueles que lhe perguntaram se a mulher apanhada em adultério devia ser apedrejada (João 8:3fs). Parece, então,que ele revogou a pena de morte para a infidelidade sexual, e fez desta a única base legítima para a dissolução dos vínculos conjugais pelo divórcio, não pela morte, e então só como uma permissão. A ordenança original da criação referente à união pela vida é o melhor caminho, e será aceita pelos cidadãos do seu reino. James B. Hurley assim o resume:

"Podemos ver agora porque os discípulos ficaram tão surpresos diante do ensino de Jesus. Ele proibiu o divórcio por quaisquer razões que tinham sido aduzidas em conexão com Deuteronômio 24:1, e o permitiu somente

em bases que eram desconhecidas no Velho Testamento. Ele o permitiu somente por violações sexuais dos laços matrimoniais, violações que no Velho Testamento significariam sentença de morte. De acordo com Jesus, somente relações sexuais ilícitas (porneia: adultério, homossexualidade, bestialidade) são razões para terminar o casamento".[22]

O ENSINO DE PAULO

O ensino de Paulo que temos de considerar ocorre em I Coríntios 7:10-16, e diz respeito, em particular, ao assim chamado privilégio Paulino;

10 *"Ora, aos casados ordeno, não eu, mas o Senhor, que a mulher não se separe do marido*

11 *(se porém ela vier a separar-se, que não se case, ou que se reconcilie com seu marido).*

12 *Aos mais digo eu, não o Senhor: Se algum irmão tem mulher incrédula, e esta consente em morar com ele, não a abandone;*

13 *e a mulher que tem marido incrédulo, e este consente em viver com ela, não deixe o marido.*

14 *Porque o marido incrédulo é santificado no convívio da esposa, e a esposa incrédula é santificada no convívio do marido crente. Doutra sorte os vossos filhos seriam impuros; porém, agora, são santos.*

15 Mas se o descrente quizer apartar-se, que se aparte; em tais casos, não fica sujeito à servidão, nem o irmão, nem a irmã; Deus vos tem chamado à paz. Pois como sabes, ó mulher, se salvarás a teu marido? e como sabes, ó marido, se salvarás a tua mulher?

Devemos observar, primeiro, que **Paulo está dando instrução apostólica autorizada**. A antítese que estabelece entre o versículo 10 "*...aos casados ordeno (não eu, mas o Senhor)*" e o versículo 12 (*"aos demais digo eu, não o Senhor"*) tem sido muito mal compreendida. É grande engano imaginar que ele está colocando em mútua oposição o seu ensino e o de Cristo, com a decorrente implicação que o de Cristo tem autoridade, enquanto o seu não. Não, seu contraste não é entre o ensino divino infalível (de Cristo) e o ensino humano, falível (o seu), mas entre duas formas de ensino divino e infalível, uma dominical (do Senhor) e outra apostólica (sua própria). Não pode haver dúvida de que isto é correto, porque Paulo continua a usar o apostólico autoritativo **ego** "EU" neste capítulo, no v.17 (*"...é assim que eu ordeno em todas as igrejas"*) v.25 (*"não tenho mandamento do Senhor"* i.e., nenhuma palavra registrada de Jesus, *"mas dou minha opinião como tendo recebido do Senhor a misericórdia de ser fiel"*), e v.40 (*"...e penso que também eu tenho o Espírito do Senhor"*). Mais adiante, e semelhantemente, coloca sua autoridade acima da dos profetas, e declara que sua

instrução é mandamento do Senhor: *"Se alguém se considera profeta ou espiritual, reconheça ser mandamento do Senhor o que vos escrevo"*(14:37).

Em segundo lugar, **Paulo repete e confirma a proibição de Jesus relativa ao divórcio**. Nos versículos 10 e 11, como em seu ensino em Romanos 7:1-3, e como no ensino do Senhor registrado por Marcos e Lucas, a proibição do divórcio é afirmada em termos absolutos. *"A mulher não se separe do marido(...) o marido não se separe de sua mulher"*. Isto é porque ele está expressando o princípio geral. Não é necessário supor que ele nada sabia a respeito da cláusula excetiva do Senhor.

No versículo 11 ele adiciona um importante parêntese lembrando que, se a mulher se separar do marido, não deve casar-se ou reconciliar-se com ele. O verbo que Paulo usa para separar (*chorizo*) podia referir-se ao divórcio, e era assim usado tanto nos contratos de casamento em papiro, quanto por alguns pais primitivos da Igreja (Arndt-Gingrich). Mas o contexto sugere que ele não está se referindo ao divórcio, mas considerando uma situação na qual o marido não foi sexualmente infiel, e a mulher não tem, por conseqüência, o direito de divorciar-se dele. Alguma outra razão (não mencionada) a leva a "separar-se" dele. Neste caso, enfatiza Paulo, não tem direito de tornar a casar-se. Sua vocação cristã é permanecer solteira ou reconciliar-se com o marido, mas

não tornar a casar-se.

Em terceiro lugar, **Paulo permite o divórcio na base da deserção de um cônjuge incrédulo**. Ele endereça três parágrafos sucessivos "aos solteiros e viúvos" (vs.8,9), "aos casados" (vs. 10,11), e "aos mais" (vs. 12-16). O contexto revela que pela expressão "aos mais" ele tem em mente um tipo particular de casamento misto. Ele não dá direito ao cristão de casar-se com o não cristão, porque a mulher cristã "fica livre para casar com quem quizer, mas somente no Senhor" (v.39). E o inverso é igualmente verdadeiro para o cristão (II Coríntios, 6:14fs.). Paulo está antes tratando daquela situação surgida ao se casarem dois não cristãos, dos quais um posteriormente se converte. Os coríntios evidentemente lhe haviam enviado perguntas a este respeito. Tornou-se o casamento impuro? Deve o cônjuge cristão divorciar-se do não cristão? Qual a situação dos filhos? A resposta de Paulo é clara.

Se o cônjuge incrédulo deseja "viver com o crente", então o crente não deve recorrer ao divórcio. A razão dada é que o cônjuge incrédulo é "santificado" pelo esposo (ou esposa) e igualmente os filhos. A "santificação" em mente claramente não é a transformação do caráter na semalhança de Cristo. Como John Murray o coloca "a santificação da qual Paulo fala... deve ser a santificação de privilégio, ligação e relacionamento".[23]

Mas se por outro lado o cônjuge incrédulo não quer ficar e decide partir, então que o faça. O cristão ou a cristã não está preso a tais circunstâncias. As razões dadas são que Deus nos chamou para a paz, e o crente não pode garantir ganhar o incrédulo insistindo ou perpetuando uma união que o incrédulo não deseja continuar.[24]

É importante compreender a situação precisa que o apóstolo analisa, e não tirar deduções indefensáveis de seu ensino. Ele afirma que, se o incrédulo se recusa a ficar, o crente "não lhe fica sujeito", isto é não fica sujeito a continuar ligado a ele ou a ela (na verdade ligado propriamente ao casamento).[25] Várias observações negativas devem ser feitas com relação à liberdade dada aqui ao cônjuge cristão.

a. A liberdade do crente não se deve à conversão dele ou dela, mas à não conversão do cônjuge e à falta de desejo de ficar. Às vezes os cristãos advogam o que eles chamam de "realismo evangélico", argumentando que em virtude de a conversão fazer novas todas as coisas um casamento contratado em dias de pré-conversão, não continua necessariamente com força de ligação, e em seu lugar pode encetar-se um novo começo. Este é, todavia, um raciocínio perigoso. São porventura cancelados todos os contratos anteriores à conversão,

inclusive todos os débitos que se tem? Não, o ensino de Paulo não oferece apoio algum a este ponto de vista. Pelo contrário, o contradiz. Seu ensino não afirma que depois da conversão o cônjuge cristão é tornado impuro pelo incrédulo, devendo ele portanto livrar-se do relacionamento. É o oposto que acontece: o cônjuge incrédulo se torna santificado pelo cristão. Conseqüentemente este não deve tentar escapar. Além disso, Paulo exorta nos versículos 17-24 que os cristãos devem permanecer no estado em que se encontravam quando Deus os chamou, e que somos capazes de proceder assim porque agora estamos ali "com Deus".

b. A liberdade do cristão não reside na sua decisão de conseguir o divórcio, mas apenas na sua aceitação da deserção do cônjuge, ou sua relutância em permanecer no lar. A iniciativa não deve partir do cristão. Se a parte incrédula deseja ficar, ele não deve deixá-la, nem ela a ele (vs.12,13). O máximo que Paulo concede é no caso de a parte incrédula insistir em ir embora, que vá (v.15).

c. A liberdade do cristão não reside em qualquer tipo de deserção, nem na desistência de alguma forma de incredulidade (i.e., o ponto de vista da Igreja Católica Romana de que o casamento não é reconhecido se o cônjuge não for batizado), mas apenas na negativa da

pessoa não convertida em continuar vivendo com o cônjuge agora convertido. A aquiescência de Paulo, portanto, não oferece base para o divórcio sobre o alicerce da deserção; esta não é opção cristã. Resumindo o que a Escritura ensina nas passagens até aqui consideradas, podemos fazer as três afirmações que se seguem:

1. Deus criou o homem, no princípio, macho e fêmea, tendo ele mesmo instituído o casamento. Era seu propósito e ideal qua a sexualidade humana se realizasse através do casamento, e que esta fosse uma união exclusiva, amorosa e vitalícia.

2. Em nenhum lugar da Escritura se aconselha ou se encoraja o divórcio. Pelo contrário, mesmo no caso de ser biblicamente justificado ele continua sendo um lamentável pecado em relação ao ideal divino.

3. O divórcio e o novo casamento são permissíveis (não imperativos) sobre duas bases. A primeira é aquela em que há uma parte inocente e outra culpada de imoralidade sexual. Em segundo lugar, o cristão pode concordar com a deserção do cônjuge no caso de este se recusar a viver com ele ou ela. Entretanto, em ambos os casos a permissão é concedida em termos negativos e relutantes. Somente querendo alguém se divorciar sobre o fundamento de infidelidade conjugal é que o recasamento não resulta em adultério. Somente se a parte não cristã insiste na não convivência é que a parte cristã

"não está mais sujeita".

O PRINCÍPIO DA ALIANÇA

Uma versão mais antiga e mais curta do que escrevemos acima apareceu na revista "Churchman", no outono de 1971, publicada no ano seguinte em forma de brochura Falcon. Minha posição foi criticada pelo Dr. David Atkinson em seu livro **Ter e Reter** (To have and To hold, 1979). Ele a chama de "legislativa", e expressa sua discordância nos seguintes termos: "A dificuldade com este ponto de vista é que na prática pastoral ele pode levar a uma espécie de casuísmo, capaz de tornar-se negativamente legalista. Concentra-se em adultério físico, mas negligencia outras "infidelidades", podendo significar qua a bênção da Igreja para o segundo casamento se restringe apenas aos bastante afortunados pelo fato de haver seu primeiro consorte cometido adultério. Levanta a questão sobre o que rompe os laços conjugais".[26]

É, na verdade,em razão dos problemas práticos que nos assediam quando insistimos numa "ofensa matrimonial" como o único lastro legítimo para o divórcio, que uma abordagem alternativa e mais flexível tem sido procurada. O relatório **Putting Asunder** (1966) da Igreja da Iglaterra recomendou o conceito "rompimento irrecuperável" como alternativa, e em 1969 o Ato de

Reforma do Divórcio baseou-se nele. Então a Comissão da Igreja da Inglaterra presidida pelo Cânone Professor Howard Root, relatou-o em **Casamento, Divórcio e Igreja** (Marriage, Divorce and The Church SPCK 1971), investigou mais profundamente o conceito de que alguns casamentos "morrem" enquanto ambos os cônjuges ainda vivem. Poucos anos depois, a Comissão presidida pelo Bispo Kenneth Skelton de Lichfield, que apresentou relatório em **O Casamento e a Tarefa da Igreja** (Marriage and the Church's Task, CIO, 1978), seguiu linha semelhante. Pode-se porventura encontrar fundamento bíblico para este abandono diante de "ofensa matrimonial"para divórcio?

É claro que a Escritura considera o casamento uma aliança; na verdade - embora entre seres humanos - uma aliança de Deus (Prov. 2:17, literalmente), instituída e testemunhada por ele. Na carta que recebi há alguns anos, Robert Beckwith, Guardião de Latimer House, resumiu o que lhe pareceu serem as cinco condições de uma aliança de casamento: (1) Amor (como em toda a aliança), naturalmente envolvendo obrigações específicas; (2) vida em comum, como uma só família; (3) fidelidade ao leito conjugal; (4) provisão para a esposa por parte do marido e (5) submissão da esposa ao marido. E sugeriu mais: se uma destas cinco condições fundamentais da aliança do casamento for violada, a parte ofendida fica

livre dos seus compromissos.

No seu livro **Ter e Reter** (To Have and To Hold), com o subtítulo "a Aliança Conjugal e a Disciplina do Divórcio" Dr. David Atkinson desenvolve mais a idéia da aliança, definindo-a como "um acordo entre partes baseado em promessas, as quais incluem os seguintes elementos: (1) compromisso mútuo de fidelidade obrigatória; (2) aceitação deste compromisso pela outra parte; (3) conhecimento público do tal compromisso e sua aceitação; e (4) crescimento do relacionamento pessoal baseado em tal compromisso e que resulte em expressão sua".[27]

Não é difícil aplicar a definição da "aliança" ao casamento, especialmente porque o casamento humano é usado nas Escrituras como um modelo da aliança de Deus com seu povo, e aliança de Deus como um modelo para o casamento humano.[28]

David Atkinson prossegue argumentando que "a estrutura de aliança do casamento fortalece o ponto de vista de que o casamento não é um "status" metafísico que não pode ser destruído, e sim um compromisso moral que deve ser honrado".[29] Todavia, uma aliança pode ser quebrada. Entretanto as alianças não se quebram, mas são quebradas; o divórcio significa não só pecado como tragédia". Sob a perspectiva moral bíblica, não podemos então anular a categoria de "ofensa matrimonial"e sim nos lembrarmos do conceito menos pessoalmente enfocado de "separação irrecuperável".[30] O modelo aliança do casamento coloca em vez disso a questão do divórcio na área da responsabilidade moral".[31] Sua conclusão é que tudo quanto represente infidelidade à aliança casamento - persistente e infensa ao arrependimento de tal maneira que torne a reconciliação impossível, pode ser suficiente para romper os laços do casamento, liberando o outro consorte de sua promessa de aliança".[32] Há mais coisa compulsória no modelo aliança. Para começar ela é uma noção totalmente bíblica. Dá ênfase também ao ato solene, tanto de estabelecer quanto de quebrar a aliança - no primeiro caso, enfatizando o amor, o compromisso, o reconhecimento público, a fidelidade exclusiva e sacrifício; no segundo, o pecado de descumprir as promessas e romper um relacionamento de amor. Entretanto, confesso que meu problema consiste em descobrir como fundir os dois conceitos de lealdade de aliança e desentendimento matrimonial. Posso entender as razões de não se desejar estabelecer permissão para o divórcio sobre duas ofensas. Mas, se a Escritura considera o casamento aliança passível de ser quebrada de várias maneiras, como explica a única ofensa mencionada na cláusula-exceção do Senhor? Certamente o relacionamento de aliança contemplado no casamento (a união "uma carne") é muito mais

profundo do que em outras alianças, como nesse tratado de suserania, uma transação de negócio, ou um pacto de amizade. Portanto, não poderia ser que nada menos do que uma violação (por infidelidade sexual) desse relacionamento fundamental fosse capaz de romper o casamento aliança?

O casamento aliança de Deus com Jerusalém (personificando seu povo), descrito detalhadamente em Ezequiel 16, é apropriado para esse tema. Deus diz a ela: *"Dei-te juramento, e entrei em aliança contigo(...) e passaste a ser minha"* (v.8). Mas Jerusalém "agiu como prostituta" (porque ela deu a paga em lugar de recebê-la), ou seja: ela foi uma esposa culpada de adultério promíscuo (vs 15-34). Portanto, Deus disse que a sentenciaria à *"punição de mulher que cometeu adultério"* (v.38). No entanto, apesar de ter sido o seu procedimento pior do que o da sua irmã mais nova, Sodoma (vs.46-52), e ainda que tenha desprezado o juramento de Deus *"rompendo a aliança"*(v.59), todavia, Deus disse: *"Eu me lembrarei da aliança feita contigo nos dias da tua mocidade"*(v.60), trazendo perdão e arrependimento.

Creio que devemos permitir que estas perspectivas da aliança de Deus moldem nossa compreensão do casamento aliança. O casamento aliança não é um contrato humano comum, que em caso de renúncia de uma parte pode ser renunciada pela outra. É semelhante

à aliança de Deus com seu povo. Nesta analogia (que a Escritura desenvolve), somente a infidelidade sexual fundamental rompe a aliança. E mesmo esta não leva automática ou necessariamente ao divórcio, pode ao contrário, ser até mesmo uma oportunidade de reconciliação e perdão.

REALIDADES PESSOAIS E PASTORAIS

Este capítulo resultou bastante longo. Talvez alguns leitores se tenham irritado através de sua leitura, julgando-o academicamente árido, ou insensível diante dos profundos sofrimentos de pessoas cujos casamentos fracassaram, ou distante das realidades do mundo Ocidental contemporâneo. Posso entender suas reações. Foi, no entanto, necessário submeter o material bíblico a um exame completo, porque este livro se destina ao desenvolvimento da mente cristã com relação a temas correntes. Os discípulos conscientes de Jesus sabiam que a ação cristã é impossível sem o pensamento cristão, e resistiam a tentação de seguir atalhos. Ao mesmo tempo, o processo de resolver significa alcançar uma decisão com conseqüências práticas. Quais poderão ser elas? Em virtude da grande seriedade com que a Escritura vê tanto o casamento quanto o divórcio, concluo anunciando quatro necessidades pastorais urgentes.

Primeiro, **há necessidade de meticulosos ensinos bíblicos sobre o casamento e a reconciliação**. Os pastores devem ministrar instruções positivas sobre estes dois assuntos. Nos sermões, na Escola Dominical, nas classes de preparação para a profissão de fé, temos de manter perante a congregação que servimos a intenção e o ideal divino de casamento exclusivo, comprometido, vitalício e fiel. Devemos também ministrar ensino claro e prático sobre o dever e os meios de perdão, porque a reconciliação é o cerne do cristianismo. Durante os últimos anos tenho seguido a regra de, sempre que consultado por alguém a respeito do divórcio, recusar-me a responder antes de manter uma conversa a respeito de dois outros assuntos, a saber: casamento e reconciliação. É uma tentativa simples de seguir o exemplo de Jesus em suas prioridades. Quando os fariseus lhe perguntaram sobre os fundamentos do divórcio, ele recomendou que considerassem antes de tudo a instituição original do casamento. Se nos preocupamos com o divórcio e seus fundamentos antes do casamento e seus ideais, resvalamos para o farisaísmo. O propósito de Deus é o casamento, não o divórcio, e seu evangelho são as boas-novas de reconciliação. Precisamos ver a Escritura como um todo, nunca como algo isolado, como o divórcio, por exemplo.

Em segundo lugar, há necessidade de preparação para o casamento. Os pares que fazem essa preparação cultivam geralmente altos ideais em relação ao futuro, estando prontos e até mesmo ansiosos para receber auxílio. Todavia, pastores pressionados pela falta de tempo não conseguem ter com cada par senão uma única entrevista, durante a qual questões legais e sociais não deixam espaço para a consideração das dimensões espirituais e morais do casamento. Alguns deles promovem cursos para grupos ou pares comprometidos; outros oferecem literatura especializada aos jovens pares ou uma breve lista anotada de leituras recomendáveis.

Melhor talvez do que todos estes métodos é a resolução de usar a ajuda de casais leigos e amadurecidos que pertençam à congregação , dispostos a empregar várias tardes com um par de noivos, mantendo contato com eles após o casamento, especialmente na fase inicial de entrosamento.

Em terceiro lugar, há a grande necessidade de um culto de reconciliação. No Reino Unido, os oficiais encarregados de recuperação social parecem estar mais envolvidos do que qualquer outra pessoa com casais e famílias que necessitam de ajuda. Há também organizações de voluntários, como o Concílio Nacional de Orientação no Casamento e a Agência de Discussão/ Família. Gostaria que as igrejas se envolvessem mais ativamente neste ministério, especialmente no nível lo-

cal. Os cristãos deveriam se envolver na questão da reconciliação. Um número muito maior de pessoas procuraria auxílio - e isto bem cedo, quando mais necessário se faz - se estivessem informadas sobre onde buscar simpatia, compreensão e aconselhamento. Algumas vezes é necessário uma terapia marital, outras ocasiões basta um ouvido pronto a escutar. Como escreveu o Dr. Jack Dominian: " A reconciliação conjugal depende, em última análise, da habilidade de os cônjuges se transformarem suficientemente, de modo a irem ao encontro das necessidade mínimas do outro.[35] Mas um amigo pode muitas vezes ser o catalisador capaz de auxiliar as pessoas a detectar a necessidade de mudança e desejá-la.

Os cristãos americanos estão à frente dos britânicos nesta área; como resultado da epidêmica ocorrência de litígios (em 1982 foram registrados 22.000 processos por dia) a Sociedade Legal Cristã tomou a iniciativa, em 1977, de estabelecer o Serviço de Conciliação Cristã. Em resposta ao chamado de Cristo aos seus seguidores para que sejam pacificadores, de acordo com seu ensino em Mateus 18:15-17 e I Coríntios 6:1-8, eles estão procurando resolver conflitos e decidir litígios em negócio, casamento, e outros campos , fora dos tribunais. Oferecem então mediação , reconciliação e (se estes falham), arbitragem, como alternativas à abordagem litigiosa dos tribunais civis.[36]

Em quarto lugar, **há necessidade de ministério pastoral para os divorciados.** Em virtude de ser o casamento uma "ordenança da criação", não varia o propósito que Deus tem para ele; é o mesmo para o mundo, tanto quanto para a Igreja. O mundo não-cristão muitas vezes não é capaz de cumprí-lo em razão da dureza do coração humano. Provavelmente por isso tem sua própria legislação para o divórcio. Entretanto, é justo esperar padrões mais altos no seio da comunidade de Jesus. Ele falou repetidamente aos seus seguidores que não imitassem a maneira de proceder do mundo. "Não deve ser assim entre vós ", disse ele. Portanto, no casamento, a vocação da Igreja não é conformar-se com a tendência popular, mas dar testemunho do propósito de Deus com relação à sua permanência.

Contudo, a "dureza de coração" não se restringe ao mundo não-cristão. Como acontece com o povo de Deus do Velho Testamento, bem como o do Novo Testamento, é necessário haver alguma concessão à falibilidade e à fraqueza humana, e cada igreja ou denominação terá de elaborar seus próprios regulamentos. A política sustentada pela Igreja da Inglaterra, por várias décadas, tem sido a de recusar -se a casar na igreja qualquer pessoa com esposa anterior ainda viva, procurando ao mesmo tempo, oferecer um ministério de compaixão/pastoral

aos divorciados. Entretanto, em 1981, revertendo uma votação feita em 1978, o Sínodo Geral resolveu que há "circunstâncias em que a pessoa divorciada pode casar-se na igreja, ainda que esteja vivo o primeiro cônjuge".

Assim sendo, procuram-se agora meios pelos quais algumas pessoas divorciadas possam casar-se na igreja. Isto parece certo, porque se Jesus e os apóstolos permitiram o divórcio e o segundo casamento em certas circunstâncias, então esta permissão de um novo começo necessita daquilo que o Professor Oliver O'Donovan chamou de 'visibilidade institucional'. [37]

Que "arranjos institucionais" a igreja deve fazer? O Professor O'Donovan continua: 'A questão primária reside em descobrir algum arranjo que dê forma adequada tanto à sua crença com relação à permanência do casamento, quanto à sua crença concernente ao perdão do pecador arrependido'.[38] Pode-se expressar a ambivalência ou permitindo o segundo casamento na igreja (dando ênfase ao evangelho da redenção), adicionando algum tipo de disciplina (o reconhecimento do ideal divino do casamento) ou recusando-o (dando ênfase ao ideal), enquanto adiciona alguma expressão de aceitação (reconhecendo o evangelho). Eu, pessoalmente, me inclino para o primeiro. Mas antes que se permita qualquer cerimônia na igreja, de uma pessoa divorciada, esta deve exemplificar claramente, e de duas maneiras,

sua adesão à revelação de Deus: certificando-se de que o segundo casamento se enquadra nos limites das permissões bíblicas, verificando que o casal interessado aceita o ideal divino de permanência do casamento.

Neste caso, a cerimônia eclesiástica não poderia ser inteiramente idêntica à cerimônia de um casamento normal. Alguma expressão de arrependimento deve ser incluída ou em ato privado, preliminar à cerimônia ou durante a própria cerimônia pública. Em qualquer caso, é preciso haver reconhecimento de que o divórcio é um declínio do ideal divino. Isto não significa assumir qualquer tipo de julgamento orgulhoso e paternalista com relação às pessoas envolvidas, mas, pelo contrário, confessar a nódoa universal de pecado que nós mesmos levamos, tanto quanto eles.

Em tudo isto continuamos a ser atingidos pela tensão entre a lei e a graça, o testemunho e a compaixão, o ministério profético e o cuidado pastoral. Devemos de um lado, ter a coragem de resistir aos ventos prevalecentes da permissividade e manter-nos na defesa do casamento, e em oposição ao divórcio. O Estado continuará a elaborar suas próprias leis de divórcio, e a Igreja pode ter acertado em propor o conceito de 'rompimento irreversível' como a última base insatisfatória para a legislação numa sociedade secular. Mas a Igreja também tem que afirmar seu próprio testemunho com relação

aos ensinamentos do seu divino Senhor, exercendo sua própria disciplina.

Por outro lado, devemos procurar compartilhar com profunda compaixão do sofrimento daqueles cujo casamento fracassou, especialmente aqueles que não podemos conscientemente recomendar a buscar fuga pelo divórcio. Podemos, em determinada ocasião, sentir-nos com liberdade para recomendar a legitimidade de uma separação sem divórcio, ou mesmo um divórcio sem segundo casamento, tomando como justificação I Coríntios 7:11. Mas não temos liberdade de ir além das permissões do nosso Senhor. Ele conhecia a vontade do Pai, e se preocupava com o bem-estar dos seus discípulos. Seguindo-o, alcançaremos sabedoria, justiça e compaixão.

Notas Bibliográficas

1 • Mt 19:11f,; I Co 7:7

2 • Mc 12:25

3 • Hb 13:14; I Tm 4:1ff.

4 • Ver a obra de O. Raymond Johnston, em 1978 London Lectures in Contemporary Christianity, publicada sob o título **Who Needs the Family?** (Hodder & Stoughton,1979).

5 • Marriage, Faith and Love de Jack Dominian (Darton, Longman & Todd, 1981), págs. 49-83. Ver também seu livro anterior Christian **Marriage** (Darton, Longman & Todd, 1965)

6 • Ver **Helping Children Of Divorce**, de Judson J. Swihart e Steven L. Brigham (Inter-Vasity Press, Illinois, 1982).

7 • Estatísticas tiradas de Social Trends, nº 13, ed. Deo Ramprakash (HMSO, 1983), págs.29-31; e artigo por John Witherow em **The Times** de 21 de novembro de 1983; e **Spotlight 2**, panfleto publicado pelo Office Of Population Censuses and Survey (HMSO, 1980)

8 • **Open Marriage: a new lifestyle for couples** (Evans, New York, 1972), por George e Nena O'Neill. Este livro é consultado e citado por George G. Gilder em **Sexual Suicide** (1973; Bantam, 1975)

págs. 47ff.
9 • John Williams, **For Every Cause?** estudo bíblico do divórcio (Paternoster, 1981), pág.12
10 • Jack Dominian, **Marital Breakdown** (Penguin, 1968), pág.42.
11 • John Murray, **Divorce** (Committee of Christian Education, Orthodox Presbyterian Church, 1953), pág.1.
12 • Dt 22:20ff. cf. Lv 20:10.
13 • Os detalhes podem ser encontrados no tratado **Gittin**, no Talmud Babilônico. Ver também Ed, 25:26.
14 • William L. Lane, **The Gospel of Mark**, New International Commentary Series (Eerdmans and Marshall Morgan & Scott, 1974) pág. 353.
15 • James B. Hurley, **Man and Woman in Biblical Perspective**, (IVP, 1981), pág. 22-28.
16 • The Biblical View of Marriage and Divorce, três artigos editados no Third Way, em outubro e novembro de 1977 (vol. 1, números 20-22)
17 • É verdade que/Marcos 10:3ff. registra que Jesus usou o verbo "mandar"; mas parece haver aí a referência ou à legislação mosaica em geral, ou em particular à emissão do certificado de divórcio.
18 • C.E.B.Cranfield em The Gospel According to Mark. Cambridge Greek Testament Commentary

(CUP, 1959), págs. 319-20.
19 • Mt 19:9; Mc 10:11; Lc 16:18.
20 • Mt 5:32; Lc 16:18.
21 • John Murray, op.cit. pág.21
22 • James B. Hurley, ob cit. p.103; cf também com p.111. As conclusões de John Murray são muito semelhantes (op. cit. págs. 27-28).
23 • John Murray, op.cit.,pág.65.
24 • RSV e NIV traduzem 'como sabes tu...se salvará a tua (teu) esposa/o?' entendendo que a pergunta expressa dúvida, ou mesmo resignação. Entretanto, bem pode ser que o apóstolo esteja expressando esperança. A Good News Bible traduz o versículo assim: 'Como podes ter certeza de ... que não salvará tua (teu) esposa/o?' A versão NEB é ainda mais forte: 'Pensa nisto: como esposa tu podes ser a salvação do teu marido...' Como comenta F.F.Bruce: 'Um casamento misto pode ter assim potencialidades missionárias' (New Commentary Bible, 1971,pág.70). Por isso o cônjuge cristão deve fazer o máximo para preservar o casamento.
25 • Em **The Teaching of the New Testament on Divorce** (William & Norgate, 1921), R.H. Charles argumenta que, desde que em I Coríntios 7:39 o oposto a 'ligado' é 'livre para casar', no v.9, portanto, 'o direito para tornar a casar é concedido

aqui ao marido ou à mulher cristã que é abandonado/a pelo consorte incrédulo' (pág.58).

26 • David Atkinson em To Have and To Hold, The Marriage Covenant and the Discipline of Divorce (Collins, 1979), pág.28.

27 • Ibid. pág. 70

28 • Ibid. pág. 71

29 • Ibid. págs. 75-76

30 • Ibid. pág. 91

31 • Ibid. pág. 151

32 • Ibid. pág. 152

33 • Ibid. pág. 154

35 • Care and Councel, 146 Queen Victoria Street, Londres, EC4V 4BX

35 • **Marital Breakdown**, pág. 61

36 • Ver Lynn R. Buzzard e Laurence Eck, **Tell it to the Church; Reconciling out of Court** (David C. Cook, 1982). O endereço de The Christian Legal Society é Caixa Postal 2069, Oak Park, Illinois 60303,USA. Ver também **Reconciliation and Conciliation in the Marriage Breakdown and Conciliation** (Board of Social Responsability, Newsletter nº 111, dezembro de 1982.

37 • Oliver O'Donovan, **Marriage and Permanence,** Grove Booklet em Ethics nº 26 (Grove Books, 1978),pág.20.

38 • Ibid, pág.21

O DILEMA DO ABORTO

O debate sobre o aborto é admissivelmente complexo, envolvendo aspectos legais, teológicos, éticos, sociais e pessoais. Consideremos também que se trata de matéria altamente emocional pois toca nos mistérios da sexualidade humana e da reprodução envolvendo, muitas vezes, dilemas bastante dolorosos.

Apesar desta complexidade, os cristãos não têm a opção de silenciar diante de uma tomada de decisão pessoal ou uma discussão pública sobre este tópico. Pelo contrário, dois fatos fazem com que ele ocupe a prioridade da nossa agenda.

Primeiro, o que a questão do aborto envolve é nada menos que nossas doutrinas cristãs, tanto do homem quanto da mulher ou mais precisamente, a soberania de Deus e a santidade da vida humana. Todo o povo cristão crê que o Deus Altíssimo é o único doador, sustentador e aquele que pode tirar a vida. De um lado, "ele mesmo é quem dá vida respiração e tudo mais"; e "nele vivemos, e nos movemos, existimos,..." (At 17:28) De outro, como diz o salmista a Deus, "quando lhes retiras o fôlego, morrem e retornam ao pó". De fato, quando alguém morre, a fé cristã luta para afirmar como Jó: "O Senhor o deu, e o Senhor o tomou; louvado seja o nome do Senhor!"[1]

Para o cristão, portanto, tanto dar como tirar a vida, são prerrogativas divinas. Embora não possamos interpretar "não matarás" como uma proibição absoluta, já que a mesma lei que proibia matar, também a sanciona em algumas situações (i.e. pena de morte e guerra santa), tirar a vida humana é uma prerrogativa divina permitida a seres humanos apenas por mandado divino específico. Sem isto, dar fim a vida humana é o máximo da arrogância. Daí, as fortes reflexões da Madre Tereza sobre o aborto:

"...somente Deus pode decidir pela vida e pela morte... Esta é a razão do aborto ser um pecado terrível, pois não se está matando apenas uma vida, mas se colocando no lugar de Deus; ainda assim, as pessoas decidem quem tem que viver e quem tem que morrer. Querem fazer de si mesmas o Deus altíssimo. Querem tomar o poder de Deus em suas mãos. Querem dizer, "Posso fazer sem Deus. Posso decidir." Isto é a coisa mais diabólica que a mão do homem pode fazer..."[2]

Além disso, a questão do aborto tem a ver com nossa doutrina do homem tanto quanto de Deus, pois, conquanto o embrião possa ainda não ser desenvolvido, todos concordam que tem vida e é humano.

De qualquer forma que decidamos formular uma relação entre a criança recém nascida e a não nascida, nossa avaliação do ser humano está inevitavelmente

envolvida. Portanto, a atual prática quase indiscriminada de aborto reflete a rejeição da visão bíblica da dignidade humana. Era este aspecto da situação que mais tocava Francis Schaeffer e Everett Koop, em seu livro e filme "O Que Aconteceu com a Raça Humana?" que trata do infanticídio e da eutanásia da mesma forma que o aborto. Eles relacionaram com perfeição "a erosão da santidade da vida humana" à "perda do consenso cristão".[3]

Logo, se a soberania divina e a dignidade humana são desafiadas no debate do aborto, nenhum cristão consciente pode ficar fora dele.

A Revolução nas Atitudes Públicas

A segunda razão para se levar esta questão a sério diz respeito à revolução que vem acontecendo nas atitudes públicas. Se realmente os médicos assinaram ou não o Juramento de Hipócrates (quinto século a.C.), o fato é que eles assumiram suas próprias responsabilidades:

"Eu seguirei o método de tratamento que, de acordo com minha habilidade e julgamento, considero benéfico para os meus pacientes, e ainda, me absterei do que for deletério e enganoso. Não prescreverei qualquer medicamento mortal a quem quer que seja, caso solicitado, nem darei sugestão neste sentido; e do mesmo modo, não darei à mulher um contraceptivo para que aborte".

Sendo algumas outras cláusulas do Juramento

decididamente antiquadas, a Declaração de Genebra (1948) as atualizou, enquanto que, ao mesmo tempo, cuidou de incluir a promessa:

"Manterei o maior respeito pela vida humana desde sua concepção."

Não seria de se esperar que um país como o Japão, cuja população cristã é de um por cento, refletisse uma visão bíblica de santidade da vida humana (embora, obviamente, as tradições budistas professem que toda a vida é sagrada). Assim, não ficamos surpresos com as estatísticas que se seguiram à liberação da legislação do aborto em 1948. Nos primeiros oito anos, nada menos que cinco milhões de abortos foram realizados, e no ano de 1972 o número cresceu para um milhão e meio.[4] Mas no Ocidente, o herdeiro de muitos séculos de tradição, as expectativas são ainda maiores.

Na Inglaterra o aborto permaneceu ilegal até o Ato da Vida (Preservação) do Menor, de 1929, estabelecendo que nenhum ato seria punido "quando praticado na intenção de salvar a vida da mãe". O Ato do Aborto de 1967, de David Steel, pareceu a muitos como sendo unicamente uma extensão cautelosa do anterior. Solicitou-se a dois praticantes da medicina, registrados, que manifestassem sua opinião, "formada em boa fé", de que a continuação da gravidez envolveria tanto (1) risco para a vida da mãe grávida quanto (2 e 3) risco de dano para ela ou para a

saúde física ou mental do seu bebê, "maior do que se a gravidez fosse terminada" ou "risco substancial da criança nascida sofrer de anormalidade física ou mental, que a tornasse seriamente deficiente". Quaisquer que tivessem sido as intenções da Associação de Reforma da Lei do Aborto (quem dava a tônica do regulamento), parecia claro que suas conseqüências catastróficas não foram previstas pelos seus patrocinadores parlamentares. Antes do Ato se tornar lei, o número de abortos legais levados a efeito anualmente nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde da Inglaterra e do país de Gales se arrastou com lentidão à casa dos 6.100 (1966).[5] Em 1968, contudo, o número já era de 24.000, e o ápice de 167.000 foi alcançado em 1973.[6] Por volta de 1983, mais de dois milhões de abortos legais tinham sido executados desde a aprovação de Ato de 1967.

A situação nos Estados Unidos era ainda pior. Em 1970 uma senhora texana (usando o pseudônimo de Jane Roe) engravidou e decidiu lutar contra a legislação anti-aborto do seu estado, levando à corte Henry Wade, procurador distrital de Dallas. Em janeiro de 1973, no agora conhecido como caso *Roe* x *Wade*, a Suprema Corte dos Estados Unidos declarou por sete votos contra dois que a lei do Texas era inconstitucional.[7] Seu julgamento inibiu todo o regulamento do aborto nos seus segundo e terceiro trimestres, regulando apenas em relação à saúde

física ou mental da mãe. Este regulamento permitia implicitamente o aborto em qualquer estágio da gravidez. O número de abortos legais nos Estados Unidos em 1969 não chegava a 20.000. Em 1975, ultrapassou a marca de um milhão, e em 1980 já havia atingido a mais de um milhão e meio. Isto significa que em 1980, para cada 1.000 "nascimentos" (naturais e induzidos), 300 foram abortos. De fato, mais de 4.250 bebês são abortados diariamente, 177 por hora ou três a cada minuto. No Distrito de Washington, a capital do país, os abortos agora superam o número de nascimentos na proporção de três para um.[8]

O número total de abortos legais e ilegais através do mundo era estimado, em 1968, entre trinta e trinta e cinco milhões.[9] Já deve ter aumentado até agora.

Estes números são tão surpreendentes que desafiam a nossa imaginação. Não acho que Francis Schaeffer e Everett Koop estão exagerando quando escrevem "O Massacre dos Inocentes" ou John Powell SJ quando intitula o seu comovente livro de "Aborto: O Holocausto Silencioso".[10] Para fortalecer ainda mais o seu argumento, apresenta seu livro com um mapa das "baixas de guerra", no qual cada cruz representa 50.000 combatentes americanos mortos. As guerras da Coréia e do Vietnam têm apenas uma cruz cada. A Primeira Guerra Mundial tem uma cruz e meia; a Segunda Guerra Mundial onze;

mas a "Guerra do Não Nascido" tem nada menos que 240 cruzes, representando os 12 milhões de abortos legais americanos até o início de 1981.

Toda sociedade que tolera e legisla para si tais coisas, deixou de ser civilizada. Um dos maiores sinais da decadência do Império Romano foi que os seus bebês indesejáveis eram "expostos", isto é: eram abandonados à morte. Será que podemos dizer que a sociedade ocidental contemporânea é menos decadente porque consigna seus bebês indesejáveis a um incinerador de hospital, em vez de os abandonar numa lata de lixo? Na realidade, o aborto moderno é ainda pior do que as exposições antigas neste aspecto, porque tem sido comercializado e se tornado, pelo menos para alguns médicos e clínicas, uma prática extremamente lucrativa.[11] A reverência pela vida humana é uma característica indispensável a uma sociedade humana e civilizada.

A Questão Chave

Estas duas campanhas para uma política frouxa do aborto, e os apologistas de uma mais rígida partem seus argumentos de posições opostas.

Os favoráveis ao aborto enfatizam os direitos da mãe, especialmente seu direito de escolha; os que se opõem enfatizam os direitos da criança não nascida, e especialmente o seu direito de viver. Os primeiros vêem o aborto como sendo um pouco mais do que um

contraceptivo retroativo; os segundos, como um pouco menos que um infanticídio pré-natal. O apelo dos a favor é usualmente o da compaixão (embora também para a justiça dos que o vêem como os direitos da mulher); citando situações nas quais a mãe e/ou o resto da família existente sofreria com uma pressão intolerável se uma gravidez indesejável fosse levada a termo. O apelo dos contra é em geral e, especialmente, a justiça; eles acentuam a necessidade de defender os direitos da criança não nascida impossibilitada de se defender.

Contudo, aqueles que se opõem ao aborto não estão faltos de compaixão. Eles reconhecem as durezas e até mesmo as tragédias que muitas vezes um bebê não planejado possa trazer. Por exemplo, seria financeiramente desastroso para uma mãe grávida que já esteja desgastada por uma família grande e exigente com um lar já super povoado e o orçamento familiar altamente sacrificado, ter mais alguém para alimentar. A família simplesmente não poderia suportar mais uma criança. Vários são os fatores a considerar: a própria mãe é quem sustenta a família (por ser viúva, divorciada, o marido é doente ou desempregado) e ter um outro filho arruinaria tudo; o marido é violento e cruel, talvez alcoólatra ou até mesmo um psicopata e sua esposa não ousa permitir que outro filho venha a sofrer esta influência; ela é solteira e acha que não pode encarar o estigma ou a desvantagem

que ela ou a criança teriam de suportar numa família sem pai; ela é estudante, e dar continuidade a gravidez interferiria em sua educação ou carreira; talvez sua gravidez seja fruto de adultério, incesto ou ainda estupro, e estas tragédias já são grandes demais em si mesmas sem que se lhes ajunte uma criança não planejada e indesejada; ela contraiu rubéola ou teve uma ultra-sonografia pré-natal que a leve a temer ter uma criança com Síndrome de Dow ou qualquer outro defeito.

Todos estes casos, e muitos outros, causam grande sofrimento pessoal e suscitam nossa sincera compaixão cristã. É fácil compreender porque algumas mulheres em tais situações optam pelo aborto, por lhes parecer a única maneira de fugir delas e, também, porque alguns doutores interpretam a lei da forma mais liberal que podem para justificar esta prática.

Mas os cristãos que confessam Jesus como Senhor e que desejam viver sob a autoridade da sua verdade, justiça e compaixão, não podem jamais ser pragmatistas. Temos que questionar a nós mesmos que princípios estão envolvidos. Nossa compaixão necessita tanto dos pressupostos teológicos quanto dos morais, pois se ela se expressa às custas da verdade ou da justiça, deixa de ser uma compaixão genuina.

A questão chave, então, é moral e teológica e diz respeito à natureza do feto (foetus é a palavra latina para

"fruto"). Como devemos pensar no embrião dentro do ventre da mãe? Pois é a nossa avaliação do feto que irá, em grande escala, determinar nossa atitude com relação ao aborto. Além do mais, embora outras questões de princípios estejam envolvidas na engenharia genética, fertilização *in vitro* e experiências embrionárias (não estou pretendendo abordar estas questões neste capítulo), ainda nestas áreas a principal questão é a mesma: qual o estado do óvulo fertilizado diante de Deus, quer seja no útero ou num tubo de ensaio?

Rejeitamos como totalmente falsa e fundamentalmente abominável a noção de que o feto é meramente uma massa informe gelatinosa, uma bolha de tecido ou uma protuberância no ventre da mãe que pode, portanto, ser extraído e destruído como dentes, tumores ou amídalas. Parece que alguns ainda adotam posição extrema. Por exemplo, K. Hindell e Madelaine Simms (manifestantes pró-aborto) escreveram que "clinicamente e legalmente embrião e feto são meramente partes do corpo da mãe e não seres humanos".[12] Tais pessoas insistem que o feto pertence à mãe que o carrega; que não se pode referir a ele como sendo independente dela ou como um ser humano em seu próprio direito; que removê-lo não é mais significativo do que uma remoção cirúrgica de algum tecido indesejável; e a decisão de abortar ou não abortar repousa unicamente sobre a mulher. Já que é o

seu corpo é também sua a escolha, não cabendo a ninguém mais (e certamente nenhum homem, as feministas acrescentariam) se manifestar sobre o assunto. Uma mulher emancipada não pode ser forçada a ter um filho; ela tem controle absoluto sobre seus poderes e processos reprodutores.

Depois de uma passeata no Hyde Park organizada pela Sociedade para a Proteção do Filho Não Nascido (Society for the Protection of Unborn Child) em junho de 1983, nos dirigíamos à rua Downing 10 para apresentar uma petição ao primeiro ministro, quando do alto do Whitehall um grupo de mulheres jovens começou a gritar:

- Nem Estado nem religião.

Deixem que as mulheres decidam sua situação.

Subi para falar com elas e, calmamente mostrei-lhes que nossa preocupação não era o destino da mulher, mas sim o seu filho não nascido. Sua única resposta foi berrar obscenidades impublicáveis, e deixar bem claro que eu jamais conseguiria dar à luz uma criança em um milhão de anos. Não estou querendo dizer que elas estivessem totalmente erradas, pois reconheço que aborto é um assunto que tem mais a ver com a mulher do que com o homem. É ela quem vai engravidar, talvez sem seu consentimento; é ela quem vai ter que aguentar uma gravidez, e quem vai ter que suportar o fardo de cuidar de uma criança nova. Para o homem também é muito

fácil se esquecer disto. Entretanto, seu filho tem direitos independentes antes e depois do seu nascimento, e são esses direitos que aquelas jovens em Whitehall não reconheciam.

Não é apenas um fato teológico, mas fisiológico que embora um embrião esteja dentro do corpo da mãe, ele não é parte desse corpo. Isto é, parcialmente, porque o filho tem um genótipo distinto da mãe, mas também porque todo o processo de gestação - da ovulação ao nascimento - pode ser visto como uma espécie de "expulsão" do filho com vistas a sua suprema independência.

Há um segundo grupo de pessoas que busca o momento decisivo da "humanização" do embrião em alguns pontos entre concepção e nascimento. Alguns optam pela implantação quando o óvulo, quatro ou cinco dias depois da fertilização, desce da trompa de falópio e se anexa ao útero. Tanto é verdadeiro que a implantação é um estágio indispensável no desenvolvimento do feto, quanto que o maior número de abortos espontâneos (sempre devido a anomalias do feto) acontecem antes deste momento. Contudo, a implantação muda apenas o ambiente do feto, não sua constituição. Em gerações anteriores a **"aceleração"** era vista por muitos como o momento do "surgimento da alma" do embrião ou pelo menos sua evidência. Nós,

porém, sabemos que este novo começo não é o movimento da criança, mas a percepção da mãe.

A terceira opção é a "viabilidade", o tempo que o feto, se nascido prematuramente, seria capaz de sobreviver. Técnicas da medicina moderna, no entanto, estão continuamente adiantando este momento.

A quarta opção refere ao próprio nascimento como o momento crucial.

Esta foi a opção adotada por Rex Gardner no seu livro "Aborto: O Dilema Pessoal" (Abortion: The Personal Dilemma) (1972). "Minha visão pessoal" ele escreveu, "é que enquanto o feto precisa ser cuidado de modo crescente à medida que se desenvolve, deveríamos assumir sua primeira respiração, ao nascer, como o momento que Deus lhe dá tanto a vida quanto o oferta de Vida." Cita Gênesis 2:7 como evidência bíblica, quando Deus soprou nas narinas o "sopro da vida". Apelou também para a experiência humana comum: "um sinal audível de alívio circula pela sala de parto quando o bebê dá o seu primeiro suspiro".[13] Certamente é verdade que não se prepara nenhum funeral para um bebê que está para nascer, e que as Escrituras geralmente falam de "nova vida" que começa com o "novo nascimento". Ainda assim isto não resolve a questão, já que as Escrituras também falam de Deus nos "gerando"e da semente "plantada"que leva a um "novo nascimento".[14]

Acrescentem-se a isto, gravuras de crianças no momento exato que precede o nascimento revelando não haver diferença fundamental entre o bebê por nascer, e o que já nasceu: ambos estão independentes em suas mães, ainda que de uma forma diferente.

O terceiro grupo de pessoas (no qual acho que deveria incluir todos os cristãos) embora usando diferentes formulações e chegando a diferentes conclusões, se voltam para a concepção ou fusão como o momento decisivo em que um ser humano tem início. Esta é a posição oficial da Igreja Católica Romana. O papa Pio XII, por exemplo, disse em seu pronunciamento à Sociedade Católica Italiana de Parteiras, em 1951: "O bebê ainda não nascido é um homem no mesmo grau e pela mesma razão da mãe".[15] Similarmente, muitos protestantes - embora alguns tenham dificuldade com o não reconhecimento do "grau" - afirmam que não existe um ponto entre concepção e morte que possamos dizer "depois deste ponto eu era uma pessoa, mas antes eu não era". *Pois, certamente, o concebido está vivo, e a* vida que possui é vida humana. De fato, muitos médicos que não fazem profissão de fé cristã reconhecem este fato. Assim, a primeira Conferência Internacional sobre o Aborto realizada no distrito de Washington, em 1967, declarou: "Não podemos encontrar um ponto no tempo entre a união do esperma ao óvulo e o nascimento de

uma criança que nos permita dizer que isto não é uma vida humana.[16]

As Bases Bíblicas

Para mim o fundamento bíblico das Escrituras para esta visão se encontra no Salmo 139, onde o autor se maravilha da onisciência e onipotência de Deus, e no curso de sua meditação faz uma declaração importante sobre nossa existência pré-natal. Este salmo não pretende ser estudo de embriologia, mas através de imagens poéticas e de linguagem altamente figurativa (verso 15 "...no oculto fui formado, e entretecido como nas profundezas da terra"), o salmista está afirmando pelo menos três coisas importantes.

A primeira diz respeito à *criação* "pois tu formaste o meu interior, tu me teceste no seio da minha mãe" (verso 13). Duas metáforas simples são usadas para ilustrar a habilidade criativa de Deus, que são, respectivamente, oleiro e tecelão. Deus é como um artesão habilidoso que o "criou" (ou melhor, "formou") como um oleiro trabalha o barro. O mesmo pensamento aparece em Jó 10:8, onde Jó afirma que as mãos de Deus o "plasmaram e o aperfeiçoaram" ou "formaram e modelaram". A outra figura é a do tecelão que o "teceu" (verso 13), que ainda nos é apresentada em outra versão como "me teceste". Similarmente, Jó pergunta:

"Por ventura de pele e carne não me vestiste, e de ossos e tendões não me entreteceste?" (10:10-11). Em conseqüência, o salmista prossegue: "Graças te dou, visto que por modo assombrosamente maravilhoso me formaste; as tuas obras são admiráveis" (verso 14).

Mesmo sem pretender dar um relato científico sobre o desenvolvimento do feto, os autores bíblicos estão, contudo, afirmando (no imaginário familiar do antigo oriente) que o processo de crescimento embrionário não é casual nem mesmo automático, mas trata-se de obra divina de habilidade criativa.

A segunda ênfase do salmista recai sobre a *Continuidade.* Ele já é um adulto, mas olha para trás, para sua vida antes e depois do nascimento. Refere-se a si mesmo, tanto antes quanto depois do nascimento, usando os mesmos pronomes pessoais "eu" e "mim", pois tem conhecimento de que durante sua vida pré-natal e pós-natal ele é a mesma pessoa, e faz um levantamento de sua existência em quatro estágios: Primeiro (verso 1), "tu me sondaste" (o passado), segundo (verso 2 e 3), "sabes quando me assento e quando me levanto e conheces todos os meus caminhos" (o presente); terceiro (verso 10), "ainda lá me haverá de guiar a tua mão, e a tua destra me susterá" (o futuro); e quarto (verso 13), "me entreteceste no seio da minha mãe"(estágio pré-natal). Em todos estes quatro estágios (antes do nascimento, do nascimento até o presente, no presente momento, e no futuro), ainda assim, ele se refere como

"eu". Quem pensa e escreve como homem crescido tem a mesma identidade pessoal como o feto no útero. Ele tem conhecimento de não haver descontinuidade entre o seu ser pré-natal e pós-natal. Ao contrário, dentro e fora do útero da sua mãe, antes e depois do seu nascimento, como embrião, bebê, jovem e adulto, ele é consciente de ser a mesma pessoa.

Chamarei a terceira verdade expressa pelo salmista, de *Comunhão* pois ele é sabedor de que há uma comunhão muito particular e pessoal entre Deus e ele. É o mesmo Deus que o criou que agora o sustenta, conhece, o ama, e o susterá para sempre. O salmo 139 talvez seja o relato mais radicalmente pessoal do Antigo Testamento da relação de Deus com o crente individual. A relação "eu-tu" aparece em quase todas as linhas. Tanto o pronome quanto o possessivo na primeira pessoa ("eu-me-meu") aparecem quarenta e seis vezes no salmo, e na segunda pessoa ("tu-tua"), trinta e duas vezes. Mais importante do que a relação "eu-tu" é sua consciência da relação "tu-eu", de Deus o conhecendo, cercando, segurando (versos 1-6), e aderindo a ele em aliança de fidelidade, jamais o deixando ou permitindo que parta (versos 7-12).

De fato, "Comunhão" pode não ser a melhor descrição desta terceira consciência porque a palavra implica um relacionamento recíproco, enquanto o salmista está

dando um testemunho de um relacionamento estabelecido por Deus e sustentado por Deus. Talvez a palavra "Aliança" fosse mais adequada, uma aliança unilateral, ou aliança de "graça"com Deus tenha se iniciado e tenha sido mantida por Deus. Pois Deus, nosso Criador, nos amou e se relacionou conosco muito antes que pudéssemos responder num relacionamento consciente. O que faz de nós pessoas, então, não é o fato de conhecermos Deus, mas que ele nos conhece; não que amemos a Deus, mas que ele estabeleceu o seu amor sobre nós. Assim, cada um de nós já era uma pessoa no ventre da nossa mãe porque Deus já nos conhecia e nos amava.

São estas três palavras (Criação, Continuidade e Comunhão ou Aliança) que nos dão a perspectiva bíblica essencial para começar a pensar. O feto ainda não é uma protuberância no ventre da mãe nem mesmo um ser humano em potencial, mas já é uma vida humana que, embora ainda não madura tem a potencialidade de crescer dentro da plenitude da humanidade individual que *já* possui.

Outras passagens bíblicas expressam o mesmo senso de continuidade pessoal devido à graça divina. Muitas vezes, na Literatura de Sabedoria do Antigo Testamento, há a convicção expressa de que o Deus que "me fez no útero" (Jó 31:15; Salmo 119:73), ainda que não saibamos

como "se formam os ossos no ventre da mulher", (Ec, 11:5) e, portanto, tem sido meu Deus "que me tirou do ventre da minha mãe" (Salmo 22:9,10; 71:6). Os profetas compartilhavam da mesma crença, seja da forma individual como Jeremias ("Antes que te formasse no ventre materno, eu te conheci", 1:5) ou do "Servo do Senhor" (que o Senhor formou e chamou no útero, Is 49:1,5) ou por analogia com a nação de Israel (Is 46:3,4). As implicações destes textos na continuidade pessoal não podem ser evitadas por analogia às afirmações do Novo Testamento de que Deus nos "escolheu" em Cristo e nos "deu" sua graça em Cristo "antes da criação do mundo" (i.e. Ef 1:4; 2 Tm 1.9). O argumento seria, então, de que assim como não existíamos antes do início do tempo, exceto na mente de Deus, também não tínhamos existência no ventre, embora digam que Deus nos "conhecia" em ambos os casos. A analogia é inexata, pois as situações são diferentes. Em passagens que falam da *vocação* (se o chamado de profetas como Jeremias ou de apóstolos como Paulo - cf.Gál 1:16), a ênfase não está apenas na escolha graciosa de Deus, mas em sua "formação" ou "moldagem" deles para seu serviço particular. Isto não foi "antes da criação do mundo" nem mesmo "antes da concepção", mas "antes do nascimento", antes que eles tivessem sido totalmente "formados", isto é: enquanto eles ainda estavam sendo

"moldados" no ventre. A continuidade pessoal antes e depois do nascimento é para este ensinamento.

Há apenas uma passagem no Antigo Testamento segundo a qual alguns intérpretes depreciam o feto humano; trata-se de Êxodo 21:22-25.[17] A situação abordada não está em questão. Enquanto dois homens lutam, acidentalmente ferem uma mulher grávida, resultando numa descontinuação da gravidez ou ela "dá à luz prematuramente". A pena estabelecida dependia do grau do dano causado: não sendo grave, caberia uma multa; do contrário, seria necessário retribuição na mesma medida "vida por vida"etc. Alguns têm argumentado que a primeira categoria (sem dano grave) significa a morte da criança, enquanto a segunda é dano sério à mãe, e que, portanto, a mera imposição de uma multa no primeiro caso indica que o feto foi tido como de menor valor que a mãe. Esta é uma interpretação barata. Contudo, parece muito mais provável que a escala de penalidade deveria corresponder ao grau da injúria, à mãe ou ao filho; no caso mãe e filho são avaliados da mesma forma.

Voltando ao Novo Testamento, tem sido sempre mostrado não apenas na ocasião do encontro entre Maria e Isabel quando, ambas grávidas, o bebê de Isabel (João Batista) "saltou no seu ventre" em saudação ao bebê de Maria (Jesus), e que Lucas aqui usa a mesma palavra

"brefos" para uma criança não nascida (1: 41-44) como ainda mais adiante vai usar a mesma palavra para bebê recém-nascido (2: 12-16) e para as crianças que eram trazidas para Jesus abençoar (18:15).

É por manter toda esta continuidade que a tradição cristã afirma a respeito de Jesus no Credo dos Apóstolos, que ele era "concebido do Espírito Santo, nascido da Virgem Maria, sofreu sob o poder de Poncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado,... e ao terceiro dia ressurgiu..." Através de todos estes eventos, do início ao fim, Jesus era, e é o mesmo Jesus que foi concebido no ventre da virgem mãe.

A ciência médica moderna parece confirmar este ensino bíblico. Foi apenas nos anos 60 que o código genético foi elucidado. Agora, sabemos que o momento em que o óvulo é fertilizado pela penetração do esperma, os vinte e três pares de cromossomas estão completos, o zigoto tem um único genótipo que é distinto de ambos os pais, e o sexo da criança; tamanho e forma; cor de pele; cabelos e olhos; temperamento e inteligência já estão determinados. Cada ser humano começa como uma simples célula fertilizada, enquanto um adulto tem cerca de trinta milhões de células. Entre estes dois pontos (fusão e maturidade), quarenta e cinco gerações de divisões de células são necessárias, e quarenta e uma delas ocorrem antes do nascimento.

A fotografia médica pré-natal tem demonstrado as maravilhas do desenvolvimento fetal. Guardo na memória, particularmente, as belíssimas fotos do livro *Uma Criança Nasce* (A Child is Born)[18] do fotógrafo suíço Lennart Nilsson. Entre três semanas e três semanas e meia, o coraçãozinho começa a bater. Na quarta, embora o feto seja apenas cerca de um quarto de polegada de comprimento, a cabeça e o corpo já se distinguem, como também os olhos rudimentares, orelhas e boca. Na sexta ou sétima semana o funcionamento cerebral pode ser detectado, e na oitava (o tempo que o aborto começa a ser executado), todos os membros do corpo estão aparentes, incluindo dedos das mãos e dos pés e impressões digitais. Na nona ou décima, o bebê pode usar suas mãos para segurar, a boca para sugar e pode até mesmo chupar o dedo. Lá pela décima terceira semana, completa-se o primeiro trimestre; o embrião está totalmente organizado, e um bebê em miniatura repousa no ventre da mãe. Ele pode mudar de posição, responder a um sofrimento, barulho, luz e até mesmo ter um acesso de soluços. Daí em diante, a criança vai apenas se desenvolver em tamanho e força. Ao término do quinto mês e início do sexto (antes que o segundo trimestre se complete e enquanto a gravidez ainda não está dois-terços completa), o bebê tem cabelos, pestanas, unhas e mamilos, e pode chorar, agarrar, bater e chutar (o que

algumas vezes acontece depois que um aborto foi feito por esterectomia, para o extremo desgosto da equipe médica).

Gestantes afirmam por experiência própria que têm a sensação de estar carregando uma criança viva. Algumas vezes os pais dão ao seu pequeno ser um apelido engraçado, especialmente se ainda desconhecem o sexo. Mas, também, dizem com orgulho: "Temos um bebê a caminho!" Durante a gravidez, uma senhora disse que se "sentia ser a mãe de uma pessoa, com certas responsabilidades maternais antes do nascimento e outras depois do nascimento". Uma outra escreveu: "meus sentimentos sabem que isto é uma pessoa e, que, portanto, tem os seus direitos independentes diante de Deus".

Um Debate Cristão Contemporâneo

Seria desonesto dizer que todos os cristãos vêem o assunto sob o mesmo prisma, mesmo aqueles que buscam se submeter à autoridade das Escrituras. Uma aparente diferença de opinião surgiu a partir de um seminário interdisciplinar de teólogos e doutores em 1983, patrocinado pelo Instituto de Londres para o Cristianismo Contemporâneo e a Irmandade Cristã Médica. A mensagem chave foi dada por Canon Oliver O'Donovan, catedrático de Teologia Moral e Pastoral de Oxford, sob o título de "E Quem é uma Pessoa?" Seu ponto de partida foi a parábola do bom samaritano. Foi

exatamente quando Jesus declinou de responder à pergunta "e quem é meu próximo?" estabelecendo uma série de critérios para que não houvesse critérios (quer seja auto-conscientização, razão ou amor responsivo) pelos quais decidir quem é uma "pessoa". Em vez disto, o bom samaritano identificou seu próximo se preocupando com ele, já que "a verdade do próximo se conhece pelo engajamento".

Dessa forma, a questão "quem é uma pessoa?" não pode ser respondida especulativamente. É o contrário: só chegamos a *reconhecer* alguém como uma pessoa "a partir de um compromisso moral prévio de tratá-la como uma pessoa". Mais tarde, então, chegaremos a conhecê-la à medida que ela se descobre para nós em relacionamentos pessoais. Não que pessoalidade se *confira* a alguém pela nossa decisão de tratá-lo como pessoa, mas pessoalidade se *revela* desta forma. A pessoalidade se torna aparente em relacionamentos pessoais, embora não seja estabelecida por eles. Ao mesmo tempo, antes de nos comprometermos com o serviço de uma pessoa, é correto buscar evidências de que é apropriado fazê-lo, quer pela aparência (no caso de um feto), quer por nosso conhecimento científico de seu genótipo singular.

Temos, portanto, três estágios: Primeiro, deve haver reconhecimento, adequando o entrosamento com uma pessoa como pessoa; a seguir, temos compromisso, nos

preocupamos com ela como pessoa; Terceiro, vem o encontro: "Aqueles que *tratamos* como pessoas quando ainda nem são nascidos, se tornam *conhecidos* de nós como pessoas depois de nascidos". Estes três estágios reconhecem a gradualidade do desenvolvimento dentro do encontro pessoal, enquanto afirmando a realidade da pessoalidade desde o momento da concepção.[19]

Em um artigo não publicado de nome "A Lógica dos Começos", o professor Donald MacKay, diretor do Departamento de Pesquisa de Comunicação e Neurociência da Universidade de Keele discorda do argumento do professor O'Donovan. "Coisas são trazidas à existência de vários modos," escreve. Por exemplo, artefatos (como um carro) são montados peça por peça; nuvens de chuva se formam pela condensação; uma mistura explosiva de gás e ar se desenvolve gradualmente, enquanto plantas e animais crescem. Cada um desses processos tem um produto final (um carro, uma nuvem nimbo, uma explosão, uma planta madura ou um animal), mas é difícil perceber o momento exato que isto vai acontecer, a natureza exata da mudança que acontece, e quando.

Isto leva Donald MacKay a criticar a linguagem de "potencialidade". Para se certificar, o início de cada processo tem a potencialidade de alcançar o produto final, garantidas as condições capacitadoras, mas isto

não justifica assertivas ontológicas sobre os estágios anteriores. Por exemplo, vários componentes se tornarão um carro se juntados de forma apropriada, mas não nos referimos a ele como um "carro em potencial", porque ele poderia, em vez disto, acabar no ferro velho. Podemos então nos referir a um óvulo fertilizado como um "ser humano em potencial"? Sim, no sentido de que ele irá amadurecer se proceder a uma gestação normal, mas não, se isto nos levar a atribuir ao óvulo as propriedades específicas do produto final.

O valor da linguagem da "potencialidade" é que ela enfatisa a importância dos começos, expectativas e obrigações resultantes; o perigo é imaginar que todos os atributos e direitos do produto final já pertençam ao começo. Eles não pertencem, mesmo que haja uma linha direta de continuidade entre os dois.

Em particular, Donald MacKay conclue, antes que o feto possa corretamente ser considerado uma "agência pessoal consciente", há certos requisitos de processamento de informação necessários à auto-supervisão humana. Não se trata de reduzir uma pessoa a um cérebro, mas de dizer que uma pessoa não pode ser personificada numa estrutura que ainda carece de um desenvolvimento cerebral adequado. "A capacidade de manter pessoalidade consciente é uma propriedade sistêmica do sistema nervoso central." Por um lado, o óvulo fertilizado é uma

"estrutura com a mais rica e o mais estranhamente misterioso repertório conhecido do homem", pois pode se desenvolver na "corporificação de um novo ser humano à imagem de Deus, amado por Deus, repleto de potencialidades, de significado não meramente terreno, mas de significado eterno". Por outro lado, tratá-lo como "uma pessoa com os direitos de uma pessoa" é um exemplo conspícuo de um "ponto de partida".[20]

Resumindo, Oliver O'Donovan insiste que o feto tem "pessoalidade" desde o momento da fusão e que, portanto, devemos nos empenhar em seus cuidados, embora apenas mais tarde sua pessoalidade será revelada em relacionamentos pessoais. Donald MacKay concorda que a partir do momento da fusão, há vida biológica e um maravilhoso repertório de potencialidade, mas apenas se torna pessoa possuindo direitos e exigindo cuidados quando o desenvolvimento do cérebro torna possível a auto-supervisão.

O conflito entre os dois professores parece irreconciliável. Ainda assim, eu creio haver muito mais em comum entre eles do que possa parecer à primeira vista, e não creio que um possa estar negando de todo as afirmações do outro. Donald MacKay enfatiza o desenvolvimento do feto, embora não negue que o óvulo fertilizado tenha um repertório rico. Oliver O'Donovan afirma que desde o início da concepção já existe um

genótipo único e completo, e é verdadeiramente uma pessoa, conquanto não negue que o seu destino seja alcançar a maturidade humana. Não estará isto na base da velha tensão (com a qual o novo Testamento nos familiarizou) entre o "já" e o "ainda não"? Tertuliano já expressou isto no fim do segundo século: "Ele também é um homem que está por ser; você tem o fruto já na semente."[21] Em nossos próprios dias, Paul Ramsey colocou desta forma: "O indivíduo humano vem a existir como uma partícula de minuto de informação... Seu subseqüente desenvolvimento pré-natal e pós-natal pode ser descrito como *um processo de se tornar o que já é* desde o momento de sua concepção".[22] Lewis Smedes chama o estado de um feto de "profunda ambiguidade ontológica - a ambiguidade de não ser alguma coisa ainda e ao mesmo tempo tendo as qualidades essenciais do que será".[23]

Isto me leva de volta ao Salmo 139, e à razão do senso de continuidade do ser do salmista, isto é, o constante amor de Deus. De fato, é o compromisso pessoal, amoroso de Deus com a criança ainda não nascida que me deixa desconfortável com as analogias impessoais de Donald MacKay (artefatos materiais, núvens, gases, plantas e animais). A iniciativa soberana de Deus em criar e amar é a compreensão bíblica da graça. Donald MacKay declina de atribuir pessoalidade ao feto recém

concebido, porque como ainda não tem cérebro para sustentar tanto a auto-supervisão quanto relacionamentos conscientes. Mas, suponhamos que o relacionamento vital que confere pessoalidade ao feto seja o amor comprometido e consciente de Deus com ele, em vez do dele com Deus? um tal relacionamento unilateral é visto nos pais que amam seu filho e se empenham no seu cuidado e proteção muito antes que ele seja capaz de corresponder. Uma iniciativa unilateral é o que faz a graça ser graça. É, de fato, a graça de Deus que confere à criança que ainda não nasceu, desde o momento da sua concepção, a situação singular que já goza e o destino singular que herdará adiante. É a graça que une esta dualidade do atual e do potencial, o já, e o ainda não.

Implicações e Conclusões

Como irá nossa avaliação da singularidade do feto humano afetar nosso pensar e agir?

Para começar, isto mudará nossas atitudes. Já que a vida do feto humano é uma vida humana com o potencial de se tornar um ser humano maduro, temos que aprender a pensar na mãe e na criança não nascida como dois seres humanos em diferentes estágios de desenvolvimento. Médicos e enfermeiras têm que considerar que eles têm dois pacientes em vez de um, e devem buscar o bem estar de ambos. Advogados e políticos precisam pensar da mesma forma. Consta na

Declaração dos Direitos da Criança (1959) das Nações Unidas, que a criança necessita de "salvaguardas e cuidados especiais, incluindo proteção legal apropriada, antes e depois do nascimento". Os cristãos desejariam acrescentar "cuidados extras antes do nascimento", pois a Bíblia tem muito a dizer sobre o cuidado de Deus pelos indefesos, sendo as crianças que ainda não nasceram as mais indefesas de todas as pessoas pois elas não têm voz para pleitear sua própria causa e são indefesas para proteger sua própria vida. Assim, é nossa responsabilidade fazer por elas o que não podem fazer por si mesmas.

Todos os cristãos, portanto, deveriam ser capazes de concordar que o feto humano é um princípio inviolável. Quando Lord Ramsey era arcebispo de Canterbury disse à Assembléia da Igreja em 1967: "Temos que declarar como normativa a inviolabilidade geral do feto... Temos o direito de continuar a ter, como um dos maiores dons do mundo, a crença de que o feto humano deve ser reverenciado como o embrião de uma vida capaz de vir a refletir a glória de Deus..."

É esta combinação do que o feto humano já é com o que um dia poderia ser que faz as realidades do aborto tão horríveis. Como pode alguém, conceber harmonizar as técnicas brutais do aborto com um potencial espelho da glória de Deus?

O método mais antigo é "D e C" dilatação e curetagem,

onde a cérvice é dilatada para facilitar a inserção de um instrumento: tanto pode ser usada uma "cureta" com a qual a parede do útero é arranhada até que o feto seja cortado em pedaços, quanto pode ser usado um tubo de sucção, através do qual ele é despedaçado. Em qualquer dos casos, acontece um desmembramento violento e sangrento.

O segundo método (empregado entre doze e dezesseis semanas após a concepção) é o de se injetar uma solução tóxica (usualmente salina) através de uma agulha comprida que entra pelo abdome da mãe, indo até o saco amniótico envolvendo o feto, que é assim envenenado, queimado e morto, e então "espontaneamente"expelido.

Num estágio mais adiantado de gravidez, usa-se a cirurgia, tanto uma histerotomia que lembra uma cesariana (exceto que neste caso o bebê é tirado do útero para ser morto, não para ser salvo) ou uma histerectomia completa pela qual o útero e o feto são removidos juntos, e descartados juntos.

Um quarto método, uma alternativa para a cirurgia, é o uso de prostaglandina, um hormônio que induz a um parto prematuro imediato - sempre de um bebê vivo.

Um conhecimento factual destes procedimentos deveria nos levar a rever nosso vocabulário, pois os eufemismos populares tornaram mais fácil para nós

esconder a verdade de nós mesmos. O ocupante do útero da mãe não é um "produto de concepção" ou "material gamétrico", mas uma criança não nascida. Cada "gravidez" não diz mais do que o fato de que uma mulher foi "emprenhada", ao passo que a verdade em linguagem antiquada diz que ela está "de barriga".

Como podemos falar do "término da gravidez" quando o que está terminada não é apenas a gravidez da mãe, mas a vida da criança? E como podemos descrever o aborto médio de hoje como "terapêutico" (uma palavra originalmente usada apenas quando a vida da mãe estava em risco), quando a gravidez não é uma doença que necessita de terapia? E ainda: o que o aborto efetua atualmente não é uma cura, mas um assassinato. Como podem as pessoas pensar em aborto como nada mais que uma espécie de anticoncepcional, quando o que ele faz não é prevenir contra a concepção, mas destruir o cencebido? Precisamos ter a coragem de usar a linguagem correta. Aborto induzido é feticídio: é a deliberada destruição de uma criança não nascida; o derramamento do sangue de um inocente.

Então o aborto não é justificado nunca?

Para responder a esta pergunta de uma maneira que seja tanto fiel quanto realística, teólogos e doutores precisam uns dos outros. São necessárias mais consultas interdisciplinares pois os médicos são compreen-

sivelmente impacientes com os teólogos (porque estes tendem a não ser práticos), fazendo pronunciamentos de torre de marfim não relacionados a dilemas clínicos dolorosos. Teólogos, por sua vez, são compreensivelmente impacientes com os médicos (posto que tendem a ser pragmáticos), tomando decisões clínicas, não controladas pelos princípios teológicos. O princípio pelo qual deveríamos ser capazes de concordar é bem expresso como o primeiro objetivo da Sociedade para Proteção da Criança Não Nascida, que é: "a vida humana não deveria ser tirada, exceto em casos de necessidade urgente".

O professor G. R. Dunstan deve estar certo quanto a haver uma ética de "feticídio justificável", por analogia com "homicídio justificável".[24] Mas se aceitarmos a inviolabilidade geral do feto humano, então cada exceção tem que ser rigorosa e especificamente questionada. Desde o Ato da Vida da Criança (Preservação) de 1929, o aborto para salvar a vida da mãe tem sido legal na Inglaterra, embora não perdoado pela Igreja Católica Romana. Devido às técnicas médicas modernas e melhoradas é difícil surgir um caso destes, mas se pode imaginar uma situação próxima a esta quando uma gravidez indesejada passa a constituir uma ameaça de colapso total para uma mãe já sobrecarregada e neurótica, podendo se transformar numa "ruína física ou mental"[25] ou ainda representar um risco dela vir a tirar a sua própria vida.

De acordo com a tradição cristã, a vida humana pode ser tirada para proteger uma outra vida i. e. , em defesa própria; não temos nenhuma liberdade de introduzir morte numa situação onde ela não existe.

O que dizer a cerca do "risco substancial" da criança nascer "seriamente incapacitada", que é a quarta cláusula do Ato do Aborto de 1967? Exames pré-natais como a ultra-sonografia ou um teste do líquido amniótico já podem revelar anormalidades no feto por volta do quarto mês de gravidez. Seria o aborto então justificado? Muitos acham que sim. O Dr. Glanville Williams assim se manifestou sobre o assunto: "Permitir o desenvolvimento de um feto deficiente é um mal horrível, muito pior do que qualquer outro que possa ser visto no aborto.[26] Discutindo a trágica possibilidade de uma mãe dar à luz um filho possivelmente idiota ou um monstro, ele vai ainda mais longe: "Uma eutanásia praticada pela mãe é exatamente igual a uma cadela que mata seus filhotes deformados não podendo, em confiança, ser pronunciada como imoral."[27]

Como poderia uma consciência cristã reagir a uma tal possibilidade? Certamente que com horror. A única exceção seria para a criança anacefálica (nascida sem o cérebro) ou uma criança tão totalmente disforme que seria incapaz de uma existência independente; a estas poder-se-ia permitir a morte, pois, em tais casos, o feto

não é reconhecido como um ser humano, mas a quem, geralmente, se refere como sendo um "monstro".

Contudo, há pelo menos três razões pelas quais um procedimento tão drástico deva ser reservado apenas para os casos mais excepcionais, e não ser extendido a outras anormalidades mais graves. Primeiro: diz-se atualmente, com muita freqüência, que a questão não é a "santidade" da vida, mas a "qualidade" da vida, e que não vale a pena viver quando se é gravemente deficiente. Quem, entretanto, tem a presunção de poder decidir isto?

Para mim, o mais comovente discurso sobre o assunto foi feito por Alison Davis, no Comício de Hyde Park, em junho de 1983. Falando de uma cadeira de rodas, ela referia a si própria como uma "feliz atrofia de coluna adulta". "Posso imaginar bem poucos conceitos mais terríveis do que dizer que algumas pessoas estariam melhor mortas e que, portanto, poderiam ser mortas *para o seu próprio bem*. Um médico ouvindo-a dizer que era feliz por estar viva, "fez a inacreditável observação de que ninguém podia julgar a sua própria qualidade de vida, e que outras pessoas poderiam muito bem considerar miserável uma vida como a minha!" Pelo contrário, ela insistiu, "em sua maioria, as pessoas deficientes estão bem satisfeitas com a qualidade de suas vidas". Acima de tudo, é o amor que dá qualidade à vida, e faz valer à pena viver, e somos nós - os vizinhos

- que podemos decidir se damos amor aos deficientes, ou não. A qualidade de suas vidas está em nossas mãos.

Em segundo lugar, aceito o fato de que uma criança deficiente posse ser destruida antes do nascimento, porque não o fazemos também depois do nascimento? De fato, a prática do infanticídio já começou. Os médicos, por certo, não usam esta palavra, e alguns tentam persuadir a si mesmos de que deixar os bebês morrerem de fome não é matar, "mas eu gostaria de apostar como mudariam de opinião," diz Alison Davis, "se fizéssemos isto com eles!" O fato solene é que se a sociedade está preparada para matar uma criança que não nasceu sob as bases únicas de que ela será deficiente, não há razão lógica para que não continuemos a matar o bebê excepcional; não há razão lógica para não matarmos o bebê deformado; o que está em estado de coma, vitimado por um acidente; o idiota e o senil. O deficiente se torna descartável quando sua vida é julgada "imprestável" ou "improdutiva", e aí então, estamos de volta ao horrível Terceiro Reich de Hitler.

Os cristãos concordarão com Jean Rostan, o biólogo francês, que escreveu: "De minha parte, creio que não há vida tão degradada, desestruturada, deteriorada ou empobrecida que não mereça respeito e que não valha à pena defender com zêlo e convicção... tenho a fraqueza de crer que é uma honra para nossa sociedade pretender

se dar o luxo de sustentar a vida pela sua inutilidade, incompetência, e incurabilidade de membros doentes. Eu quase mediria o grau de civilidade de uma sociedade pelo acúmulo de esforços e vigilância que impõe sobre si própria, por puro respeito à vida."[28]

Uma terceira razão para não abortar o deficiente é que, em assim fazendo, mortais falíveis estariam brincando com Deus. Nós não temos tal autoridade, e os que se conferem este direito estão para cometer graves erros.

Maurice Baring costumava contar a história de um médico que perguntou a outro:

"Quero ouvir a sua opinião sobre o término de uma gravidez. O pai era sifilítico e a mãe tuberculosa. Dos quatro filhos nascidos, o primeiro era cego, o segundo morreu, o terceiro surdo e mudo e o quarto também tuberculoso. O que teria feito?"

- Eu teria posto fim a gravidez.

- Então você teria matado Beethoven.[29]

Em toda esta discussão, temos de estar atentos contra as racionalizações egoístas. Temo que a verdadeira razão pela qual dizemos que uma deficiência grave seria um fardo insuportável para uma criança (se nos fosse permitido nascer) é que ela seria um fardo insuportável para nós. Mas os cristãos devem lembrar que o Deus da Bíblia expressou o seu cuidado especial pelo deficiente e

fraco.

O que faremos? Primeiro, precisamos nos arrepender. Concordo com Raymond Johnston, o diretor da CARE Trust,[30] que escreveu num artigo de jornal: "Pessoalmente, estou convencido de que a destruição de um não nascido nesta escala deliberada, massificante, tem sido a maior ofensa regularmente perpetrada na Grã-Bretanha e seria a *primeira* coisa que um profeta do Velho Testamento *redivivo* reprovaria em nós."

Dr. Francis Schaeffer e Dr. Everett Koop dedicaram seu livro *O Que Aconteceu à Raça Humana?* "Àqueles que foram roubados da vida - os não nascidos, os fracos, os doentes e os idosos - durante os anos obscuros da loucura, egoísmo, luxúria e ganância pelas quais as últimas décadas do século XX são lembradas". Estariam eles certos ao condenar nossa civilização ocidental "iluminada" como a "época obscura"? Pelo menos nesse assunto eu acho que estavam, e como cristão estou envergonhado de não termos sido "a luz do mundo" que Jesus queria que fôssemos.

Em segundo lugar, temos que assumir total responsabilidade pelos efeitos de uma política de aborto arrochada, caso isso possa acontecer. Tomar providências nesse sentido sem que estejamos prontos para assumir as conseqüências seria mera hipocrisia. Não devemos ser ocasionadores de "abortos de fundo de quintal", em

vez disto, devemos querer ajudar a mulher grávida a superar qualquer relutância que possa sentir com relação a ter o seu bebê, e ver se lhe foram dadas todas as oportunidades - pessoal, médica, social, e suporte financeiro. Deus nos diz para "levarmos as cargas uns dos outros, e assim cumpriremos a lei de Cristo" (Gl, 6:2). Devemos querer nos certificar de que, embora alguns bebês não são desejados (e até mesmo desamados) pelos seus pais, nenhum bebê é indesejável pela sociedade em geral, e pela Igreja em particular. Não deveríamos hesitar em nos opor ao aborto, e desejar o nascimento de cada criança.

Gravidez é um tempo de instabilidade emocional e, dessa forma, as mentes e sentimentos das mães algumas vezes mudam.

Rex Gardner se refere a dois relatórios sobre mulheres às quais o aborto havia sido recusado. Em um dos casos, 73% delas e, em outro, 84% disseram que ficaram felizes por não terem tido suas gestações terminadas. Ele faz menção ainda de Sir Stallworthy que conta que algumas das pessoas mais felizes que conhece são as que lhe disseram: "Você não se lembra, mas a primeira vez que vim aqui eu queria um aborto. Dou graças a Deus por você não ter concordado, porque esta criança trouxe uma alegria para o nosso lar como jamais experimentamos antes." Como para aqueles que acham que o trabalho de

criar um filho seria grande demais, há uma extensa fila de casais inférteis ansiando por uma chance de adotar um.

Madre Tereza diz, "estamos combatendo o aborto com a adoção". Eu agradeço a Deus pelas organizações que têm sido pioneiras no ministério de apoio a mulheres grávidas, como o "Direito de Nascer" no Canadá e Estados Unidos, "Alternativas para o Aborto Internacional" (cuja publicação é chamada de Batimento Cardíaco (Heartbeat), a LIFE e SPUC (Sociedade para a Proteção da Criança Não Nascida) na Inglaterra.[31] De modos diferentes, elas estão oferecendo serviços tais como: aconselhar mulheres com gravidez não planejada; prestando socorro de emergência àquelas que estão em desespero; dando conselho para problemas práticos; encontrando acomodação para mães, tanto antes quanto depois do parto; ajudando a obter empregos para elas; ajuda financeira e organizando grupos de apoio pessoal.

Como escreveu Louise Summerhill, fundadora do "Direito de Nascer", "Nós ajudamos em vez de abortar; preferimos dar um mundo melhor para os bebês que estão chegando, em vez de lhes tirar a vida."[32]

Em terceiro lugar, precisamos manter uma campanha positiva, social e educacional. Os cristãos não devem se envergonhar de ensinar exaustiva e constantemente o entendimento bíblico da humanidade e do valor, até

mesmo sagrado, da vida humana. Temos que reconhecer que todo aborto se deve a uma gravidez indesejável, e que sempre se deve a uma falência de alguma espécie. Muitas vezes, é à falha sexual, quer seja pela falta de autocontrole sexual (especialmente dos homens, que geralmente escapam as trágicas conseqüências dos seus atos) ou pelo mau uso de um contraceptivo. O Quadro do Sínodo para Responsabilidade Social da Igreja da Inglaterra apelou para um esforço maior na educação social"(e também moral, devemos acrescentar), para "reduzir o número de gravidez indesejada", "para correr insidiosamente o hábito mental que leva diretamente do reconhecimento da gravidez ao ato da busca do aborto", e levar o público a "buscar uma solução melhor".[33] Este é "O Melhor Caminho" sobre o qual Rex Gardner escreve em seus capítulos 28 e 29.[34]

A gravidez indesejada muitas vezes é também motivada pela falência social, condições de pobreza, desemprego e superpopulação. Por esta razão, devemos trabalhar por uma sociedade melhor. Os males sociais devem ser combatidos; eles não serão solucionados com mais abortos.

Mais importante do que educação social ou ação social - vital como as duas - são as boas novas de Jesus Cristo. Ele veio para consertar o coração que se partiu e para trazer amparo ao fraco. Ele nos chama a tratar toda

a vida humana com reverência, tanto o não nascido, como a criança, o deficiente ou o senil.

Não desejo me colocar em posição de fazer julgamento pessoal, tanto da mulher que decidiu por um aborto, quanto do homem cuja auto-indulgência sexual é responsável pela maioria dos casos de gravidez indesejáveis. Em vez disto, eu quero dizer-lhes que "há perdão em Deus" (Salmo 130:4). Pois Cristo morreu pelos nossos pecados e nos oferece um novo começo. Ele ressuscitou e vive, e pelo seu Espírito pode nos dar um novo poder interior de auto-controle. Ele está construindo uma nova comunidade caracterizada pelo amor, alegria, paz, liberdade e justiça. Um novo começo. Uma nova comunidade. Isto é o evangelho de Cristo.

Notas Bibliográficas

1 • Atos 17:25,28; Salmo 104:29; Jó 1:21

2 • Desmond Doig, *Madre Tereza: Seu Povo e Sua Obra* (Collins, 1976), pág. 162.

3 • Francis A. Schaeffer e C. Everett Kopp, *Whatever Happened to the Human Race?* (Revell, 1979; edição britânica revisada por Marshall Morgan & Scott, 1980). Ver particularmente o Capítulo 1 "*O Aborto da Raça Humana*" (págs. 2-27) e Capítulo 4 " As Bases para a Dignidade Humana" (págs.68-99).

4 • As estatísticas do aborto japonês são fornecidas por C. Everett Koop no seu livro *O Direito de Viver; o Direito de Morrer* (Tyndale House USA e Coverdale House, UK, 1976), pág. 46.

5 • Relatório do Comitê de Trabalho sobre o Ato do Aborto 1967, Vol. 1 (HMSO 5579, Abril 1974), pág.11.

6 • O Registro da Revisão Estatística Geral da Inglaterra e País de Gales para os anos 1968-73; Suplemento sobre o "Aborto" (HMSO).

7 • Uma total descrição e discussão do caso Roe x Wade por ser encontrada em *Morte Antes do Nascimento*, por Harold O. J. Brown (Thomas Nelson; 1977) pág. 73-96.

8 • Estes números foram extraídos de (1) Abstrato Estatístico dos Estados Unidos: 1982-83 (U. S. Bureau de Censo, 1982) pág. 68, e (2) " Intercessores para o Informativo da América", Vol. 10, nó 2 (Fev. 1983).

9 • Citação do livro de Daniel Callahan's *Aborto: Lei, Escolha e Moralidade*, pág. 298 por Lewis B. Smedes em *Mera Moralidade* (Eerdmans, 1983) pág.267 rodapé 21.

10 • John Powell S. J., *Aborto: o Holocausto Silencioso* (Argus Communications, Allen, Texas, 1981), i.e. pág. 20-39.

11 • Para práticas e perspectivas antigas, veja *Aborto e a Igreja Primitiva*, atitudes judaicas e pagãs no mundo greco-romano, por Michael J. Gorman (Inter-Varsity Press, Ilinois, 1982).

12 • Citação do livro *Lei Reformada do Aborto* (1971) por R.F.R. Gardner em *Aborto: O Dilema Pessoal* (Paternoster Press, 1972), pág. 62.

13 • R.F.R. Gardner, *Aborto: O Dilema Pessoal* (Pater noster Press, 1972), pág.126.

14 • Veja, por exemplo, Tiago 1:18; 1 Pedro 1:23-25 e 1 João 3:9.

15 • Citado por John T. Noonan em *A Moralidade do Aborto* (Harvard University Press, 1970), pág.45.

16 • Citado por C. Everett Koop em *O Direito de Viver, o Direito de Morrer*, págs. 43-44.

17 • John M. Frame discute esta passagem totalmente,

incluindo o significado das palavras hebraicas usadas, em seu capítulo *Não Matarás*, o Caso Cristão Contra o Aborto, ed. Richard L. Gang (Arlington House, 1978), pág. 50-57.

18 • Primeira edição por Faber em 1965.

19 • Para a posição de Oliver O'Donovan, veja o seu livro *O Cristão e a Criança não Nascida* (Livretes de Grove sobre Ética, nº1, 1973) e suas conferências sobre Cristianismo Contemporâneo procriação humana e técnica médica (OUP, 1984).

20 • Veja ainda as Conferências sobre Cristianismo Contemporâneo em Londres, 1977, *Ciência Humana e Dignidade Humana* (Hodder & Stoughton, 1979), especialmente págs. 64-5 e 98-102.

21 • *Apologia*, de Tertuliano, capítulo IX. Michael J. Gorman dá um relato popular mas acurado da posição unânime pró-vida, anti-aborto dos primeiros cinco séculos do Cristianismo em seu livro *Aborto e a Igreja Primitiva* (IVP Americano, 1982). Suas referências a Tertuliano estão nas págs. 54-58.

22 • *Homem Fabricado*, de Paul Ramsey, a ética do controle genético (Imprensa da Universidade de Jale, 1970), pág.11.

23 • *Mera Moralidade*, de Lewsi B. Smedes. (Eerdmans, 1983), pág.129.

24 • Da contribuição do professor G. R. Dunstan ao artigo sobre "Aborto" no *Dicionário de Ética Médica*, ed. por A.S. Duncan, G. R. Dunstan e R.B. Welbourn (Darton, Longman e Todd, edição revista e ampliada, 1981).

25 • A expressão usada pelo Sr. Justice Mc Naughten no caso Rex x Bourne de 1938.

26 • Glanville Willians, *A Santidade da Vida e a Lei Criminal* (Faber, 1958), pág.212.

27 • Ibid. pág.31

28 • Citado do seu livro *Humanamente Possível* de C. Everett Koop no início do seu *O Direito de Viver, o Direito de Morrer.*

29 • Citado por Norman St. John Stevas no *Direito à Vida* (Hodder & Stoughton,1963), pág.20.

30 • op. cit. pág.225-6

31 • Os endereços destas organizações são: "Birthright", 777 Coxwell Avenue, Toronto, Ontario, Canada, M4C3C6. Alternativas para o Aborto, Internacional 2606$^{1/2}$ West 8th Street, Los Angeles, California 90057, USA. LIFE, 7 The Parade, Leamington Spa, Warwickshire. SPUC, 7 Tufon St., London, SW1, CARE Trust 21a Down Street, London, W1Y7DN.

32 • Citado por Rex F.R. Gardner em *Aborto: O Dilema de Nascer*, p. 276. Ver também *A História do Direito*

de Nascer: A Alternativa para o Aborto por Louise Summerhill (Prow Books, Kenosha, 1973).

33 • Aborto: um Dilema Ético, um relato do quadro para Responsabilidade Social (CIO, 1965),pág.57.

34 • op. cit. págs. 248-262.

HOMOSSEXUALISMO

Parceiros Homossexuais?

Devido à natureza explosiva deste tópico, deixem-me começar pela descrição do contexto apropriado aos nossos pensamentos a respeito dele e pela afirmação de um grande número de verdades sobre meus leitores e sobre mim mesmo.

O Contexto da Discussão

Primeiro, *somos todos seres humanos.* O que significa que não existe este fenômeno: o "homossexual". Existem apenas pessoas humanas feitas à imagem e semelhança de Deus, ainda que caídas, com toda a glória e a tragédia que este paradoxo possa implicar, incluindo o potencial sexual e os problemas sexuais. Conquanto possamos desaprovar com todas as nossas forças as práticas homossexuais, não temos nenhuma liberdade para desumanizar aqueles que nelas estão engajados.

Segundo, *somos todos seres sexuais.* De acordo com a Escritura e a experiência nossa sexualidade é básica para nossa humanidade. Os anjos podem ser assexuados; nós, humanos não somos. Quando Deus fez a humanidade, ele nos fez macho e fêmea. Assim, falar sobre sexo é tocar num ponto muito próximo do cerne da nossa personalidade. Nossa verdadeira identidade está sendo discutida, talvez endossada ou ameaçada. Logo, a matéria

exige um grau incomum de sensibilidade.

Além do mais, não apenas somos todos seres sexuais, mas temos todos uma orientação sexual particular. A famosa investigação do zoólogo americano Alfred C. Kinsey sobre a sexualidade humana o levou a colocar cada ser humano em algum lugar sobre um espectro de 0 (uma linha exclusivamente heterossexual, pessoas atraídas apenas pelo sexo oposto) a 6 (uma linha exclusivamente homossexual), com pessoas atraídas apenas pelo mesmo sexo, tanto homossexuais machos como "lésbicas", fêmeas homossexuais. Entre esses pólos, Dr. Kinsey assinalou graus variantes de bissexualidade, se referindo a pessoas com orientação sexual dupla, indeterminada ou flutuante. Suas pesquisas o levaram a concluir que quatro por cento dos homens (pelo menos os americanos brancos) são exclusivamente homossexuais por toda a vida; dez por cento o são por até três anos; 37 por cento têm algum tipo de experiência homossexual entre a adolescência e a idade adulta. A percentagem de mulheres homossexuais, segundo observou, é mais baixa, embora atinja a casa dos quatro por cento entre as idades de 20 e 35.[1] Estes índices são altos o bastante para garantirem ao Dr. D.J. West o seu comentário "a homossexualidade é uma condição extremamente comum."[2]

Terceiro, *somos todos pecadores* de fato (entre outras

coisas); pecadores sexuais. A doutrina da depravação total assegura que cada parte do nosso ser humano está sendo tentada e movida pelo pecado, e isto inclui nossa sexualidade. Dr. Merville Vincent, do Departamento de Psiquiatria da Escola Médica de Harvard, foi certamente correto quando escreveu em 1972: "Suspeito que na visão de Deus somos todos desviados sexuais." Duvido que haja alguém que não tenha tido um pensamento lascivo que o tenha desviado do ideal de sexualidade perfeita de Deus."[3] A exceção de Jesus Cristo, não há ninguém que esteja isento de pecado sexual. Assim sendo, não há, portanto, como abordar este estudo com a atitude horrorosa de uma superioridade moral do tipo "mais-santo-que-você". Sendo todos pecadores, nos pomos sob o julgamento e a urgente necessidade da graça de Deus. Além disso, pecadores sexuais não são os únicos nem necessariamente os mais pecadores; orgulho e hipocrisia são certamente piores.

Quarto, além de seres humanos, criaturas sexuais e pecadoras, assumo que *somos todos cristãos.* Pelo menos os leitores que tenho em mente neste capítulo não são pessoas que rejeitam a soberania de Jesus Cristo, mas são os que têm o desejo sincero de se submeter a esta soberania. Querem entender, à luz da Escritura, o que é revelado sobre este assunto, com a predisposição de buscar a graça de Deus para perseguir a sua vontade

quando têm o conhecimento dela. Sem este tipo de compromisso, seria muito difícil para nós chegar a um consenso. Esclarecendo, devo dizer que os padrões de Deus para os não cristãos são os mesmos, só que eles estão menos dispostos a aceitá-los.

Tendo delineado o contexto para nossa discussão estou pronto a fazer uma pergunta: a parceria homossexual é uma opção cristã? Expresso minha questão propositalmente, e ela nos introduz três distinções fundamentais.

Pelo menos desde o Relatório Wolfenden de 1957 e o resultante Ato das Ofensas Sexuais de 1967, temos aprendido a distinguir entre pecados e crimes. Adultério tem sido sempre (de acordo com a lei de Deus) um pecado, mas na maioria dos países não é uma ofensa punida pelo Estado. Estupro, por outro lado, não só é pecado como crime. O que o Ato das Ofensas Sexuais de 1967 fez foi declarar que um ato homossexual praticado entre adultos responsáveis acima de 21 anos de idade, em carater privado, não deveria mais ser uma ofensa criminal. O Ato não "legalizou" de fato este comportamento, escreveu o professor Sir Norman Anderson, pois ainda é referido na lei como imoral, carecendo de qualquer reconhecimento legal; tudo o que o Ato fez, foi remover a sansão criminal de tal ato quando praticado em caráter privado entre dois adultos responsáveis.[4]

Crescemos acostumados a distinguir entre uma orientação homossexual ou "inversão"(pela qual as pessoas não são responsáveis) e práticas homossexuais físicas (pelo que são). A importância desta distinção vai além da atribuição da responsabilidade; da atribuição de culpa. Não podemos culpar as pessoas pelo que são, embora possamos culpar pelo que fazem. Devemos ser rigorosos quanto à toda discussão sobre homossexualismo, fazendo diferença entre este "ser" e "fazer", ou seja, entre a identidade de uma pessoa e a atividade; preferência sexual e prática sexual; constituição e conduta.

A esta altura temos que chegar a uma conclusão quanto a uma terceira distinção: práticas homossexuais que são fortuitas (e provavelmente anônimas), atos de autogratificação, e aquelas que (dizem) são simplesmente expressão do amor humano autêntico como a relação sexual no casamento.

Nenhuma pessoa homossexual responsável (quer seja cristã ou não) está advogando uma promiscuidade do tipo "que resiste a uma noite", deixando de lado a violência ou a corrupção de jovens e crianças. O que alguns estão questionando, contudo, especialmente no chamado Movimento Cristão Gay é que o casamento heterossexual e a parceria homossexual são "duas alternativas igualmente válidas",[5] sendo igualmente ternas, maduras e fiéis.

A questão diante de nós, então, não está relacionada a práticas homossexuais de natureza casual, mas diz respeito a serem ou não uma opção cristã as parcerias homossexuais - duradouras e amorosas. Nossa preocupação é sujeitar as atitudes prevalescentes (se à reação total ou um endosso acrítico) ao escrutínio bíblico. Será a nossa "preferência"sexual uma simples questão de "gosto"? Ou Deus tem revelado sua vontade com relação a uma norma? Em particular, pode a Bíblia ser mostrada como que sancionando as parcerias homossexuais ou pelo menos não as condenando? O que, de fato, a Bíblia condena?

As Proibições Bíblicas

O falecido Derrick Sherwin Bailey foi o primeiro teólogo cristão a reavaliar o entendimento tradicional das proibições bíblicas. Seu famoso livro que provocou subseqüentes avaliações cuidadosas por parte de escritores sobre o tópico em questão, e que se chamou *Homossexualidade e a Tradição Cristã Ocidental*, foi publicado em 1955. Embora muitos sejam capazes de aceitar sua tentativa de reconstrução, em particular a sua re-interpretação do pecado de Sodoma, há outros escritores menos cautelosos em padrões de escolaridade do que ele que referenciam seu argumento como meramente preliminar, edificando sobre suas fundações uma posição muito mais permissiva. É essencial considerar este debate.

Há quatro passagens bíblicas principais que se referem (ou parecem se referir) à questão homossexual de forma negativa: (1) a história de Sodoma (Gn 19:1-13), à qual é natural associar a verdadeira história de Gibeá (Jz 19); (2) os textos levíticos (Lv, 18:22 e 20:13) que explicitamente proibem "deitar com um homem como quem deita com uma mulher"; (3) o retrato da sociedade pagã decadente feito pelo apóstolo Paulo em seus dias (Romanos 1: 18-31); e (4) duas listas paulinas de pecados, cada uma delas incluindo uma referência a práticas homossexuais de algum tipo (1 Co 6:9-10 e 1 Tm 1:8-11).

(1) As Histórias de Sodoma e Gibeá

A narrativa de Gênesis deixa claro que "os homens de Sodoma eram maus e grandes pecadores contra o Senhor" (13:13), e que "o clamor contra Sodoma e Gomorra era tão grande e o seu pecado havia se agravado tanto", que Deus resolveu investigar (18:20,21) e, ao final "subverteu aquelas cidades e toda a campina, e todos os moradores das cidades"(19:25) por um ato de julgamento que era inteiramente consistente com a justiça do "Juiz de toda a terra" (18:25). Não há controvérsia acerca destes acontecimentos da história bíblica. A questão é: qual foi o pecado do povo de Sodoma (e Gomorra) que levou a sua destruição?

A visão cristã tradicional tem sido de que eles foram

culpados de práticas homossexuais que tentaram (sem sucesso) infligir aos dois anjos que Ló estava recebendo em sua casa. Daí, o nome "sodomia". Mas Sherwin Bailey contesta esta interpretação sob duas bases. Primeiro, a suposição gratuita (ele argumenta) de que a exigência dos homens de Sodoma "Traga-os até nós para que possamos *conhecê-los*" significava "para que possamos fazer sexo com eles". A palavra hebraica para "conhecer" (Yada) ocorre 943 vezes no Velho Testamento, das quais apenas 10 se referem a intercurso físico e, ainda assim, apenas intercurso heterossexual. Seria melhor, portanto, traduzir a frase "para que possamos travar conhecimento com eles". Podemos, então, compreender a violência dos homens como devida a sua ira por Ló haver excedido seus direitos como um estrangeiro residente, pois ele havia hospedado dois estrangeiros em sua casa "cujas intenções poderiam ser hostis e cujas credenciais não haviam sido examinadas".[6] Neste caso o pecado de Sodoma foi invadir a privacidade do lar de Ló, e escarnecer das velhas regras de hospitalidade. Ló implorou-lhes que desistissem, "porquanto se acham sob a proteção do meu teto" (vs. 8).

O segundo argumento de Bailey era de que em nenhum lugar do Velho Testamento está sugerido que a natureza da ofensa de Sodoma foi homossexual. Em vez disto, Isaías deduz que tenha sido hipocrisia e injustiça social;

Jeremias conclui pelo adultério, engano e perversidade generalizada e, no relato de Ezequiel, observamos referência à arrogância, ganância e indiferença pelo pobre.[7] O próprio Jesus (embora Bailey não mencione isto) em três ocasiões distintas aludiu aos habitantes de Sodoma e Gomorra, declarando que seria "mais tolerável" para eles o dia do julgamento do que para aqueles que rejeitaram o seu evangelho.[8] Em nenhuma destas referências encontramos nem cheiro ou rumor de malversação homossexual! É apenas quando chegamos às escritas palestinas do segundo século a. C. que o pecado de Sodoma é identificado como sendo um comportamento sexual não natural.[9] Isto encontra um eco claro na Carta de Judas, na qual está escrito que "Sodoma e Gomorra e as cidades circunvizinhas se entregaram à prostituição (v.7), e nas obras de Filo e Josefus, escritores judeus que estavam chocados pelas práticas homossexuais da sociedade grega.

Sherwin Bailey lidou com a história de Gibeá da mesma maneira, pois havia um estreito paralelo entre ambas. Um outro residente estrangeiro (desta vez um "velho" anônimo) convida dois estrangeiros (não anjos, mas um levita e sua concubina) para sua casa. Uns homens cruéis cercaram sua casa e fizeram a mesma exigência dos sodomistas, para que o visitante fosse trazido para fora "para que o conhecessem". O dono da

casa primeiro lhes implorou que não fossem tão "vis" com seu "hóspede", e depois ofereceu sua filha e a concubina no lugar dele. Sugere-se mais uma vez que o pecado dos homens de Gibeá não foi sua proposta de intercurso homossexual, mas sua violação das leis da hospitalidade.

Embora Bailey sabendo que sua reconstrução de ambas as histórias foi mais uma tentativa, ele ainda exagerou no apelo de que "não há a menor razão para se crer como fato histórico ou verdade revelada, que a cidade de *Sodoma e suas vizinhas tenham sido destruídas por causa* de práticas homossexuais".[10] Em vez disto, a tradição cristã sobre "sodomia" foi derivada, mais tarde, das fontes apócrifas judáicas.

Mas o caso de Sherwin Bailey não é convincente por um número de razões: (1) Os adjetivos "perverso", "vil" e "desgraçado" (Gn 18:7; Juízes 19:23) não parecem adequados para descreverem uma violação de hospitalidade; (2) a oferta das mulheres no lugar dos homens "realmente parece como se houvesse alguma conotação sexual no episódio";[11] (3) embora o verbo "yada" seja usado apenas dez vezes para intercurso sexual, Bailey omite mencionar que seis dessas ocorrências estão em Gênesis, e uma na própria história de Sodoma (acerca das filhas de Ló que não "tinham conhecido"um homem, v.8); (4) para aqueles de nós que levamos os documentos

do Novo Testamento a sério, a inequívoca declaração de Judas não pode ser descartada como simplesmente um erro copiado do pseudo-epigrafado judáico. Para falar a verdade,o comportamento homossexual não era o único pecado de Sodoma; mas de acordo com a Escritura, ele certamente foi um deles.

(2) Os Textos Levíticos

Ambos os textos em Levítico pertencem ao "Código de Santidade" que é o coração do livro, e que desafia o povo de Deus a seguir as leis e não copiar as práticas, tanto do Egito (onde viviam) quanto de Canaã (para onde ele os estava trazendo). Estas práticas incluiam relações sexuais dentro de graus proibidos, uma variedade de desvios sexuais, sacrifícios de crianças, idolatria e injustiças sociais de diversas espécies. É nesse contexto que devemos ler os seguintes textos:

18:22 "Com homem não te deitarás, como se fosse mulher: é abominação."

20:13 "Se também um homem se deitar com outro homem, como se fosse mulher, ambos praticaram cousa abominável; serão mortos; o seu sangue cairá sobre eles."

"É difícil pensar que estes textos deixam margem à duvida," escreveu Bailey, "de que ambas as leis em Levítico se relacionam a atos homossexuais comuns entre homens, e não a rituais ou outros atos executados em nome da religião." Outros, contudo, afirmam exatamente o ponto

negado por Bailey. Eles vão direto ao ponto de que os dois textos estão baseados num contexto de grande preocupação com a limpeza nos rituais, e Peter Coleman acrescenta ainda, que a palavra traduzida "abominável" ou "detestável" em ambos os versículos está associada à idolatria. "Em inglês a palavra expressa desgosto ou desaprovação, mas na Bíblia seu significado predominante está mais relacionado à verdade religiosa, do que moralidade ou estética."[13] Serão então estas proibições meros tabus religiosos? Estarão relacionadas à outra proibição "Das filhas de Israel não haverá quem se prostitua no serviço do templo, nem dos filhos de Israel haverá quem o faça" (Dt 23:17)? Pois certamente o culto à felicidade cananéia incluía ritual de prostituição e, portanto, continha "prostitutas e prostitutos sagrados" (mesmo não havendo evidência clara de haver envolvimento de intercurso sexual). Os reis do mal de Israel e Judá os estavam introduzindo constantemente na religião de Javé, e os reis justos os estavam repelindo constantemente.[14] O "lobby" homossexual argumenta, portanto, que os textos levíticos proibiam práticas religiosas que já haviam deixado de existir há longo tempo, e não têm relevância para as parcerias homossexuais de hoje.

(3) As Declarações de Paulo em Romanos 1

Verso 26 "Por causa disso os entregou Deus às paixões

infames; porque até as suas mulheres mudaram o hábito natural de suas relações íntimas, por outro contrário à natureza;"

Verso 27 "Semelhantemente, os homens também, deixando o contacto natural da mulher, se inflamaram mutuamente em sua sensualidade, cometendo torpeza, homens com homens, e recebendo em si mesmos a merecida punição do seu erro".

Todos concordam que o apóstolo está descrevendo idólatras pagãos no mundo greco-romano de seus dias. Eles tinham um certo conhecimento de Deus através da criação do universo (versos 19,20) e o seu próprio senso de moralidade (v.32), ainda assim, suprimiram a verdade que conheciam para praticarem torpeza. Em vez de dar a Deus a honra devida, eles se voltaram para os ídolos, confundindo o Criador com suas criaturas. Em julgamento sobre eles, "Deus os entregou" às suas mentes depravadas e suas práticas decadentes (vs. 24,26,28), incluindo o sexo "desvirtuado". Parece que à primeira vista é uma condenação definitiva ao comportamento homossexual. Mas dois argumentos avançam pelo outro lado: (1) embora Paulo não soubesse de nada sobre a distinção moderna entre os "invertidos" (que têm uma disposição homossexual" e os "pervertidos" (que, embora inclinados à heterossexualidade se voltam para as práticas homossexuais), contudo, são os últimos que ele está

condenando, e não os primeiros. Isto pode ser assim, porque eles são descritos como tendo "abandonado" as relações naturais com mulheres, considerando que nenhum macho exclusivamente homossexual jamais as teria tido. (2) Paulo está, evidentemente, retratando o comportamento indiferente, desavergonhado, devasso e promíscuo do povo do qual Deus "desistiu" judicialmente; que relevância tem isto para os parceiros homossexuais que se entregam amorosamente?

(4) Os Outros Textos Paulinos

1 Co 6:9,10 "Ou não sabeis que os injustos não herdarão o reino de Deus? Não vos enganeis: nem impuros, nem idólatras, nem adúlteros, nem efeminados, nem sodomitas, nem ladrões, nem avarentos, nem bebados, nem maldizentes, nem roubadores herdarão o reino de Deus."[15]

1 Tm 1:9,10,11 "Tendo em vista que não se promulga lei para quem é justo, mas para transgressores e rebeldes, irreverentes e pecadores, ímpios e profanos, parricidas e matricidas, homicidas, impuros, sodomitas, raptores de homens, mentirosos, perjuros, e para tudo quanto se opõe a sã doutrina, segundo o Evangelho da glória do Deus bendito, do qual fui encarregado."

Aqui estão duas listas feias de pecados que Paulo afirma serem incompatíveis, em primeiro lugar, com o Reino de Deus, e em segundo, com a lei e com o Evangelho.

Será ainda observado que um grupo de pecadores são chamados de **malakoi** e o outro (em ambas as listas) de **arsenokoitai**. O significado destas duas palavras "inevitavelmente sugere uma inversão genuína, mesmo para aquele que é homem de moral irretocável, estando ele automaticamente rotulado de injusto e excluído do Reino de Deus." Felizmente, os revisores atentaram para o protesto, e a segunda edição (1973), embora ainda combinando as palavras, as traduziram por "pervertidos sexuais". O ponto é que todas as dez categorias listadas em I Coríntios 6:9,10 (com a possível exceção de "os avarentos") denotam pessoas que pecaram por suas *ações*. Ex: idólatras, adúlteros e ladrões.

As duas palavras gregas malakoi e arsenokoitai não deveriam ser combinadas, pois têm "significados exatos". A primeira é literalmente "macia ao toque" e, metaforicamente, entre os gregos, significava machos (não necessariamente rapazes) que representavam o papel passivo no intercurso homossexual. A segunda significa, literalmente, "macho na cama" e os gregos usavam esta expressão para descrever aquele que ficava com o papel ativo."[16]

A Bíblia de Jerusalém segue James Moffatt no uso das palavras feias "catamitos e sodomitas", enquanto, entre suas conclusões, Pedro Coleman sugere que "provavelmente, Paulo tinha a pederastia comercial em mente,

entre homens mais velhos e rapazes na idade pos-puberdade, o modelo mais comum de comportamento homossexual no mundo clássico".[17] Se assim é, então, mais uma vez (e assim se tem feito) pode-se questionar que as condenações paulinas não são relevantes aos adultos homossexuais que são comprometidos e consentidos um ao outro. Não que esta seja a conclusão a que chega o próprio Peter Coleman. Ele resume dessa forma: "Juntem-se os escritos de São Paulo que repudiam o homossexualismo como um vício dos gentios em Romanos; como um bloqueio ao Reino em Coríntios; e uma ofensa a ser repudiada pela lei moral em 1 Timóteo."[18]

Revendo estas referências bíblicas sobre o comportamento homossexual, que agrupei, temos que concordar que elas são apenas quatro. Devemos então concluir que o assunto está à margem daquele que se constitui no principal ataque da Bíblia? Devemos aceitar ainda que constituem uma base razoavelmente inconsistente para que possamos tomar uma firme posição contra um estilo de vida homossexual? Estarão certos aqueles que dizem que as proibições bíblicas são "altamente específicas"[19] contra as violações da hospitalidade (Sodoma e Gibeá); contra os tabus cúlticos (Levítico); contra as orgias desavergonhadas (Romanos); e contra a prostituição masculina ou a corrupção dos

jovens (1 Co e 1 Tm), e que nenhuma dessas passagens alude, sem falar nas condenações, a uma parceria amorosa entre genuínos invertidos homossexuais? Esta é a conclusão alcançada, por exemplo, por Letha Scanzoni e Virginia Mollenkorr em seu livro "*É o Homossexual meu Vizinho?*" Elas assim escrevem:

"A Bíblia condena claramente certos tipos de prática homossexual (...estupro em grupo, idolatria e promiscuidade concupiscente). Contudo, ela parece se *calar quanto a outros aspectos da homossexualidade* - como a "orientação homossexual" e "uma relação de amor análoga à monogamia heterossexual".[20]

Mas, não, por mais plausível que possa parecer, não podemos manipular o material bíblico desta forma. A rejeição cristã às práticas homossexuais não se baseiam em "umas poucas provas textuais isoladas e obscuras"(como algumas vezes é), cuja tradicional explicação possa ser subvertida. E é preocupante para mim que aqueles que escrevem sobre este assunto, e incluem em seu tratamento a seção sobre o ensino bíblico, todos parecem lidar com ela desta forma. Por exemplo, "Considerações sobre a atitude cristã sobre as práticas homossexuais," escreveu Sherwin Bailey, "inevitavelmente começam com a história da destruição de Sodoma e Gomorra."[21] Mas este começo não é "inevitável" absolutamente. De fato, isto é positivamente um erro,

pois as proibições *negativas* de práticas homossexuais nas Escrituras fazem sentido apenas à luz do seu ensino *positivo* em Gênesis 1 e 2, sobre a sexualidade humana e o casamento heterossexual. Apesar disto, o livro de Sherwin Bailey não contém nenhuma alusão a estes capítulos. E até mesmo Peter Coleman, cujo livro "*Atitudes Cristãs para o Homossexualismo*" é certamente o mais compreensivo levantamento bíblico, histórico e moral que já se publicou, os menciona apenas em uma referência a I Coríntios 6, onde Paulo cita Gênesis 2:24. Ainda, sem o salutar e positivo ensinamento da Bíblia sobre sexo e casamento, nossa perspectiva sobre a questão homossexual tende a ser distorcida.

Sexo e Casamento na Bíblia

O lugar essencial para começar nossa investigação, me parece, é a instituição do casamento em Gênesis 2, embora já a tenhamos visto nos capítulos 13 e 14. Como os membros do Movimento Cristão Gay, deliberadamente, estabelecem um paralelo entre os casamentos heterossexual e homossexual, é necessário perguntar se este paralelo pode ser justificado.

Temos visto que em sua providência, Deus nos tem dado dois relatos distintos de criação. O primeiro (Gênesis 1) é genérico, e afirma a *igualdade* dos sexos, pois ambos compartilham da imagem de Deus e a mordomia da terra. O segundo (Gênesis 2) é particular,

e afirma a complementaridade dos sexos, que constitue a base para o casamento heterossexual. Neste segundo relato da criação, três verdades fundamentais emergem.

Primeira, *o humano necessita de Companheirismo*. "Não é bom que o homem esteja só"(v.18). Esta afirmação foi mais tarde qualificada quando apóstolo Paulo (certamente ecoando Gênesis) escreveu: "É bom que o homem não se case".* Isto equivale a dizer que embora o casamento seja a boa instituição de Deus, o chamado ao celibato é também uma boa vocação para alguns. Contudo, como regra geral, "Não é bom que o homem esteja só" pois Deus nos criou seres sociais. Já que ele é amor, e nos fez a sua própria semelhança, ele nos deu uma capacidade de amar e ser amados. Sua intenção é que vivamos em comunidade, não em solidão. Em particular, Deus continuou, "far-lhe-ei uma auxiliadora que lhe seja idônea."Além do mais esta "auxiliadora" deveria ainda ser sua parceira sexual, com quem ele deveria se tornar "uma só carne", para que pudessem consumar seu amor e procriar seus filhos.

Segundo: Gênesis 2 revela a divina provisão de encontrar esta necessidade humana. Tendo afirmado a necessidade de um parceiro para Adão,começou a busca de um que fosse idôneo. Deus primeiro fez desfilar seus animais selváticos, domésticos e aves do céu, e Adão começou a lhes dar nomes, simbolizando sua tomada

*NT. A Edição Revista e Atualizada da Bíblia por João Ferreira de Almeida diz que: "É bom que o homem não toque em mulher..."

para seu serviço. Mas (verso 20) "para Adão, todavia, não se achava uma auxiliadora que lhe fosse idônea", que pudesse viver "junto" dele ou "oposta a ele", que pudesse ser seu complemento, sua contraparte, sua companheira, em suma, sua fêmea. Assim, fazia-se necessária uma criação especial.

O debate sobre o quão literal devemos entender o que ocorreu (a cirurgia divina sob um anestésico divino) não deve nos desviar do ponto principal.

Alguma coisa aconteceu durante o sono profundo de Adão. Uma obra especial da criação divina aconteceu. Os sexos se tornaram diferenciados. Homem e mulher surgiram da humanidade indiferenciada de Adão. E Adão acordou do seu sono profundo para contemplar diante dele um reflexo dele mesmo.

A seguir, tendo criado a mulher do homem, o próprio Deus a trouxe até ele, assim como hoje o pai da noiva a entrega ao noivo. E Adão fez irromper espontaneamente o primeiro poema de amor da história; "Esta, afinal, (contrastando com as aves e os animais) é osso dos meus ossos e carne da minha carne; chamar-se-á varoa, porquanto do varão foi tomada."

Não há porque duvidar da ênfase desta história. De acordo com Gênesis 1, Adão e Eva foram criados à imagem de Deus. Quanto ao modo de sua criação, de acordo com Gênesis 2, ela não foi feita do nada (como o

universo), nem do "pó da terra" (como Adão, verso 7), mas foi feita de Adão.

A terceira grande verdade de Gênesis 2 concerne à *resultante instituição do casamento*. O poema de amor de Adão está registrado no verso 23. O "portanto" ou "por esta razão" do verso 24 é a dedução do narrador:

"Por isso deixe o homem pai e mãe, e se una a sua mulher, tornando-se os dois uma só carne."

Até mesmo o leitor desatento se chocará com as três referências à "carne": "isto é... *carne da minha carne... e se tornarão uma só carne...* Podemos estar certos de que isto é deliberado, não acidental. Ensina que intercurso heterossexual no casamento é mais do que uma união; é uma espécie de reunião. Não é uma união de pessoas estranhas que não pertencem uma à outra e não podem se tornar apropriadamente uma carne. Pelo contrário, é a união de duas pessoas que originalmente eram uma, foram então separadas uma da outra, e agora no encontro sexual do casamento se juntam novamente.

É certamente isto que explica o profundo mistério da intimidade sexual que os poetas e filósofos têm celebrado em cada cultura. O intercurso heterossexual é muito mais do que uma união de corpos: é uma mistura de personalidades complementares, através da qual, no meio da alienação prevalecente, a unidade do ser humano criada com riqueza é novamente experimentada. E a

complementaridade dos órgãos sexuais do macho e da fêmea é apenas um símbolo, no nível físico, de uma complementação espiritual muito mais profunda.

Contudo, para se tornar em uma só carne, e experimentarem o mistério sagrado, certas preliminares são necessárias; que são partes que constituem o matrimônio. "Portanto" (verso 24)

"o homem" (o singular indica que o casamento é uma união exclusiva entre dois indivíduos)

"deixa o pai e a mãe" (uma ocasião social pública está em vista) "e se une a sua mulher" (casamento é um compromisso amoroso ou aliança de união, heterossexual e permanente)

"tornando-se os dois uma só carne" (pois o casamento deve ser consumado em intercurso sexual, que é um sinal e um selo da aliança do casamento, e sobre o qual ainda não foi lançada nenhuma sombra de vergonha ou embaraço, verso 25).

O próprio Jesus endossou este ensinamento mais tarde. Ele citou Gênesis 2:24 declarando que tal união duradoura entre o homem e sua esposa foi a intenção de Deus desde o início, e acrescentou "o que Deus ajuntou não o separe o homem" (Marcos 10:4-9).

Assim, as Escrituras definem o casamento que Deus instituiu em termos de monogamia heterossexual. E a união do homem com a mulher, que deve ser

publicamente reconhecida (deixar os pais), permanentemente selada (ele se "unirá a sua esposa") e fisicamente consumada ("uma carne"). E as escrituras não vislumbram nenhum outro tipo de casamento ou intercurso sexual, pois Deus não deu outra alternativa.

Os cristãos não deveriam, portanto, escolher o intercurso homossexual para condenação especial. O fato é que cada relacionamento sexual ou ato que se desvia da intenção revelada de Deus é *ipso facto* desagradável a ele e está sob seu julgamento. Isto inclui poligamia e poliandria (que infringe o princípio de "um homem-uma mulher"), uniões clandestinas (desde que estas não tenham envolvido ato decisivo de deixar os pais), encontros casuais e concubinatos temporários, adultério e muitos divórcios (que são incompatíveis com "união" e com a proibição de Jesus "não o separe o homem", e parcerias homossexuais (que violam a declaração de que "um homem" se unirá a "sua mulher").

Em suma, a única experiência "uma carne"que Deus pretende e que as Escrituras contemplam, é a união sexual de um homem com sua esposa, reconhecida por Ele como "carne da sua carne".

Argumentos Contemporâneos Considerados

Os cristãos homossexuais, contudo, não estão satisfeitos com sua instrução bíblica sobre a sexualidade humana e a instituição do casamento heterossexual. Eles

suscitam uns cem números de objeções a ela, para defenderem a legitimidade das parcerias homossexuais.

(1) O argumento sobre as Escrituras e a cultura.

Tradicionalmente, tem-se assumido que a Bíblia condena todos os atos homossexuais. Mas serão os escritores bíblicos dirigentes confiáveis desta matéria? Não seriam os seus horizontes cerceados pelas suas próprias experiências e culturas? O argumento cultural, geralmente, toma uma das duas formas.

Primeiro, os autores bíblicos se voltavam para questões relevantes a suas próprias circunstâncias, e estas eram muito diferentes das nossas.

Nas histórias de Sodoma e Gibeá eles estavam preocupados com convenções de hospitalidade no antigo oriente próximo que são agora obsoletas ou (se o pecado era absolutamente sexual) com o fenômeno extremamente incomum de estupro homossexual em grupo.

Nas leis levíticas, a preocupação era com os antigos rituais de fertilidade, enquanto Paulo estava se referindo, em particular, às preferencias sexuais de pederastas gregos. Tudo isto é tão antiquado. O aprisionamento dos autores bíblicos em suas próprias culturas exprimem seus ensinamentos sobre este tópico irrelevante.

O segundo e complementar problema cultural é que os escritores bíblicos não estavam se lançando às nossas questões. Assim, o problema nas Escrituras não é apenas

quanto ao ensino, mas também quanto ao silêncio. Paulo (deixando de lado os autores do Velho Testamento) não sabia nada de psicologia pós-freudiana. Ele nunca tinha ouvido falar em "condição homossexual"; ele tinha apenas conhecimento de certas práticas. A diferença entre "inversão" e "perversão" teria sido incompreensível para ele. A única noção de que dois homens ou duas mulheres podiam se apaixonar entre si e desenvolver um profundo relacionamento, estável, amoroso, comparável ao casamento, jamais entrou em sua cabeça. Assim, justamente como os escravos, negros e mulheres haviam sido liberados, a "liberação gay" está há muito superada.

Se o único ensino bíblico sobre esta matéria deveria ser encontrado nos textos proibitivos, poderia ser difícil responder a tais objeções, mas uma vez vistos aqueles textos em relação à divina instituição do casamento, estamos de posse de um princípio de revelação divina que é universalmente aplicável. Era aplicável a situações culturais do antigo oriente próximo e ao mundo greco-romano do primeiro século, e é igualmente aplicável às questões sexuais modernas sobre as quais os antigos eram bastante ignorantes. A razão das proibições bíblicas é a mesma razão porque os parceiros homossexuais amantes devem ser também condenados i. e. , são incompatíveis com a ordem criada por Deus. E desde que a ordem (monogamia heterossexual) foi estabelecida pela criação,

não pela cultura, sua validade é permanente e universal. Não pode haver "liberação" das normas criadas por Deus; a verdadeira liberação somente é encontrada em sua aceitação.

(2) O argumento sobre criação e natureza.

Algumas vezes tenho lido ou ouvido este tipo de declaração: "Sou gay porque Deus me fez assim. Assim, gay deve ser bom. Pretendo aceitar e até celebrar o que sou por criação." Ou, ainda: "Podem dizer que a prática homossexual é contra a natureza e a normalidade; mas não é contra a *minha* natureza, e não é nem um pingo anormal para *mim*." Norman Pittenger foi bem franco em seu uso deste argumento cerca de duas décadas atrás. Uma pessoa homossexual, escreveu, não é uma pessoa "anormal" com desejos ou hábitos "desnaturais". Ao contrário, "uma pessoa voltada à heterossexualidade age "naturalmente" quando age de acordo com seu desejo e motivação homossexual inatos."[22]

Outros argumentam que o comportamento homossexual é "natural" (a) porque em muitas sociedades primitivas ele é bem aceito, (b) em algumas civilizações avançadas (os gregos antigos, por exemplo) era até mesmo idealizado, e (c) porque é muito comum em animais. O Dr. D.J. West, que reportou isto, continua a citar o Dr. F. A. Beach, um perito em sexualidade animal, que por causa do comportamento homossexual do animal diz

que descrever o comportamento homossexual humano como "não natural" é "desviar-se da estrita exatidão"[23]

Entretanto, estes argumentos expressam uma visão extremamente subjetiva do que é "natural" e "normal". Não deveríamos aceitar a declaração de Norman Pittenger de que não há "padrões eternos de normalidade ou naturalidade".[24] Nem podemos concordar que o comportamento animal estabeleça padrões para o comportamento humano! Pois Deus estabeleceu uma norma para sexo, casamento e procriação. Isto já foi reconhecido na era do Velho Testamento. Assim, relação sexual com animal era proibida porque, "isto é uma perversão" (Levítico 18:23), em outras palavras: uma violação ou confusão da natureza que indica um "senso embriônico da lei natural".[25] O mesmo veredito é pronunciado contra Sodoma pelo *Testamento de Naftali* do segundo século a.C: "Como o sol e as estrelas não mudam sua ordem, assim as tribos de Naftali devem obedecer a Deus ao invés do estado de desordem da idolatria. Reconhecendo em todas as coisas criadas o Senhor que as fez, eles não acabarão como Sodoma, que inverteu a ordem da natureza... [26]

O mesmo conceito estava bem claro na mente de Paulo em Romanos 1, quando escreveu sobre mulheres que tinham "trocado suas relações naturais por outras que não eram naturais", e de homens que "haviam

abandonado as relações naturais". Ele queria chamar "natural" (phusis), a ordem natural das coisas que Deus estabeleceu (como em 2:14, 27 e 11:24). O que Paulo estava condenando, portanto, não era o comportamento pervertido do povo heterossexual que estava agindo contra sua natureza, mas qualquer comportamento que é contra a "Natureza", isto é, contra a ordem criada por Deus. Como C.K. Barrett coloca: "Nos obscenos prazeres aos quais Paulo se refere, deve ser vista precisamente aquela perversão que acontece quando os homens colocam a criação em lugar do criador."[27]

(3) O argumento sobre a qualidade dos relacionamentos. O Movimento Cristão Gay rouba das Escrituras a verdade de que o amor é a maior coisa do mundo (o que é), da "nova moralidade" ou "ética de situação"dos anos 60, e a noção de que o amor é um critério adequado pelo qual se julga cada relacionamento (o que não é). Mas esta visão está ganhando terreno hoje. O "Relatório dos Amigos"voltados para uma Visão Quaker de Sexo (1963), por exemplo, incluiu as sentenças "não se deveria deplorar o "homossexual" mais do que o canhoto"[28] e, "certamente a natureza é a qualidade de um relacionamento que importa".[29] Semelhantemente, em 1979, a Divisão da Responsabilidade Social da Igreja Metodista, em seu relatório Um Entendimento Cristão da Sexualidade Humana, argumentou que "atividades homossexuais"

não são intrinsicamente erradas", desde que "a qualidade de qualquer relacionamento homossexual seja... avaliada pelos mesmos critérios básicos que têm sido aplicados a relacionamentos heterossexuais.

Para homens e mulheres homossexuais, relacionamentos permanentes caracterizados pelo amor podem ser um caminho cristão e apropriado de expressar sua sexualidade."[30] No mesmo ano (1979), um partido trabalhista anglicano emitiu o relatório "*Relacionamentos Homossexuais" uma contribuição à discussão.* Era mais cauteloso, judicioso e ambivalente do que os relacionamentos quaker e metodista. Seus autores não se sentiam capazes de repudiar séculos de tradição cristã, mesmo assim, eles "não pensavam ser possível negar"que em algumas circunstâncias individuais pode-se "escolher de forma justificável" um relacionamento homossexual em sua busca de companheirismo e amor sexual "similar" àqueles encontrados no casamento.[31]

Em seu *"Tempo de Consentimento"* Norman Pittenger lista seis características de um verdadeiro relacionamento amoroso. Elas são: (1) compromisso (a livre auto-doação de um ao outro); (2) mutualidade no dar e receber (um compartilhar no qual cada um acha o seu eu no outro); (3) ternura (nenhuma coerção ou crueldade); (4) fidelidade (a intenção de um relacionamento duradouro); (5) esperança (cada um servindo à maturidade do outro);

(6) desejo de união.[32]

Se, então, um relacionamento homossexual, quer seja entre dois homens ou duas mulheres é caracterizado por estas qualidades de amor, certamente (o argumento corre) ele deve ser afirmado como bom e não rejeitado como mau? Ele resgata pessoas da solidão, egoísmo e promiscuidade. Ele pode ser tanto rico e responsável, liberador e realizador quanto um casamento heterossexual. Mas o cristão bíblico não pode aceitar a premissa básica sobre a qual este caso repousa, que é, o amor é o único absoluto, que ao lado dele toda lei moral é abolida, e aquilo que parece ser compatível com amor é *ipso facto* bom, sem restrição a todas as outras considerações. Isto não pode ser assim, pois o amor necessita de lei para guiá-lo. Enfatizando o amor por Deus e ao próximo como os dois grandes mandamentos, Jesus e seus apóstolos não descartaram todos os outros mandamentos. Pelo contrário, Jesus disse "se você me amar vai guardar os meus mandamentos", e Paulo escreveu "o amor é o cumprimento (não a anulação) da lei". [33]

Assim, a qualidade amorosa de um relacionamento é critério essencial, embora insuficiente em si mesmo, para autenticá-lo. Por exemplo, se o amor fosse o único teste de autenticação, não haveria nada contra a poligamia, pois um polígamo poderia certamente desfrutar de um

relacionamento com várias esposas, o que reflete todas as seis características do Dr. Pittenger. Aqui, contudo, vai uma ilustração melhor, desenhada a partir da minha própria experiência pastoral. Em várias e diferentes ocasiões, um homem casado tem-me dito que se apaixonou por outra mulher. Quando gentilmente o censurei, ele respondeu com palavras parecidas a estas: "Isto deve estar certo". Mas, não! eu tenho que admitir que não está. Nenhum homem é justificado quando quebra a aliança do seu casamento com sua esposa baseado na qualidade do seu amor por outra mulher. Qualidade de amor não é a única medida pela qual se mede o que é bom ou certo.

Similarmente, não nego a alegação de que relacionamentos homossexuais possam ser amorosos (embora *a priori* eu não vejo como eles possam ter a mesma riqueza que a mutualidade heterossexual que Deus ordenou). Mas sua qualidade-amor não é suficiente para justificá-los. Na verdade, devo acrescentar que eles são incompatíveis com o verdadeiro amor porque são incompatíveis com a lei de Deus. O amor diz respeito à felicidade suprema da pessoa amada. E, nossa felicidade humana máxima é encontrada na obediência à lei e propósito de Deus, não em revolta contra eles.

Alguns líderes do Movimento Cristão Gay parecem estar seguindo a lógica de sua própria posição, pois estão

dizendo que até a monogamia pode ser abandonada aos interesses do "amor".

Malcom Malcourt, por exemplo, escreveu que a visão da Liberação Gay é de uma "ampla variedade de modelos de vida", sendo que cada uma "ocupa um lugar de igual estima na sociedade". Dentre elas, ele enumera as seguintes alternativas: parcerias monogâmicas e múltiplas; parcerias para a vida e para um período de crescimento mútuo; parceria do mesmo sexo e de sexo oposto; vivendo em comunidades e em pequenas unidades familiares.[34] Parece não haver limites para o que algumas pessoas buscam justificar em nome do amor.

(4) *O argumento sobre aceitação e o Evangelho.* "Certamente" algumas pessoas estão dizendo, "é dever dos cristãos heterossexuais aceitar os cristãos homossexuais". Paulo nos disse para aceitar - até mesmo acolher uns aos outros. Se Deus acolhe alguém, quem somos nós para julgá-lo (Rm 14:1f)? Norman Pittenger vai além, e declara que aqueles que rejeitam um homossexual "falharam completamente no entendimento do Evangelho Cristão". Nós não recebemos a graça de Deus porque somos bons e confessamos os nossos pecados, ele continua; é o oposto. "É sempre a graça de Deus que vem *primeiro*,... seu perdão desperta o nosso arrependimento.[35] Ele chega até mesmo a citar o hino "assim como sou, sem justificativa", e acrescenta: "o

ponto integral do Evangelho cristão é que Deus nos ama e aceita exatamente como somos".[36]

Esta é, contudo, uma declaração que tem sido muito mal compreendida do Evangelho. É verdade que Deus nos aceita "assim como somos", e não temos que nos fazer bons antes, pois não podemos. Mas sua "aceitação" significa que ele perdoou total e graciosamente todos os que se arrependem e creem; não que ele aceita que continuemos a pecar. Mais uma vez, é verdade que devemos aceitar uns aos outros, mas apenas como companheiros penitentes e companheiros peregrinos, não como companheiros pecadores que são absolvidos para persistir em nossos pecados. Não há nenhuma promessa de aceitação para nós, tanto de Deus quanto da Igreja, se endurecermos os nosso corações contra a Palavra ou a vontade de Deus.

Fé, Esperança e Caridade

Se a prática homossexual deve ser considerada à luz da revelação bíblica total, não como uma variante dentro da ampla abrangência da normalidade aceita, mas como um desvio das normas de Deus; se devemos, portanto, chamar as pessoas com tendências homossexuais à abstenção das práticas e das parcerias, que conselho e que ajuda podemos dar para lhes encorajar a responder a este chamado?

Eu gostaria de tomar esta tríade de Paulo: fé, esperança

e caridade, e aplicar aos homossexuais.

(1) *O chamado cristão à fé.* Fé é a resposta humana à divina revelação e à crença na Palavra de Deus.

Primeiro, *a fé aceita os padrões de Deus.* A única alternativa para o casamento heterossexual é a abstinência. Penso que sei das implicações disto. Nada me ajudou a entender mais o sofrimento do celibato homossexual do que o comovente livro de Alex Davidson *"Os Retornos do Amor"*. Ele escreve a respeito dessa "incessante tensão entre a lei e a luxúria", "este monstro que fica de tocaia nas profundezas", este "tormento abrasador".[37]

O mundo secular diz: "Sexo é essencial para a realização humana. Esperar que os homossexuais se abstenham das práticas homossexuais é condená-los à frustração ou levá-los à neurose, ou até mesmo ao suicídio. É ultrajante pedir que alguém negue a si mesmo o que para ele é a maneira normal e natural de expressar a sexualidade. É "desumano";[38] de fato, é positivamente cruel". Entretanto, o ensinamento da Palavra de Deus é diferente. A experiência sexual não é essencial à realização humana. Para ser claro, é uma boa dádiva de Deus, mas não dada a todos, e não é indispensável à humanidade. Entretanto, nos dias de Paulo diziam que era, e o seu "slogan" era "A comida é para o estômago e o estômago para a comida; sexo para o corpo e o corpo para o sexo"

(1 Co 6:13). Mas isto é uma mentira do diabo. Jesus Cristo era solteiro, ainda assim, perfeito em sua humanidade. Além disso, os mandamentos de Deus são bons, e não opressivos. O jugo de Cristo traz descanso e não desordem; o conflito vem apenas para aqueles que o resistem.

Assim, finalmente esta é a crise da fé: em quem devemos acreditar? Em Deus ou no mundo? Devemos nos submeter ao senhorio de Jesus, ou sucumbir às pressões da cultura dominante? A verdadeira "orientação" dos cristãos não é o que somos por constituição (hormônios), mas o que somos por escolha (coração, mente e vontade).

Segundo, a fé aceita a graça de Deus. Abstinência não é apenas bom, se Deus nos chama ao celibato, mas também possível, embora muitos o neguem. "Você sabe a força imperiosa a que o sexo impele," dizem, "e não está certo pedir que nos controlemos." É "tão próximo de uma impossibilidade," escreve Norman Pittenger, "que nem vale a pena discutir o assunto".[39]

Realmente? O que devemos fazer então com a declaração de Paulo depois de sua advertência aos Coríntios de que os prostitutos e os homossexuais não herdariam o Reino de Deus? "E é isto o que alguns de vocês eram. Mas vocês foram lavados, santificados e justificados no nome do Senhor Jesus Cristo e pelo Espírito do nosso Deus"(1 Co 6:11)

O que diremos a milhões de pessoas heterossexuais que são solteiras? Para falar a verdade, todos os solteiros experimentam a dor da luta e da solidão. Mas como podemos chamar a nós mesmos de cristãos e declarar que castidade é impossível? Isto tem-se tornado mais difícil pela obcessão da sociedade contemporânea. E fazemos mais difícil ainda para nós mesmos, quando damos ouvido aos argumentos plausíveis do mundo. Escorregamos para a auto-comiseração ou alimentamos nossa imaginação com material pornográfico e assim habitando um mundo fantasioso do qual Cristo não é o Senhor ou ignoramos as ordens de arrancar nossos olhos e cortar fora nossas mãos e pés, o que significa: ser implacável com os caminhos da tentação. Mas, qualquer que seja o "espinho na carne", Cristo vem a nós, assim como foi a Paulo e diz: "A minha graça te basta, pois meu poder se aperfeiçoa na fraqueza" (2 Co 12:9). Negar isto é retratar os cristãos como vítimas desprotegidas do mundo, da carne e do diabo; é contradizer o Evangelho da graça de Deus.

(2) O chamado cristão à esperança. Não tenho dito nada até agora sobre a "cura" para os homossexuais, agora entendido não como domínio próprio, mas como o inverso de sua inclinação sexual. Nossa expectativa desta possibilidade dependerá grandemente de nosso entendimento da etiologia da condição homossexual, e

não chagamos a nenhum argumento final sobre isto. "Pesquisar as causas do homossexualismo, "escreve D. J. West, "tem deixado um monte de mistério sem resolução."[40] A seu ver, contudo, "as crianças não nascem sem o instinto sexual especificamente voltado para um sexo ou para o outro. A preferência exclusiva pelo sexo oposto é uma peculiaridade adquirida..."[41]

A maioria concorda que carecendo de meios heterossexuais para dar vazão, e sob pressões culturais, uma grande percentagem de pessoas poderia (ou ao menos deveria) agir homossexualmente. De fato, embora possa haver um fator ou componente genético, a condição é mais "aprendida" do que "herdada".

Alguns atribuem a experiências traumáticas na infância, tais como a carência do amor materno, inibindo o crescimento sexual.[42] Então, sendo ele aprendido não poderia ser desaprendido?

A possibilidade de uma mudança pelo poder e graça de Deus também se baseia no nível da decisão pessoal de resolver este problema, o que por si mesmo está ligado a uma série de outros fatores.

Aqueles que não estão pessoalmente determinados poderão mudar através de fortes influências e motivações. Mas a maioria dos pesquisadores concluem que o homossexualismo por constituição é irreversível. "Nenhum método conhecido de tratamento ou punição,"

escreve D. J. West,"pode dar esperanças quanto a qualquer drástica diminuição na vasta legião de adultos que praticam o homossexualismo"; e seria mais "realístico achar um espaço para eles em nossa sociedade". Ele apela para a "tolerância", mas não para o "encorajamento" do comportamento homossexual.[43] Outros psicólogos vão ainda mais longe, e declaram que o homossexualismo não deveria mais ser tratado como uma condição patológica, ao contrário, deveria ser aceito, e não curado.

Em 1973 os responsáveis pela Associação Americana de Psiquiatria removeram o homossexualismo da categoria de "doença mental".

Não são estes pontos de vista, contudo as desesperadoras opiniões da mente secular? Os cristãos sabem que a condição homossexual, sendo um desvio das normas de Deus, não é um sinal da ordem criada, mas da desordem da queda. Então, como podemos consentir nela ou declará-la incurável? Não podemos. A única questão é saber quando e onde devemos esperar que a Divina Restauração aconteça. O fato é que apesar de os cristãos apregoarem que as "curas" para o homossexualismo acontecem (por regeneração ou pelo trabalho do Espírito Santo), não é fácil para nós substanciar tais curas. Martim Hallet, que antes de sua conversão era um membro ativo no cenário gay, fundou o "True Freedom Trust", um ministério

interdenominacional de ensino e aconselhamento sobre o homossexualismo e problemas a ele relacionados.[44] Eles publicam um panfleto chamado de Testemunhos, onde homens e mulheres homossexuais têm dado seu testemunho a respeito do que Cristo fez por eles; como acharam uma nova identidade nele, e um novo senso de realização como filhos de Deus. Foram libertos de culpas, vergonha e medo pelo perdão e aceitação de Deus, e libertos da escravidão da sua antiga atividade homossexual, pelo poder do Espírito Santo que neles habita. Mas não foram libertos de sua tendência homossexual, e portanto, algum sofrimento íntimo persiste ao lado da sua nova alegria e paz. Aqui temos dois exemplos: "Minhas orações não foram respondidas da maneira esperada, mas o Senhor tem-me abençoado grandemente, me dando dois amigos cristãos que me aceitaram amorosamente do jeito que eu era." "Depois de ter orado com imposição de mãos, um espírito de perversão me deixou. Eu louvo a Deus pela libertação que encontrei naquela tarde... Posso testificar que são passados três anos desde a libertação. Mas não me fiz um heterossexual naquela época."

Não existe, então, esperança alguma de uma mudança substancial de tendência? A Dra. Elizabeth Moberly crê que sim. Através de suas pesquisas, ela tem sido levada à visão de que "uma tendência homossexual não depende

de uma pressuposição genética, desequilíbrio hormonal, ou processos de aprendizados anormais, mas das dificuldades no relacionamento pais-filhos, especialmente nos primeiros anos de vida". "O princípio básico", continua ela, "é que o homossexual - quer seja mulher ou homem - sofre de alguma deficiência no relacionamento com um dos pais do mesmo sexo que o seu) e que corresponde a uma tendência de tornar boa esta deficiência através do agente do mesmo sexo ou relacionamento homossexual."[45] A deficiência e o agente andam juntos. O agente de reparação para o amor do mesmo sexo não é patológico em si mesmo, mas "justamente o oposto - é a tentativa de resolver e curar a patologia". "A condição homossexual não envolve necessidades anormais, mas necessidades normais que têm, de forma anormal, sido deixadas de lado no processo normal do crescimento. "Homossexualismo "é, essencialmente, um estado de desenvolvimento incompleto" ou de carência não suprida.[46] Assim, a solução apropriada é "o encontro das carências do mesmo sexo sem atividade sexual", pois erotizar o aumento das carências é confundir as carências emocionais com desejos fisiológicos.[47] Como, então, poderão estas carências ser supridas? As carências são legítimas, mas quais são os meios legítimos de suprí-las? A resposta da Dra. Moberly é que "os relacionamentos substitutos para

os cuidados paternos estão no plano redentor de Deus, da mesma forma que os pais estão no seu plano criador".[48] O que se necessita são relacionamentos amorosos, duradouros e do mesmo sexo, mas não relacionamentos sexuais, especialmente na Igreja. "Amor", ela conclui, é a terapia básica tanto na oração como nos relacionamentos, Amor é o problema básico, a grande necessidade, e a única solução. Se desejamos buscar e medir o amor curador e redentor de Cristo, então a cura do homossexual será uma grande e gloriosa realidade[49]

Contudo, mesmo assim, a cura completa do corpo, mente e espírito não acontecerá nesta vida. Algum grau de deficiência ou desordem permanece em cada um de nós. Mas não para sempre! Pois os horizontes do cristão não são limitados por este mundo. Jesus está voltando novamente; nossos corpos serão redimidos; o pecado, o sofrimento e a morte serão abolidos; nós e o universo seremos transformados. Então, seremos finalmente libertos de tudo que perverte ou distorce a nossa personalidade, e esta garantia cristã nos ajuda a suportar qualquer que seja o nosso presente sofrimento, pois existe sofrimento no meio da paz. "Porque sabemos que toda a criação a um só tempo geme e suporta angústias até agora. E não somente ela, mas também nós que temos as primícias do Espírito igualmente gememos em nosso íntimo, aguardando a adoção de filhos, a redenção do

nosso corpo" (Rm 8:22f). Assim, nossos gemidos expressam as dores do parto da nova era. Estamos convencidos de que "os sofrimentos do tempo presente não são para comparar com a glória por vir a ser revelada em nós" (Rm 8:18).

Esta esperança confiante nos sustenta.

No meio de sua homossexualidade, Alex Davidson tira conforto desta esperança cristã. Ele pergunta: "Uma das maiores infelicidades a respeito desta condição, não é quando você olha adiante e tem a impressão de que a mesma estrada impossível parece não ter mais fim? Você é levado à revolta quando pensa que não há um ponto final para isto, e se desespera quando pensa que não há limites para tal. Esta é a razão pela qual eu acho conforto quando me sinto desesperado ou rebelde ou as duas coisas, e me lembro da promessa de Deus de que um dia tudo vai acabar..."[50]

(3) *O chamado cristão ao amor.* Presentemente, estamos vivendo "no meio dos tempos", entre a graça que agarramos pela fé e a glória que antecipamos pela esperança. Entre elas, o amor repousa.

Apesar disto, é justamente aí que a Igreja tem geralmente falhado; ela não tem demonstrado amor às pessoas homossexuais. Jim Cotter reclama amargamente de serem tratadas como "objeto do escárnio, insulto, medo, preconceito e opressão."[51] Norman Pittenger

descreve a correspondência "vituperativa" que recebeu, na qual os homossexuais são tratados, até mesmo por cristãos praticantes, como; "criaturas repulsivas", "pervertidos repugnantes", "pecadores abomináveis" e outras coisas do gênero.[52] Pierre Berton, um cronista social, escreve que "o homossexual é o equivalente moderno à lepra"[53] e Rictor Norton é ainda mais cortante: "O registro da Igreja em relação aos homossexuais é uma atrocidade do princípio ao fim: não cabe a nós buscar o perdão, mas a Igreja fazer expiação."[54]

A atitude de hostilidade contra os homossexuais, é, hoje em dia, denominada de "homofobia".[55] É uma mistura de medo irracional, ódio e até repulsa. Não se quer tomar conhecimento de que a grande maioria das pessoas homossexuais não são responsáveis pela sua condição (embora seja, é claro, pela sua conduta). Já que não são deliberadamente pervertidos, eles merecem nossa compreensão e compaixão (embora muitos achem isto paternalismo), e não nossa rejeição. Não é de admirar que Richard Lovelace apele para um "duplo arrependimento", ou seja: "que cristãos gays renunciem ao estilo de vida ativo" e que "cristãos rigorosos renunciem à homofobia".

O Dr. David Atkinson está certo ao acrescentar: "Não temos a liberdade de instar com os cristãos homossexuais quanto ao celibato ou uma expansão de seus re-

lacionamentos, a menos que, com relação a primeira situação, haja apoio, e oportunidades para a segunda, em genuino amor."[57] Penso que, realmente, a existência do Movimento Cristão Gay (para não falar do chamado "Companheirismo Evangélico" dentro dele), é um voto de censura à Igreja.

No coração da condição do homossexual está uma profunda solidão; a natureza humana está faminta de amor mútuo, uma busca de identidade, e um desejo de complementação. Se as pessoas homossexuais não podem achar isto dentro da "família da igreja" local, não há mais porquê continuarmos a usar esta expressão. A alternativa não está entre o calor do relacionamento físico do intercurso sexual e o sofrimento do isolamento no frio. Há uma terceira questão, que é um ambiente cristão de amor, compreensão, aceitação e apoio.

Não acho que exista qualquer necessidade de encorajar os homossexuais a descobrir sua situação para todo mundo; isto não é necessário nem vai ajudar. Mas eles precisam de, pelo menos, um confidente com quem possam se abrir, livrando dos seus fardos, e que os possa apoiar em amizade e oração; provavelmente aconselhamento pastoral, profissional, privado e confidencial; possivelmente com a ajuda de uma terapia de grupo profissional; e muitos amigos sinceros e afetuosos de ambos os sexos. As amizades do mesmo sexo devem ser

encorajadas, como se vê na Bíblia entre Rute e Noemi, Davi e Jônatas, Paulo e Timóteo. Não há qualquer indicação de que houvesse evidências de homossexualismo no sentido erótico em qualquer dos casos, mas se tratava sim, de uma afetividade evidente (como entre Davi e Jônatas).[58] É claro que é importante que se tome precauções.

Nas culturas africanas e asiáticas é comum ver dois homens andando de mãos dadas pelas ruas sem nenhum embaraço. Diz-se que nossa cultura ocidental inibe o desenvolvimento de relacionamentos preciosos de pessoas do mesmo sexo, pela indução do medo ao ridículo ou à rejeição como "bicha".

Estes relacionamentos, tanto do mesmo sexo quanto do sexo oposto, precisam ser desenvolvidos dentro da família de Deus, que, apesar de universal, tem suas manifestações locais. Sua intenção é de que cada igreja local seja uma comunidade calorosa e de apoio. Quando me refiro a "aceitar", não estou querendo dizer "aquiescer"; como também ao me referir à rejeição à "homofobia" eu não estou rejeitando a correta desaprovação cristã ao comportamento homossexual. Não, o amor verdadeiro não é incompatível com a manutenção dos padrões morais. Há, portanto, um lugar para a disciplina da igreja em caso de membros se recusarem ao arrependimento e persistirem em manter

relacionamentos homossexuais. Deve ser exercida, contudo, em espírito de humildade e amabilidade (Gl, 6:1f); devemos ser cuidadosos para não fazer discriminação dos pecados entre homens e mulheres, e entre homossexuais e heterossexuais; e uma disciplina necessária no caso de um escândalo público não deve ser confundida com uma caça às bruxas.

Por mais perplexo e doloroso que o dilema do homossexual cristão possa ser, Jesus Cristo oferece, tanto a ele quanto a ela, (na verdade, a todos nós) fé, esperança e amor - a fé para aceitar seus padrões e sua graça para os manter, a esperança para olhar adiante do sofrimento presente, um futuro de glória, e o amor para cuidar e suportar uns aos outros. "Porém, o maior destes é o amor" (1 Co, 13:13).

Notas Bibliográficas

1 • Ver o *Comportamento Sexual no Macho Humano* (1948) e *Comportamento Sexual na Fêmea Humana* (1953). Contudo seus métodos de pesquisa e descoberta têm sido criticados: o primeiro, por ser seletivo e o último, como consequência, por mostrar um alto percentual de anormalidade.

2 • Donald J. West, *Homossexualidade* (1955, 2ª ed. Pelican, 1960; 3ª ed. Duckworth, 1968), pág.12.

3 • De um artigo intitulado "Deus, Sexo e Você" na revista *Eternidade*, Agosto de 1972.

4 • J. N. D. Anderson, *Moralidade, Lei e Graça* (Tyndale Press, 1972), pág. 73.

5 • Malcolm Macourt ed., *Rumo à Teologia da Libertação Gay* (SCM Press, 1977), pág.3. A citação vem de propria introdução do Sr. Macourt ao livro.

6 • Derrick Sherwin Bailey, *Homossexualismo e a Tradição Cristã Ocidental* (Longmans, Green, 1955), pág.4.

7 • Is 1:10 fs; Jer 23:14; Ez 16:49 fs.

8 • Mt 10:15; 11:24; Lc 10:12.

9 • Sherwin Bailey dá referências no *Livro dos Jubileus* e o *Testamento dos Doze Patriarcas* (op. cit. págs.11-20). Há uma avaliação ainda mais repleta dos escritos do período inter-testamentário no livro

de Peter Colemman *Atitudes Cristãs para o Homossexualismo* (SPCK, 1980), págs. 58-85.

10 • Sherwin Bailey, op. cit. pág. 27.

11 • James D. Martin em *Rumo à Teologia da Libertação Gay,* ed. Malcolm Macourt (SCM, 1977), pág. 53.

12 • Sherwin Bailey, op. cit. pág.30.

13 • Peter Coleman, op. cit. pág.49.

14 • Veja, por exemplo, I Reis 14:22 fs; 15:12; 22:46 e II Reis 23:7.

15 • Sherwin Bailey, op. cit. pág. 39.

16 • Peter Coleman, op. cit. págs. 95-6.

17 • Peter Coleman, op. cit. pág. 277.

18 • Peter Coleman, op. cit. pág. 101.

19 • Rictor Norton em *Rumo à Teologia da Libertação Gay,* pág.58.

20 • Letha Scanzoni e Virgínia R. Mollenkott. *É o Homossexual meu Vizinho?* (Harper & Row, e SCM, 1978), pág.111.

21 • Sherwin Bailey, op. cit. pág.1.

22 • Norman Pittenger, *Tempo de Consentimento* (3ª ed. SCM, 1976), págs. 7 e 73.

23 • Donal J. West, op. cit. págs. 17-32

24 • Norman Pittenger, op. cit. pág. 7.

25 • Peter Coleman, op. cit. pág. 50.

26 • Capítulo 3:3-5, citado por Peter Coleman, op. cit. pág. 71.

27 • C. K. Barret, Comentário sobre a Epístola aos Romanos (A. & C. Black, 1962), pág. 39.

28 • Pág. 21.

29 • Pág. 36.

30 • Capítulo 9.

31 • Capítulo 5.

32 • Norman Pittenger, op. cit. págs. 31-33.

33 • João 14:15; Rm 13:8-10.

34 • Malcolm Macourt, op. cit. pág. 25.

35 • Norman Pittenger, op. cit. pág. 2.

36 • ibid. pág. 94.

37 • Alex Davidson, *Os Retornos do Amor* (IVP, 1970), págs. 12, 16, 49.

38 • Norman Pittenger em *Rumo à Teologia da Libertação Gay*, pág. 87.

39 • *Tempo de Consentimento*, pág. 7.

40 • Donald J. West, op. cit. pág. 261.

41 • ibid, pág. 15.

42 • Professor R. J. Berry dá um sumário útil da opinião atual sobre etiologia em sua contribuição as Conferências de Londres (1982). *Livre para ser Diferente* (Marshall, Morgan & Scott, 1984), págs. 108-116.

43 • D. J. West, op. cit. págs. 226 e 273.

44 • O endereço da True Freedom Trust é 45. Elizabeth R. Movberly, *Homossexualidade: Uma Nova Ética*

Cristã (James Clarbe, 1983), pág. 2.

46 • ibid. pág. 28.

47 • ibid. págs. 18-20.

48 • ibid págs. 35-6.

49 • ibid pág. 52.

50 • Alex Davidson, op. cit. pág. 51.

51 • *Rumo à Teologia de Libertação Gay,* pág. 63.

52 • *Tempo de Consentimento*, pág. 2.

53 • Citação de *O Banco de Igreja Confortável* (1965) por Letha Scanzoni e Virgínia Mollenkott.

54 • *Rumo à Teologia de Libertação Gay*, pág. 45.

55 • A palavra parece ter sido usada primeiro por George Weinberg em *Sociedade e o Homossexual Sadio* (Doubleday, 1973).

56 • Richard F. Lovelace, *Homossexualidade e a Igreja* (Revell, 1978) pág. 129 e conf. pág. 125.

57 • David J. Atkinson, *Homossexuais no Companheirismo Cristão* (Latimer House, 1979), pág. 118. Dr. Roger Moss concentra sobre questões pastorais em seu livro *Cristãos e Homossexualidade* (Paternoster, 1977).

58 • i.e. 1 Sm 20:41 e 2 Sm 1:26.